

Rio Tinto

Porque é importante o património cultural

Um guia de recursos para integrar
a gestão do património cultural
no trabalho da Rio Tinto com as
comunidades



Sobre a Rio Tinto

A Rio Tinto é uma empresa líder a nível mundial que opera em todas as fases de produção de metais e minerais. Produzimos alumínio, cobre, diamantes, carvão, minério de ferro, urânio, ouro e minerais industriais. Atuamos em mais de 50 países empregando cerca de 77.000 pessoas, e muitas mais trabalham connosco como contratadas. A Saúde e a Segurança constituem para nós prioridades fundamentais, e o desenvolvimento sustentável é colocado no centro de tudo o que fazemos. Somos uma organização global, com um conjunto de normas e valores, e, em simultâneo, prestamos especial atenção às necessidades e aspirações particulares das comunidades presentes nos locais onde se desenrolam as nossas operações.

Capa

O Sr. Tseveen Ayush numa competição de arco e flecha tradicional, durante o Festival Nacional de Naadam 2010, na Mongólia.

O Sr. Tseveen é o arqueiro tradicional mais respeitado na Mongólia, tendo sido reconhecido pelo Governo Mongol como um Atleta Ilustre. O projeto Oyu Tolgoi apoia o Festival Nacional de Naadam, que inclui arco e flecha tradicional, luta livre e corridas de cavalos. O Festival Nacional de Naadam foi incluído na Lista de Património Cultural Intangível da UNESCO.

Porque é importante o património cultural

Um guia de recursos para integrar a gestão do património cultural no trabalho da Rio Tinto com as comunidades



Índice

1. Introdução

Prefácios	06
Sobre este guia	10
Colaboradores deste guia	12
Conceitos fundamentais	14
Introdução	15

2. Guia Prático

2.1 Envolvimento inclusivo	22
2.2 Conhecer e compreender	28
2.3 Planear e implementar	44
2.4 Monitorizar, avaliar e melhorar	66
2.5 Produzir relatórios e comunicar	80
2.6 Sumário	88

3. Leituras complementares

3.1 Conceitos ligados ao património cultural	91
3.2 O argumento para o negócio	100
3.3 Impactos sobre o património cultural	104
3.4 Protocolos e normas internacionais para a proteção do património e da diversidade cultural	109

4. Referências

Lista de acrónimos	118
Glossário	119
Políticas, normas e guias de orientação da Rio Tinto	124
Sites importantes	125
Referências	126

À esquerda

Dançarinas do Grupo Cultural /Abi// Aeb atuam na Celebração dos 30 Anos de Rossing, em 2006. O nome do grupo significa “tempo da chuva” e o seu estilo de dança é típico desta região da Namíbia, África.



Estudos de caso

1	Rio Tinto em Weipa, Austrália Envolvimento inclusivo na Rio Tinto Alcan Weipa	26
2	Rio Tinto em Jadar, Sérvia Envolver precocemente os peritos na revisão documental, para identificação do património cultural	34
3	Rio Tinto em Phalaborwa, África do Sul Responder aos requisitos legais enquanto se ampliam os objetivos para o património cultural	38
4	Rio Tinto no Quebeque, Canadá Reconhecer o valor patrimonial da indústria de alumínio do Canadá	40
5	Rio Tinto em Zvishavane, Zimbabué Planear a realocização de património significativo e honrar as necessidades culturais	52
6	Rio Tinto Aboriginal Fund, Austrália Apoiar a cultura, indo além das nossas operações	58
7	Rio Tinto em Richards Bay, África do Sul O centro de património Mananga: um memorial vivo	60
8	Em Upper Hunter Valley, Austrália Implementar um Sistema integrado de Gestão do Património Cultural	64
9	Rio Tinto nos Territórios do Noroeste, Canadá Incorporar o conhecimento tradicional na monitorização científica da Mina de Diamantes Diavik	68
10	Rio Tinto em Oyu Tolgoi, Mongólia Conceção e estrutura de monitorização: normas de alteração aceitável	74
11	Rio Tinto em Pilbara, Austrália Melhoria contínua do desempenho no património cultural	78
12	Rio Tinto no Utah, EUA Promover os valores de património industrial numa mina a operar	84
13	Rio Tinto em East Kimberley, Austrália Comunicação aberta e transparente na mina de diamantes Argyle	86

Prefácios

Sam Walsh

Diretor Executivo, Iron Ore e Austrália

O respeito pela cultura e o património é parte integrante da conduta empresarial da Rio Tinto.

Onde quer que operemos, trabalhamos com comunidades locais e indígenas na proteção do seu património cultural. Fazemo-lo porque é essa a atitude correta e porque há um forte argumento para o negócio para o fazer dessa forma.

Reconhecemos que proteger a cultura e o património é importante para as comunidades e, por isso, importante para nós. É por isto que nos empenhamos tanto, com as nossas comunidades anfitriãs, para erigir relações fortes, compreender os valores do património cultural, e gerir os impactos locais e regionais das nossas atividades.

Ao longo deste trabalho, temos dado conta da sua amplitude e complexidade, bem como do considerável esforço interno necessário à sua correta execução. Empregamos pessoas altamente capacitadas e investimos meios financeiros substanciais na gestão do património cultural.

Estamos também cientes da importância de integrar este trabalho em todas as componentes do nosso negócio, de modo a alcançar os melhores resultados.

Conforme demonstrado pelos estudos de caso deste guia, podem existir ameaças e oportunidades significativas, em termos de património cultural, associadas às diversas áreas em que operamos. Trata-se de um contexto complexo e desafiante, para o qual a experiência e a referência a outros casos são seguramente úteis.

Estou certo que cada um de vós terá as suas próprias histórias sobre envolvimento das comunidades. Cada um terá como cenário o compromisso geral do vosso negócio e das vossas operações para com a proteção do património cultural e das capacidades e sistemas com ela relacionados.

Um guia único e prático que reflita a nossa abordagem à gestão do património cultural é de extrema importância. Ainda o é mais, quando foi desenvolvido ao longo de vários anos de envolvimento consolidado com comunidades de todo o mundo.

É um guia para todas as operações da Rio Tinto, incluindo as associadas à exploração, extração e fundição, e outras fases de produção.

Recomendo este guia como um recurso, não apenas para os empregados da Rio Tinto que

trabalham com as Comunidades, mas também para todo o pessoal relacionado com o desenvolvimento de projetos e na gestão do território – na verdade, para todos os envolvidos nos nossos negócios, de uma maneira geral. Constitui um conjunto de ferramentas práticas que vos irão ajudar a compreender melhor as considerações de património cultural, e a incorporá-las nas vossas ações de planeamento e programação.

Gostaria que o presente guia viesse enriquecer o vosso conhecimento conduzindo, dessa forma, a uma colaboração mais eficaz com as vossas comunidades anfitriãs, especialmente na proteção e perpetuação do seu património cultural.



Prefácios

Bruce Harvey

Responsável pela prática mundial,
Relação com as Comunidades e Desempenho Social

Na Rio Tinto reconhecemos o papel fundamental desempenhado pelo património cultural no nosso envolvimento com as comunidades locais.

Sabemos que a cultura é a base de toda a identidade social e do desenvolvimento, e o património cultural é o testemunho que cada geração recebe e transmite à geração seguinte. Compreendemos que proteger e gerir o património cultural, juntamente com as comunidades, contribui para a qualidade das nossas relações. Dedicar maior atenção ao património cultural torna mais eficaz o nosso compromisso com a comunidade e melhora o nosso legado.

Queremos fazer crescer a confiança que as comunidades anfitriãs têm para connosco. Podemos construir essa confiança através da proteção e celebração do património cultural, indo além do cumprimento das cláusulas sobre património cultural que constam da Declaração Universal das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos. Celebrar as realizações das diferentes culturas das nossas comunidades cria as bases da confiança. Este ponto de partida permite-nos trabalhar em parceria com as comunidades, visando assegurar que as mesmas beneficiem de oportunidades económicas sustentáveis, proporcionadas pelas nossas atividades. Esta é a essência dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Rio Tinto.

Nos últimos tempos, temos feito progressos ao nível do envolvimento das comunidades. Estamos a consolidar uma estrutura de políticas, normas e sistemas que facilitem o envolvimento e os retornos económicos e sociais para as comunidades nossas anfitriãs. O reconhecimento dos seus patrimónios culturais encontra-se explícito na nossa política e normas das Comunidades, onde afirmamos claramente a responsabilidade dos nossos negócios em proteger e ajudar a manter o património cultural.

A complexidade e variabilidade cultural dos vários locais onde operamos criaram a necessidade de uma orientação adicional, que complementasse as nossas ferramentas e diretrizes já existentes, em termos de gestão do património cultural. As considerações de caráter

cultural são transversais a todas as fases do ciclo de operações, desde a exploração ao encerramento, e toma diversas dimensões, como sejam as relações comunitárias, o ambiente e gestão do território, o planeamento da mina e os recursos humanos. O presente guia apresenta as considerações de gestão do património cultural aplicadas a todas as fases de operação e a todas as dimensões.

Na Rio Tinto damos muita importância às nossas relações com as comunidades anfitriãs mas sabemos que nem sempre alcançamos os resultados que nós, e outros, desejaríamos. Em algumas das nossas atividades foram atingidos resultados muito positivos decorrentes do envolvimento das comunidades, mas noutras ainda há progressos a fazer. Alguns dos sucessos são apresentados em estudos de caso neste guia e é nestes que nos baseamos.

A Rio Tinto está comprometida com o respeito pelos direitos humanos, incluindo os potenciais impactos das nossas atividades sobre a identidade e o património culturais. Reconhecemos o direito humano fundamental, de todas as comunidades, a uma vivência do património cultural, e também o modo como as nossas atividades podem afetar esse direito. Reconhecemos que, sem uma gestão adequada do património cultural, a nossa presença e as alterações económicas e sociais daí resultantes podem empobrecer os patrimónios culturais locais, conduzindo a uma tensão e um prejuízo social crescentes. Além disso, a eficácia do nosso envolvimento com as comunidades, a uma escala mais alargada, pode

ficar limitada por não identificar e incorporar adequadamente determinados aspetos culturais importantes. E, ao focarmo-nos unicamente em opções económicas convencionais, tais como o emprego e o desenvolvimento dos negócios, podemos estar a negar às comunidades a sua capacidade para aceder a oportunidades sociais e económicas decorrentes do seu próprio património cultural.

O presente guia irá ajudar todas as nossas operações a melhorarem a compreensão dos valores culturais e a saberem como podem, com a orientação das comunidades e das partes interessadas, gerir quaisquer impactos potenciais. À medida que conhecemos melhor o modo como as nossas atividades afetam o património cultural, podemos melhorar também os processos de tomada de decisão. Isto ajudar-nos-á a progredir em direção ao nosso objetivo de gerar um impacto positivo duradouro no desenvolvimento económico e social dos países e comunidades que nos acolhem.



Sobre este guia

Este guia foi escrito para os empregados e gestores da Rio Tinto que trabalham com questões de património cultural¹. Podem ser empregados diretamente relacionados com as questões culturais, membros de departamentos de Relações com as Comunidades², Ambiente ou Recursos Humanos, ou que estejam envolvidos em projetos ou outros trabalhos que se deparem com assuntos de património cultural. O guia foi elaborado em resposta a solicitações dos nossos empregados, em termos de ferramentas e aconselhamento na forma de gerir e lidar com aspetos culturais que afetassem ou fossem afetados pelas nossas atividades.

O guia fornece informação prática e aconselhamento, em duas partes.

A secção “Guia Prático” – Fornece direções claras de como integrar as considerações culturais no nosso trabalho. Inclui estudos de caso de experiências que ilustram boas práticas no Grupo Rio Tinto, em diferentes contextos operacionais.

A secção “Leituras complementares” – Fornece informação detalhada em vários aspetos de gestão do património cultural. Inclui definição de conceitos, argumentos económicos para valorizar o património cultural, impactos da mineração e processamento sobre o património cultural, e protocolos internacionais relacionados como tema.

No sentido de assegurar que o guia reflete as melhores práticas e conceitos internacionais, no que respeita à mineração e produção de metais, e à gestão do património cultural, o mesmo foi revisto por:

- um Grupo de Trabalho Internacional, composto por empregados da Rio Tinto, provenientes de diferentes áreas do negócio, funções corporativas e regiões; e

- Um Painel de Revisão Externo, composto por 8 especialistas internacionais, na área da gestão do património cultural e das questões mineiras.

Os membros do Painel de Revisão são oriundos de África, Europa, Austrália e América do Norte e do Sul. As suas valiosas perspetivas e sugestões foram incluídas sempre que possível, embora tenham persistido alguns pontos de divergência. Por isso, a lista dos membros do Painel de Revisão não significa que todos subscrevam na íntegra o conteúdo deste guia.

O desenvolvimento de estudos de caso para este guia permitiu aos profissionais da Rio Tinto estudarem as abordagens ao património cultural por parte de outras operações, e identificarem áreas recetivas a uma orientação formal. Constituiu uma oportunidade para os profissionais descreverem preocupações das comunidades acerca da gestão dos assuntos culturais e garantirem que este guia era sensível a essas preocupações. Isto significa que a atual experiência da Rio Tinto na gestão do património cultural de diferentes operações se encontra incorporada neste guia e o seu conteúdo tem relevância para os profissionais a trabalhar no terreno.

O lançamento do guia é importante para assegurar a sua aplicação ao nível das operações, e para o prosseguimento do debate sobre uma boa gestão dos assuntos culturais e as razões da sua importância.

Notas sobre os termos empregues:

Para os propósitos deste guia, os seguintes termos são usados conforme descrito, salvo quando indicado pontualmente de outro modo:

- **Operações** refere-se a todas as fases da exploração, projetos, construção, produção, encerramento, da Rio Tinto.
- **Atividades** ou **atividades operacionais** refere-se a atividades possíveis de levar a cabo pela Rio Tinto, durante qualquer uma daquelas fases, incluindo sondagens, vias de acesso, barragens, mineração, fundições, refinarias, etc.
- **Sítio** refere-se a um sítio de património cultural.
- **Elemento ou característica do património cultural** inclui lugares, objetos e práticas

1. Os termos principais encontram-se definidos no Glossário, p. 119.

2. O termo “Relações com as Comunidades” designa a função da Rio Tinto ou a disciplina profissional (ver Glossário).



Em cima

Cerimónia especial do Manthe apresentada à entrada do projeto subterrâneo da mina de diamantes Argyle. As cerimónias Manthe são conduzidas por proprietários tradicionais para conferir passagem aos empregados pelos terrenos tradicionais, e constituem uma introdução ao significado cultural do sítio.

À direita

Entre os eventos do carnaval da primavera, da comunidade Lutsel K'e, estiveram os tradicionais jogos de mãos de Dene. O carnaval foi financiado pela Mina de Diamantes Diavik. A comunidade Lutsel K'e, localizada no Great Slave Lake, nos Territórios Noroeste do Canadá, é uma das várias comunidades nórdicas com as quais a Diavik estabelece parceria, para assegurar que a comunidade local beneficia das nossas operações.



Colaboradores deste guia

Rio Tinto

Coordenadora do projeto e coautora:

Elizabeth Bradshaw

Assessora principal – Relação com as Comunidades e Património Cultural

Grupo de Trabalho Interno:

Dr David Cameron

Gestor - Relação com as Comunidades Queensland e Património Cultural Rio Tinto Coal Australia

Skye Crawford

Gestor de grupo – Eficácia Organizacional (Assessor de Grupo em exercício, Diversidade)

Jeffery Davidson

Assessor principal – Instituições Internacionais e Relação com as Comunidades

Angus Green

Diretor – Relação com as Comunidades Rio Tinto Alcan

Jane Gronow

Assessora principal – Relação com as Comunidades

Mary Lee Johns

Assessora Sénior – Governos Tribais e Comunidades Nativas

Etienne Lamy

Assessora Sénior – Desenvolvimento Sustentável e Relação com as Comunidades

Gavin Martin

Gestor – Autorizações do Património e Acesso às Terras Rio Tinto Iron Ore

Simon Nish

Assessora principal – Acordos com as Comunidades

Tserennadmid Osorpurev

Coordenador de programa de Património Cultural, Oyu Tolgoi

Blair Sands

Assessor principal – Ambiente

Dr Justin Shiner

Arqueólogo especialista Rio Tinto Alcan

Simon Wake

Assessor principal – Relação com as Comunidades Rio Tinto Exploration

Center for Social Responsibility in Mining (Centro para a Responsabilidade Social na Indústria Mineira), Universidade de Queensland, Austrália

Coautores:

Katie Bryant

Gestora de projeto

Tamar Cohen

Assistente de investigação

Outros colaboradores do CSRM:

Professor David Brereton

Diretor do Centro

Julie Kim

Assistente de investigação

Dr Kirsty Gillespie

Investigadora

Consultor especialista do CSRM:

Professor Ian Lilley

Arqueólogo, Universidade de Queensland



THE UNIVERSITY
OF QUEENSLAND
AUSTRALIA

SMI CSRM

Centre for Social
Responsibility in Mining

Painel de Revisão Externo

A Rio Tinto sentiu que era importante incorporar outros pontos de vista, para além dos seus próprios, na elaboração deste guia. Foi então constituído um Painel de Revisão Externo composto por peritos na temática do património cultural. Este painel teve como função aconselhar a Rio Tinto, suscitar o debate, sugerir fontes e literatura de referência para estudo e oferecer um ponto de vista crítico nos diversos momentos-chave do processo. Mesmo não sendo possível integrar todos os comentários, a contribuição do painel foi de inestimável valor.

Professor Pedro Paulo Funari
Coordenador do Centro de Estudos Avançados, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Nola Markey
Membro da Primeira Nação O-Chi-Chak-Ko-Sipi, Crane River, Manitoba, Canadá
Consultora de Antropologia/Arqueologia

Júlio Jesus
Sócio, Ecosistema Lda.
Lisboa, Portugal

Arlene Fleming
Especialista em Recursos Culturais e Desenvolvimento, Banco Mundial

Dr. Michael Pearson
Historiador arqueólogo,
Presidente do Australian Capital Territory Heritage Council

Professor Willem J. H. Willems
Reitor da Faculdade de Arqueologia, Universidade de Leiden, Holanda
Copresidente do ICAHM

Simon Makuvaza
Professor de Arqueologia e Gestão do Património, Universidade Católica do Malawi
Membro especialista do ICAHM

Professor David Trigger
Diretor, School of Social Science, Universidade de Queensland
Austrália

Outros agradecimentos

A Rio Tinto agradece a todos os que contribuíram com comentários sobre as várias versões deste guia, nomeadamente:

Dr. Andrew Sneddon –
Diretor, Universidade de Queensland,
Unidade de Cultura e Património

Dr. Nicolas Bainton – Investigador
Auxiliar, Centre for Social
Responsibility in Mining

Melanie Wilson – Assessora Principal,
Relação com as Comunidades e
Desempenho Social, Rio Tinto

Gostaríamos também de sublinhar a contribuição dos funcionários da Rio Tinto que forneceram informação para os estudos de caso:

Estudo de caso 1
Rio Tinto Alcan – Weipa
Dr. Justin Shiner

Estudo de caso 2
Rio Tinto Minerals – Sérvia
Nenad Grubin

Estudo de caso 3
Palabora Mining Company
Tim Paxton

Estudo de caso 4
Rio Tinto Alcan – Shawinigan
Patrick Beche

Estudo de caso 5
Murowa Diamonds
Israel Chokuwenga

Estudo de caso 6
Rio Tinto Aboriginal Fund
Joy Love

Estudo de caso 7
Richards Bay Minerals
Jeremiah Thabede

Estudo de caso 8
Rio Tinto Coal Australia
Dr. David Cameron

Estudo de caso 9
Diavik Diamond Mine
Colleen English

Estudo de caso 10
Oyu Tolgoi
Tserennadmid Osorpurev

Estudo de caso 11
Rio Tinto Iron Ore – Pilbara
Gavin Martin

Estudo de caso 12
Kennecott Utah Copper
Piper Rhodes

Estudo de caso 13
Argyle Diamonds
Rowena Alexander

Conceitos fundamentais

Este guia apoia-se em conceitos fundamentais de gestão do património cultural:

Grande diversidade

Existe uma grande diversidade de patrimónios culturais. Estes podem ser materiais, como por exemplo edifícios, paisagens e artefactos; ou intangíveis, como a língua, a música e as práticas habituais. Não se trata apenas de coisas antigas, bonitas, ou físicas, e frequentemente envolve emoções humanas fortes.

Valor acrescentado para o negócio

Uma gestão cultural eficaz pode acrescentar grande valor ao nosso negócio. Constitui um fator crítico no acesso às terras e às operações, durante o tempo de vida do nosso negócio. Se não for bem gerido pode atrasar ou mesmo impedir o desenvolvimento do projeto.

Adaptação

O trabalho de gestão do património cultural deve ser adaptado de modo a responder às necessidades de cada situação em concreto: o contexto, o tipo de negócio e os riscos. Não existe um modelo único.

Integração

É necessário que a gestão cultural se encontre integrada nos sistemas, procedimentos e práticas do negócio, em todas as suas vertentes.

Relações

A solidez da gestão do património cultural está dependente das relações com as comunidades. Na medida em que seja valorizado aquilo que as comunidades valorizam, poder-se-á esperar um maior apoio por parte das mesmas.

Gestão da mudança

O património cultural não é estático. Tal como a cultura muda com o tempo, assim também as abordagens à sua gestão deverão ser dinâmicas e adaptáveis.

Benefício mútuo

Uma gestão cultural eficaz pode trazer grandes benefícios económicos, sociais e ambientais.

Introdução

Na Rio Tinto, reconhecemos e respeitamos a importância das culturas e patrimónios das nossas comunidades anfitriãs, onde quer que operemos. A integração das considerações de gestão do património cultural em todo o nosso trabalho de Comunidades e através de todas as secções do negócio é fundamental para a concretização do central da nossa política e normas para as Comunidades: construir relações duradouras com as comunidades anfitriãs, caracterizadas pelo respeito mútuo, parceria ativa e compromisso de longo prazo.

O património cultural é muito mais do que “pedras e ossos” do passado. Envolve todos os aspetos do passado e presente de uma comunidade, valorizados pela mesma, a qual os deseja transmitir às gerações futuras. O termo inclui lugares, objetos e práticas com importância cultural. Engloba, portanto, “património tangível”, tal como edifícios, estruturas industriais e tecnologia, paisagens e artefactos, elementos de património não visíveis, como sítios arqueológicos enterrados, e também “património intangível”, como sejam a língua, arte visual, música, representação, religião, crenças e práticas habituais, por exemplo caça e recolção. O património cultural não lida apenas com coisas antigas. Objetos, locais e práticas recentes ou recentemente alterados também fazem parte do património cultural, sempre que encerrem valor cultural para as gerações presentes.

A gestão do património cultural envolve as ações levadas a cabo para identificar, avaliar e decidir relativamente ao património cultural. É realizada para proteger ativamente os locais, objetos e práticas culturalmente significativos, em relação às ameaças que os mesmos enfrentam, provenientes de uma série de causas naturais ou culturais. Essa gestão resulta na documentação, conservação, alteração ou mesmo perda do património cultural. Pode passar também pelo trabalho com as comunidades para proteger e reforçar as suas culturas e práticas.

Os referenciais das Comunidades da Rio Tinto e da gestão do Património Cultural nos negócios australianos apresentam os requisitos da Rio Tinto para a gestão do património cultural. As instruções para a gestão do Património cultural da Rio Tinto fornecem aconselhamento detalhado para cumprir aqueles requisitos. O presente guia, desenvolvido por especialistas em gestão do património cultural e contendo estudos de caso de boas práticas, disponibiliza um recurso prático para os empregados da Rio Tinto compreenderem melhor e empreenderem uma gestão cultural mais eficaz no seu trabalho de Comunidades.

Porque é que a gestão do património cultural é importante para a Rio Tinto?

O património cultural é fundamental para a identidade das nossas comunidades anfitriãs e constitui parte integrante de qualquer território que pretendamos explorar, desenvolver ou intervencionar. A forma como nos envolvemos com as comunidades e as partes interessadas para proteger e gerir os seus patrimónios irá afetar fortemente a qualidade das nossas relações, a eficácia do nosso envolvimento mais alargado com as comunidades e a sustentabilidade e legado das nossas operações. Por este motivo, desde há mais de uma década que a Rio Tinto se tem dedicado com grande prioridade a compreender e gerir bem o património cultural.

Sabemos, do passado histórico das atividades de mineração, que uma gestão ineficaz do património cultural, quer tangível, quer intangível, pode conduzir a situações de conflito. Reconhecemos que as nossas atividades transportam muitas vezes consigo alterações socioeconómicas profundas a uma área, e são por vezes responsáveis pela transição de um modo de vida de subsistência, para um modo de vida industrial moderno. Estas mudanças em termos de vida social, crenças, utilização da língua, costumes e práticas, assim como a destruição efetiva de locais de património cultural, podem afetar fortemente as comunidades do ponto de vista emocional. Qualquer dano, direto ou indireto, para com o património cultural, pode conduzir a oposição social, política e legal, em relação às nossas operações.

Os programas de gestão do património cultural contribuem para o desenvolvimento económico, a estabilidade social e a proteção ambiental. Conforme declarado no objetivo global para as Comunidades da Rio Tinto, comprometemo-nos a garantir que as nossas atividades de património cultural contribuem para ampliar as aspirações e desejos das comunidades, assim como os benefícios para os negócios, consistentes com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas. O reconhecimento da cultura também é essencial à implementação da maior parte dos nossos programas de comunidades.

A correta gestão dos impactos sobre o património cultural constitui por isso uma preocupação da Rio Tinto, nos seus projetos de desenvolvimento e operações. Dado o valor que a cultura encerra para as comunidades, assim como para os governos e outros organismos, a sua gestão consistente permite:

- demonstrar respeito pelos valores das comunidades;
- ajudar a construir relações fortes com as comunidades e partes interessadas, alcançando o desenvolvimento sustentável;
- beneficiar as comunidades para o futuro, quer economicamente quer socialmente;
- reduzir as ameaças aos negócios, ao minimizar a exposição a atrasos na execução, ações legais e custos de incumprimento;
- agilizar o acesso à terra e a obtenção de autorizações, potenciar a negociação de acordos, reduzir custos relacionados com negociações e compensações;
- reforçar o prestígio da Rio Tinto e dos seus negócios.

A nossa abordagem à gestão do património cultural

Na Rio Tinto reconhecemos que o património cultural deve ser gerido de forma a abranger todos os modos possíveis de interação entre as pessoas e a sua terra e cultura. Não se trata apenas de preservar locais em concreto, mas de olhar também para os aspetos principais da cultura em si.

A gestão do património cultural consiste, portanto, no processo pelo qual tomamos em conta os elementos e valores culturais na área de influência de uma determinada operação, e seguidamente agimos

no sentido de diminuir os danos e/ou proteger e reforçar esses elementos e valores. A Rio Tinto sabe que as práticas e crenças culturais, as associações a locais, objetos e costumes, estão permanentemente a mudar. As atividades mineiras podem contribuir para acelerar estas mudanças, direta ou indiretamente. A nossa abordagem à gestão cultural está consciente que precisamos de considerar e gerir as mudanças e impactos de modo a que o valor de lugares, objetos e práticas herdadas sejam mantidos a um nível aceitável para as comunidades e partes interessadas relevantes.

A gestão do património cultural pelos negócios da Rio Tinto vai além da gestão dos impactos na área das operações: engloba a consideração pelas pessoas e locais adjacentes ao espaço intervencionado pela Rio Tinto. Como tal, esforçamo-nos por gerir o património cultural em colaboração com as comunidades e partes interessadas relevantes. Isto inclui trabalhar em conjunto com as comunidades na identificação, avaliação e gestão de lugares, objetos e práticas culturalmente importantes.

As considerações de património cultural fazem parte do trabalho das Relações com as Comunidades da Rio Tinto – mas muitas vezes requerem também procedimentos e planos específicos. A nossa exigência para que os negócios elaborem e implementem um sistema de gestão do património cultural (SGPC) assegura que a abordagem holística da Rio Tinto ao património cultural é gerida formalmente, tal como sucede com outras partes dos seus negócios.

O sucesso da implementação do SGPC depende da existência de sistemas e comunicação integrados, e da ligação entre as diversas funções da empresa.

É importante notar que o tipo de trabalho será diferente ao longo das fases de exploração, estudos de projeto, desenvolvimento, construção, operação e encerramento. Para a fase de exploração, são fornecidas orientações mais específicas no documento Rio Tinto Exploration Procedure Communities. Para os projetos, recorra à guia de orientação Rio Tinto Communities and Social Performance for Projects para detalhes específicos sobre o que fazer em cada fase do projeto. Haverão também diferentes requisitos para os vários contextos nos quais operamos, tais como territórios indígenas e tradicionais, países em desenvolvimento e áreas abrangidas pela expansão de zonas industriais existentes.

Para a elaboração de cenários de referência e avaliação do risco, relacionados com o património cultural, é necessário o contributo de profissionais especializados em gestão cultural, a fim de determinar o nível de trabalho e o sistema apropriado. É necessário igualmente que a informação sobre o património cultural seja inserida no nosso trabalho e planos de gestão, ao nível da Avaliação de Impacto Social e Ambiental, e que a mesma seja usada nos processos de avaliação de risco para o negócio.

Até que ponto o nosso atual sistema de gestão do património cultural é eficaz?

As perguntas seguintes podem ajudá-lo a avaliar o estado atual do SGPC das suas operações, bem como a eficácia da sua gestão em termos de património cultural.

Lista de verificação	
[✓]	Está a par do quadro legislativo no qual se insere a questão do património cultural? Quais são as leis internacionais, nacionais e regionais relativas ao património cultural?
[✓]	Existem ligações entre a legislação que cobre outras áreas, como sejam o ambiente, mineração ou direitos fundiários, e os requisitos de património cultural?
[✓]	Foi realizada uma avaliação cultural em todas as terras adquiridas, arrendadas e/ou geridas pelo negócio? Isto inclui alugueros não mineiros e áreas que já eram desenvolvidas.
[✓]	O estudo específico sobre o património cultural fez-se acompanhar de uma “avaliação significativa”, realizada com a consulta de um vasto leque de partes interessadas e peritos?
[✓]	A avaliação de impacto social para a operação considerou os impactos diretos e indiretos sobre o património cultural tangível e intangível e foram identificadas áreas programáticas para a promoção das práticas culturais?
[✓]	As avaliações ambientais de base para a operação tiveram em conta questões de património cultural, incluindo aspetos onde os conhecimentos tradicionais ou locais poderiam ser auxiliares da monitorização e reabilitação ambiental?
[✓]	O trabalho sobre património natural baseou-se em fontes arqueológicas, antropológicas, etnográficas e históricas, assim como em peritos, para apurar o conjunto de preocupações que a operação deve ter em conta?
[✓]	A avaliação do património cultural examinou os diferentes impactos do projeto sobre diferentes grupos étnicos e/ou culturais?
[✓]	Foram consultados diversos membros da comunidade, entre homens e mulheres, idosos e jovens, assim como pessoas de diferentes grupos culturais, étnicos, políticos ou religiosos? (De notar que mesmo pessoas vivendo fora e, por vezes, longe do local da operação, podem ter fortes interesses no património cultural da área e, portanto, são necessárias medidas para que também essas pessoas sejam identificadas e incluídas).
[✓]	A avaliação de base considerou um vasto leque de partes interessadas, incluindo valores culturais, quer indígenas, quer não indígenas, quando aplicável?
[✓]	A avaliação de base considerou os valores culturais da própria operação?
[✓]	Foram tidas em conta as considerações culturais no planeamento do encerramento, como por exemplo a reabilitação do local para acomodar preocupações culturais ou a repatriação de tangível cultural?
[✓]	Foram identificados, desenvolvidos e implementados procedimentos de gestão do património cultural, para gerir os potenciais impactos e riscos da operação?
[✓]	Os empregados estão ao corrente dos conteúdos dos acordos e sistemas ambientais e de património cultural sob os quais operam?
[✓]	A operação possui metas de património cultural que lhe permitam monitorizar o progresso e a atividade?
[✓]	Os empregados que vêm de fora e os contratados receberam formação sobre familiarização cultural e sabem como evitar agir de forma culturalmente inapropriada?
[✓]	Os Recursos Humanos ou outro pessoal identificaram eventos ou práticas culturais significativos que possam sofrer o impacto dos trabalhos da operação?

As quatro fases da gestão do património cultural

Um SGPC eficaz envolve as componentes e considerações apresentadas nas quatro fases seguintes.

Envolvimento inclusivo

Garantir que os membros da comunidade e as partes interessadas:

- estão envolvidos nas avaliações de património cultural e nas decisões de gestão;
- são consultados sobre os impactos e as oportunidades.

Garantir que a consciência cultural é promovida a nível interno e que a informação é partilhada e integrada nas diversas funções operacionais.

1. Conhecer e compreender

Estabelecer a base de conhecimento necessária para definir e conduzir a abordagem de gestão cultural das operações e o sistema de gestão do património cultural.

Identificar e compreender os valores de património cultural, a sua importância e opções adequadas de gestão, através da avaliação cultural e de levantamentos junto da comunidade (incluindo a avaliação de impacto social e a análise dos riscos sociais na informação socioeconómica de base das operações).

Identificar e compreender os potenciais impactos das operações sobre os valores culturais.

Compreender opções de gestão adequadas, por meio da base de conhecimento, e em consulta com membros da comunidade, especialistas em património cultural e outras partes interessadas.

2. Planear e implementar

Elaborar procedimentos e sistemas de gestão do património cultural, apropriados ao contexto operacional e cultural em causa.

Utilizar instrumentos de planeamento da Rio Tinto, como sejam planos plurianuais das Comunidades e planos específicos de gestão do património cultural, para implementar eficazmente o sistema de gestão de património cultural das operações.

Assegurar que as considerações de gestão cultural são integradas em todos os planos e procedimentos operacionais relevantes, tais como sistemas de licenciamento de perturbações do solo, políticas de recursos humanos, procedimentos de saúde e segurança e programas de gestão ambiental.

Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da região e para o cumprimento das metas globais para as Comunidades da Rio Tinto, através de uma implementação eficaz dos programas de património cultural.

3. Monitorizar, avaliar e melhorar

Definir metas e indicadores para monitorizar o impacto das operações sobre lugares, objetos e práticas culturais, bem como o desempenho geral do sistema de gestão do património cultural.

Utilizar os resultados das avaliações realizadas pela Relação com as Comunidades, das auditorias aos sistemas de gestão do património cultural, e dos processos de reclamações, para melhorar continuamente o desempenho.

Desenvolver processos participativos de monitorização e avaliação que incluam empregados da Rio Tinto, especialistas em património cultural e os guardiões comunitários desse património.

4. Produzir relatórios e comunicar

Elaborar relatórios acerca dos projetos e incidentes culturais das operações, quer a nível interno, pela ferramenta de relatórios de responsabilidade social e ambiental (Rio Tinto's Social and Environmental Accountability Reporting Tool, SEART), a Solução de Negócio e o Guia das Relações com as Comunidades, quer publicamente, através de relatórios de desenvolvimento sustentável.

Comunicar diretamente com os membros da comunidade e os empregados e contratados da Rio Tinto, utilizando para o efeito os meios culturalmente adequados e acessíveis.

Publicar os resultados de gestão do património cultural e seus valores, de modo mais abrangente, por meios académicos ou públicos, respeitando a propriedade intelectual ou os requisitos de privacidade dos detentores desse património.

Figura 1. As quatro fases da gestão do património cultural





Buton Buton

J. M. W. Turner



2. Guia Prático

2.1	Envolvimento inclusivo	22
2.1.1	A consulta contribui para o envolvimento inclusivo	24
2.1.2	Envolvimento a nível interno	25
2.2	Conhecer e compreender	28
2.2.1	Desenvolver a base de conhecimento sobre o património cultural	29
2.2.2	Compreender os riscos ligados ao património cultural	30
2.2.3	Avaliar o património cultural	31
2.2.4	Gestão do património cultural apoiada na base de conhecimento	42
2.3	Planear e implementar	44
2.3.1	Planos de gestão do património cultural	46
2.3.2	Implementar ações de gestão	48
2.3.3	Proteger o património cultural intangível	56
2.3.4	Integrar o património cultural no negócio	62
2.4	Monitorizar, avaliar e melhorar	66
2.4.1	Monitorizar – “Como estamos a ir?”	66
2.4.2	Metas e indicadores de monitorização	70
2.4.3	Avaliação e melhoria contínua – “Como foram os nossos resultados e como podemos melhorar?”	76
2.5	Produzir relatórios e comunicar	80
2.5.1	Relatórios externos	80
2.5.2	Relatórios internos	82
2.5.3	Comunicação	82
2.6	Sumário	88

À esquerda

A descoberta do comércio de John Bulunbulun e Zhou Xiaoping, 2009. Esta pintura faz parte da exposição Trepang: China & the story of Macassan-Aboriginal trade. A exposição inclui artefactos históricos e obras de arte contemporâneas relativos à história, pouco conhecida, do comércio do “trepang” (pepino-do-mar) entre os chineses, os macassars e os aborígenes australianos, nos séculos XVIII a XX. A Rio Tinto financiou a exposição na China e na Austrália, como parte do programa intercultural de dois anos entre esses países.

2.1 Envolvimento inclusivo

Na Rio Tinto “envolvimento” significa a troca ativa de informação, a escuta de preocupações e o desenvolvimento de um acordo sobre o caminho a seguir. O envolvimento vai portanto para além da simples consulta. Deve ser inclusivo e continuado, utilizado para informar e orientar a gestão do património cultural em todas as etapas dos nossos projetos e operações.

Uma gestão do património cultural eficaz requer a participação ativa da comunidade em todas as decisões que afetem o seu património cultural. Implica também que sejam ouvidos e respeitados os valores e preocupações da comunidade, por todos os departamentos relevantes do nosso negócio.

O valor que as comunidades atribuem a determinados lugares, objetos ou práticas, e o impacto das atividades operacionais sobre esse valor, podem não ser visíveis para quem não faça parte da comunidade local. O envolvimento inclusivo assegura que os membros da comunidade e outras partes interessadas participem na identificação e gestão do seu património cultural.

Envolver os membros da comunidade nos nossos processos de tomada de decisão ajuda os profissionais da Rio Tinto a identificar oportunidades onde o trabalho relacionado com o património cultural pode contribuir para os nossos objetivos comunitários mais alargados. Por exemplo, pode possibilitar-nos revitalizar práticas culturais tradicionais.

O envolvimento inclusivo implica também comunicação dentro do próprio negócio, para garantir que todos operem em prol da gestão cultural. Muitas vezes a distinção entre as partes internas e externas à empresa é algo indefinida, já que os empregados locais terão provavelmente as suas próprias ligações e perspetivas acerca do património cultural da região.

Creemos que o envolvimento inclusivo deve prosseguir ao longo do ciclo alargado da exploração, desenvolvimento, mineração e processamento, encerramento e conclusão. Isto significa que as questões e as pessoas responsáveis pelo património cultural, quer dentro, quer fora da empresa, irão mudar ao longo do tempo, assim como poderá mudar também a perceção do risco e dos impactos sobre aquele património.

Lista de verificação

- ☒ Encontram-se envolvidos diversos habitantes locais e outras partes interessadas na identificação e valorização do património cultural? Isto é, incluindo os “não-locais” que tenham uma palavra a dizer na área abrangida pelas operações?
- ☒ As decisões sobre gestão cultural baseiam-se em processos de consulta alargados, com quem valoriza o património cultural e com peritos, quando aplicável?
- ☒ Estão a ser utilizados processos para comunicar as decisões e impactos sobre o património cultural às partes interessadas externas?
- ☒ Esses processos de comunicação são abertos e acessíveis, dirigidos aos destinatários certos, escritos ou transmitidos em linguagem adequada, e conduzidos nos lugares apropriados?
- ☒ Existe um mecanismo adequado que possibilite aos membros das comunidades reportarem-nos as suas queixas?

O envolvimento inclusivo para o património cultural traz consigo muitos desafios, conforme demonstrado em seguida. Estes devem ser resolvidos o melhor possível, de modo a que todos os implicados sejam tratados de uma forma consistente e justa.

Fatores que dificultam o envolvimento inclusivo

Ideias erradas sobre património cultural	A ideia de que o património cultural trata sobretudo de questões indígenas, ou que apenas se relaciona com recursos tangíveis e elementos históricos, pode influenciar o nosso envolvimento. O não reconhecimento de que a gestão desse património lida também com valores culturais intangíveis, da mesma forma que com objetos ou lugares físicos, pode resultar em impactos significativos e desperdício de oportunidades.
Acesso por parte de indivíduos	Em muitas situações, a legislação sobre património ou os acordos comunitários definem quem deve ser consultado em assuntos culturais. Isto significa que são frequentemente contactadas as mesmas pessoas, enquanto outras podem estar a ser excluídas. Embora deva ser seguido o protocolo regulamentar, é também desejável uma consulta mais alargada para assegurar que todos os que estão preocupados são envolvidos. Quando os regulamentos não estipulam quem deve ser consultado, recomenda-se igualmente a realização de consultas alargadas. Alguns grupos mais vulneráveis ou marginais podem ser difíceis de contactar, por várias razões. As exigências do trabalho e os prazos a cumprir podem também impedir a participação de algumas pessoas, tal como o cansaço do processo de consulta, litígios ou circunstâncias familiares.
Protocolos culturais	Os protocolos culturais podem impedir que as mulheres ou os jovens participem (ou se expressem) totalmente em encontros onde estejam presentes homens ou pessoas mais velhas. Isto impede que as suas inquietações cheguem a ser ouvidas.
Volume de trabalho	O volume de trabalho e os prazos podem impossibilitar o completo envolvimento dos empregados.
Acesso à informação	Os conhecimentos sobre o património cultural podem estar restringidos a um determinado grupo, encontrando-se outros indivíduos incapacitados para informar sobre os paradeiros e a importância de certos objetos, lugares e práticas. Aquela restrição pode relacionar-se com género, idade ou filiação. Uma consulta regular, com profissionais adequados, e, eventualmente, com peritos em património cultural, pode ser necessária para garantir a identificação de todas as preocupações relevantes.
Requisitos legais	Em algumas jurisdições, a lei exige que as consultas sobre património cultural sejam conduzidas pela respetiva agência governamental. Um processo de consulta liderado por terceiros pode não satisfazer a norma da Rio Tinto em matéria de Relação com as Comunidades, nem produzir relações positivas com as comunidades afetadas. Nas situações em que a intervenção de uma terceira parte possa diminuir a qualidade da consulta e/ou as relações entre as operações e a comunidade, deve ser ponderada a possibilidade de uma consulta suplementar.
Constrangimentos logísticos	O isolamento geográfico, condições climáticas extremas, conhecimentos e educação (quer linguística quer processual), custos, distância, fluxo de informação (isolamento relativamente a canais de comunicação), e outros fatores, podem dificultar o envolvimento. A nível interno, o financiamento e as restrições de tempo podem impossibilitar um envolvimento eficaz entre as diversas funções de uma operação.

Alcançar o envolvimento inclusivo significa que:

- todas as pessoas numa comunidade que conhecem o património cultural têm a oportunidade de expressar os seus pontos de vista em fóruns adequados;
- partilhamos com a comunidade, de um modo facilmente acessível, a informação sobre património cultural obtida pela operação;
- as comunidades têm acesso a processos de queixas, disputas e reclamações acerca de quaisquer inquietações que possam ter sobre o património cultural

(ver o Guia da Rio Tinto sobre queixas, disputas e reclamações);

- mantemos as comunidades informadas, quanto a quaisquer decisões que afetem o seu património cultural, e à forma como estão a ser processadas as preocupações ou queixas; e
- utilizamos os pontos de vista da comunidade para definir alterações às nossas operações e à sua gestão.

A caixa 1 apresenta o vasto leque de comunidades e partes interessadas que pode ser necessário considerar, com vista a alcançar o envolvimento inclusivo.

1. Quem envolver

O guia para a gestão do património cultural da Rio Tinto estabelece que a consulta deve incluir uma vasta representação de partes interessadas implicadas no património cultural de uma dada área, incluindo, mas não se limitando a: utilizadores, históricos ou tradicionais, do património cultural, comunidades locais, povos indígenas e minorias, famílias de descendentes, agências governamentais, instituições religiosas, museus nacionais e locais e institutos culturais, a comunidade científica, grupos locais históricos, e ONG.

2.1.1 A consulta contribui para o envolvimento inclusivo

Existem muitas formas de envolver uma comunidade. Qualquer processo no qual os profissionais e a comunidade dialoguem abertamente entre si, pode melhorar a nossa compreensão acerca das preocupações da comunidade.

A consulta, conduzida de modo culturalmente aceite pelas comunidades em causa, constitui um aspeto fundamental (ver o guia da Rio Tinto sobre a consulta e o envolvimento).

Nós já desenvolvemos previamente uma abordagem de consulta, a qual pode ser adaptada à medida que vamos conhecendo melhor a comunidade. Esta abordagem indica as pessoas a consultar, as suas ligações ao património cultural, e estabelece um calendário que realça a necessidade da consulta logo desde as fases iniciais de conceção do projeto.

O património cultural cruza-se com outros aspetos da diversidade, incluindo idade, género, classe, etnia, família, política, religião, estatuto económico e estado civil. Todos estes fatores podem influenciar o modo como as pessoas encaram determinados lugares, objetos e práticas, e todos devem ser tidos em conta durante o processo de envolvimento das comunidades e partes interessadas.

Por vezes, os conhecimentos sobre o património cultural podem estar restringidos a um grupo na comunidade, e os seus membros podem não estar dispostos a partilhar toda essa informação com profissionais, ou com profissionais de uma idade ou género em particular, por exemplo. Os peritos e gestores devem ser sensíveis a estes desejos, e serem capazes de avaliar a

importância de elementos de património cultural, sem revelarem informação sensível, no plano cultural. O respeito pelo direito das pessoas à privacidade é de extrema importância, assim como o reconhecimento de que o conhecimento cultural é propriedade intelectual daqueles que o detêm.

Por vezes, não existe uma opinião comum quanto ao valor de elementos de património cultural, mesmo dentro de um grupo familiar. O nosso papel é o de não tomar partido nesses debates – o processo do envolvimento inclusivo permite auscultar e acomodar diferentes valores e pontos de vista. As nossas abordagens de promoção do envolvimento inclusivo encontram-se listadas na caixa 2.

2. Atividades que contribuem para o envolvimento inclusivo

- Realizar consultas proativamente e tendo em vista a criação de relações eficazes.
- Ganhar conhecimento da estrutura e protocolos culturais e sociais da(s) comunidade(s), de modo a que sejam envolvidas as pessoas certas nos debates sobre património cultural, abarcando ao mesmo tempo as várias perspetivas existentes dentro da comunidade.
- Assegurar o acesso regular às operações, de modo a que os membros da comunidade possam ver como está a ser implementada a gestão do património cultural.
- Envolver os membros da comunidade em atividades e nas principais etapas do projeto, como por exemplo realizar cerimónias apropriadas para momentos significativos.
- Utilizar e promover os idiomas locais, por exemplo através de sinalização bilingue ou multilingue.
- Envolver membros da comunidade em processos relevantes de monitorização e avaliação ao longo da operação.
- Partilhar histórias e lições de sucesso adquiridas noutras unidades de negócio.
- Proporcionar formação em sensibilização cultural, baseada no contexto local, a todos os empregados.

Adaptado de parte do guia de práticas exemplares em matéria de envolvimento e desenvolvimento de recursos aborígenes, produzido pela Rio Tinto

2.1.2 Envolvimento a nível interno

O envolvimento a nível interno, conduzido pelos profissionais de património cultural e da Relação com as Comunidades, é tão importante como o envolvimento a nível externo. Este envolvimento é decisivo para garantir que as atividades operacionais que não se encontram sob o controlo direto dos profissionais da Relação com as Comunidades, cumprem na mesma os requisitos de património cultural.

Para gerir e proteger o património cultural é necessária uma comunicação clara entre as várias áreas operacionais, de forma que os empregados e os contratados:

- se comprometam com e apoiem os procedimentos relativos ao património cultural;
- apoiem os programas de envolvimento externo;
- ajam de formas culturalmente apropriadas;

- ajam em conformidade com os procedimentos do sistema de gestão do património cultural.

A caixa 3 apresenta um exemplo original aplicado pela Rio Tinto Coal Australia para aumentar a consciência cultural dos seus empregados.

A operação Rio Tinto Alcan's Weipa, em Queensland Norte, Austrália, apresentada no estudo de caso 1 (página 26), mostra uma das diversas abordagens possíveis para o envolvimento com o património cultural e dos benefícios que daí advêm.

3. Percurso pedestre de Hail Creek

Em 2009, a mina Hail Creek, da Rio Tinto Coal Australia, criou um percurso pedestre interpretativo desde os alojamentos dos empregados, na vila, até à mina. Este caminho é utilizado pelos empregados no seu trajeto para o trabalho. O percurso foi delineado em consulta com os Proprietários Tradicionais locais, o povo Wiri Yuwiburra. O percurso pedestre representa uma tentativa de promover a consciência da cultura aborígine entre todos os empregados. Simultaneamente, o percurso funciona como um local de preservação “ao vivo” de alguns elementos de património cultural que foram transferidos da operação. A sinalização ao longo do trajeto explica o significado de cada um daqueles elementos. O objetivo é incentivar os empregados a aprenderem sobre o património cultural da região, e a apreciarem mais a cultura dos Wiri Yuwiburra.



À esquerda
Percurso pedestre Hail Creek,
Queensland, Austrália.
O percurso foi delineado em
conjunto com os Proprietários
Tradicionais Wiri Yuwiburra para
promover a consciencialização
dos empregados para a cultura
aborígine.



Weipa
Austrália

Estudo de caso 1: Rio Tinto em Weipa, Austrália

Envolvimento inclusivo na Rio Tinto Alcan Weipa

As minas de bauxite Weipa e Andoom estão localizadas em Weipa, na Península Cape York, Queensland Norte, Austrália. A mineração tem estado ativa naquela área desde a década de 1950. A Rio Tinto Alcan planeia alargar a atividade mineira até à zona de Andoom Oriental, que até agora não foi explorada. Apesar de a mineração não ter sido agendada para antes de 2011-2012, começou a ser desenvolvido com bastante antecedência um plano de gestão comunitária, de património cultural e ambiental, no qual são identificadas as principais questões e iniciativas de gestão.

Desafio: Gerir o património cultural em conjunto com outras obrigações do negócio

Na região de Weipa, as preocupações culturais dos Proprietários Tradicionais vão para além dos sítios arqueológicos e prendem-se com uma ligação espiritual forte e viva com a terra e a paisagem cultural de uma maneira geral. Por isso, a gestão do património cultural em Weipa encontra-se estreitamente ligada às questões da terra, incluindo direitos e responsabilidades significativos dos Proprietários Tradicionais sobre a gestão dos recursos naturais. Uma gestão cultural eficaz em Weipa implica a consideração de toda a paisagem cultural, por oposição a uma gestão que encare o património cultural como uma série de objetos isolados. Isto, por sua vez, requer a participação de uma série de partes interessadas, incluindo o departamento de ambiente da Rio Tinto Alcan. O desafio para a empresa consiste em abordar as suas obrigações do negócio, num contexto social e de paisagem natural complexo, e com fortes valores culturais intangíveis.

Processo: envolvimento a nível externo e interno

O Plano das Comunidades de Andoom Oriental, da Cultura e do Ambiente exigiu uma abordagem de envolvimento integrado e inclusivo por parte da Rio Tinto Alcan para assegurar que as preocupações do povo Thanikwithi acerca do património cultural e do ambiente seriam incorporadas no plano, muito antes do início dos trabalhos no terreno.

Mais concretamente, os Proprietários Tradicionais levantaram questões quanto ao uso recreativo de Vycs Crossing, por parte dos habitantes de Weipa e dos turistas. Para os Thanikwithi, Vycs Crossing constitui um local habitualmente usado para dar as boas-vindas aos visitantes através de uma breve cerimónia. Embora estivessem satisfeitos por o local poder continuar a ser utilizado pelo público, os Thanikwithi estavam preocupados com as perturbações ambientais provocadas pelos veículos com tração às quatro rodas que passavam no riacho, e com o lixo deixado pelas pessoas. A Rio Tinto

Alcan reconheceu estas inquietações, encarando-as como assuntos de património cultural e gestão da terra.

Na abordagem a estas questões, os departamentos de relações com as comunidades e de ambiente da Rio Tinto Alcan trabalharam com os Proprietários Tradicionais para introduzir barreiras de controlo ao tráfego e para impedir as pessoas de conduzirem até à margem do rio, o que incluiu um parque de estacionamento com barreiras. Foram elaborados materiais educativos para envolver e informar todos os empregados e a comunidade mais alargada sobre a importância de Vycs Crossing para o povo Thanikwithi. Estes materiais incluem sinalização interpretativa e panfletos informativos, os quais focam a importância cultural do local para quem o utiliza. Em 2010 foi editado um calendário mostrando conhecimentos tradicionais locais e sublinhando as obrigações mensais de gestão, por parte da empresa e da comunidade. Os materiais explicam também que o acesso continuado ao local é possível graças à boa vontade dos Proprietários Tradicionais.



Resultado: Gestão integrada e inclusiva de Vyces Crossing

O envolvimento inclusivo é necessário para compreender os aspetos culturais de qualquer operação, especialmente para identificar opções de gestão adequadas para os lugares com significado cultural. No caso do Plano de Gestão de Andoom Oriental, o processo de envolvimento incluiu a consulta dos Proprietários Tradicionais e outras pessoas do povo Thanikwithi, bem como dos profissionais de ambiente, na abordagem às questões culturais relacionadas com a gestão da terra. Envolveu ainda a comunidade alargada de Weipa para garantir que o seu comportamento seria sensível à cultura local e alinhado com as aspirações dos Proprietários Tradicionais.

O resultado deste envolvimento inclusivo foi o desenvolvimento de um plano de gestão integrado, a produção de resultados ambientais positivos, e o reforço das relações entre a operação e os Proprietários Tradicionais.



No topo
Steven Hall (Ancião Chefe dos
Thanikwithi) e Amanda Woodley
(funcionária de património cultural
da Rio Tinto Alcan) recolhem
amostras de um amontoado
de conchas para datação por
radiocarbono. O conjunto tem
aproximadamente 500 anos.

Acima
Brochura informativa sobre a
importância de Vyces Crossing.
A brochura e os outros materiais
educativos sobre Vyces Crossing
foram produzidos conjuntamente
pelos proprietários tradicionais
Thanikwithi e a Rio Tinto.
No círculo
Amontoado de conchas

2.2 Conhecer e compreender

Conhecer os lugares, objetos e práticas que são importantes para as comunidades, e compreender porque são valorizados, constitui o alicerce de um sistema de gestão de património cultural robusto.

Logo numa fase inicial, as operações devem procurar ganhar conhecimento e compreensão sobre:

As normas e orientações da Rio Tinto relativas ao património cultural

- Norma da Relação com as Comunidades, Norma para a gestão do património cultural (Austrália) e outros documentos orientadores aplicáveis

O quadro legislativo para o património cultural

- Quais são os requisitos legais e regulamentares para o património cultural?
- Existem leis comuns que determinem os requisitos de património cultural?
- Existem protocolos ou normas industriais específicos aplicáveis?

Comunidades e partes interessadas

- Quem tem interesses no património cultural da área afeta à operação e nas áreas adjacentes?
- Como variam os valores culturais entre grupos?
- De que forma o contexto legislativo determina quem deve ser consultado?

Património cultural tangível

- Que lugares, objetos e recursos naturais são considerados importantes?
- Porque são os mesmos importantes?

Património cultural intangível

- Quais as práticas e valores culturais passíveis de sofrerem o impacto das atividades operacionais?
- Como se relacionam as práticas culturais com o património cultural tangível, nas áreas das operações?
- Como podemos apoiar a manutenção e celebração das práticas e crenças culturais?

Processos de gestão adequados

- De que forma o valor associado a lugares, objetos e práticas influencia o modo como os mesmos devem ser geridos?
- Como é que uma boa gestão do património cultural pode contribuir para os nossos compromissos, em termos de um crescimento económico local e regional que seja consistente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e com os nossos próprios objetivos de desenvolvimento sustentável?

Lista de verificação

- [✓] A operação mantém um registo de todas as exigências relativas ao património cultural?
- [✓] A operação mantém um registo de todos os elementos de património cultural tangível existentes na área gerida, e encontra-se a respetiva localização assinalada no Sistema de Informação Geográfica (SIG) interno?
- [✓] Estão documentados todos os elementos e valores industriais e históricos da própria operação?
- [✓] A operação tem conhecimento dos valores culturais intangíveis que são importantes para a comunidade e de como estes podem ser promovidos?
- [✓] Os instrumentos de avaliação integram-se e complementam-se, relativamente ao património cultural e às inquietações da comunidade local a esse respeito?
- [✓] Foram identificadas todas as partes interessadas potenciais?
- [✓] Foram identificadas potenciais áreas programáticas culturais, com base nos valores da comunidade local?

2.2.1 Desenvolver a base de conhecimento em património cultural

Desenvolver o conhecimento necessário a uma gestão eficaz do património cultural requer tempo, e deve iniciar-se ainda na fase de conceção ou de exploração do projeto. Desenvolver e atualizar regularmente uma base de conhecimentos pertinente constitui uma exigência da nossa norma da Relação com as Comunidades.

A base de conhecimento possibilita a uma operação planear adequadamente e monitorizar, rever e avaliar o seu desempenho em termos de património cultural. A Rio Tinto utiliza uma definição abrangente daquilo que considera "património cultural". São necessários diferentes estudos e avaliações para construir a base de conhecimento. Em cada fase do processo, as avaliações e estudos devem ser realizadas por profissionais e podem estar sujeitas a métodos e requisitos legais e específicos.

As avaliações das comunidades – análise da situação socioeconómica ou avaliações de impacto social e ambiental - podem identificar práticas e recursos culturais de interesse para as mesmas, os quais podem ser afetados pelas atividades operacionais.

As avaliações específicas de património cultural – avaliações e estudos da Rio Tinto - podem identificar objetos ou sítios de valor, bem como estabelecer o contexto cultural no qual o património é valorizado.

A norma da Rio Tinto em matéria de Relação com as Comunidades exige igualmente que todos os negócios abordem, como parte do seu envolvimento com as comunidades, as alterações nas regras culturais locais, quer estas resultem das nossas operações ou não. Isto significa que, ao mesmo tempo que somos responsáveis por compreender e gerir as alterações decorrentes da nossa presença, também precisamos de compreender de que forma estas se relacionam com outras mudanças culturais. Estes aspetos podem ser monitorizados por meio de verificação periódica com as comunidades e da realização de estudos de património cultural.

Os estudos e os seus termos de referência devem ser suficientemente abrangentes para garantir que vão ao encontro dos requisitos da Relação com as Comunidades ao:

- compilar uma lista de elementos do património cultural tangível, baseada em normas culturais pertinentes;
- promover a compreensão dos valores culturais intangíveis;
- documentar todos os elementos e valores industriais e históricos da própria operação.

A análise desta informação por peritos em património cultural, quer sejam internos ou externos, permite compreender como são valorizados lugares, objetos e práticas, como podem sofrer impacto, positivo ou negativo, das atividades operacionais, e como esses impactos podem ser melhor geridos. Cada operação necessita ainda de ponderar cuidadosamente o modo como os dados serão manuseados no sistema de gestão de património cultural, e como irão contribuir para a gestão da operação.

A informação sobre o património cultural deve ser recolhida ao longo do ciclo de vida da mina ou da operação. Isto porque as diferentes etapas no decurso de uma operação podem ter diferentes impactos sobre o património cultural (consultar as Leituras complementares para informação complementar). Além disso, o longo tempo de vida das atividades operacionais e das infraestruturas associadas, significa que os indivíduos nas comunidades afetadas irão mudar, como pode também mudar a sua compreensão e perceção do risco e impacto para o património cultural.

2.2.2 Compreender os riscos ligados ao património cultural

A análise de risco, incluindo ameaças e oportunidades, ajuda a determinar a escala e complexidade de um sistema de gestão do património cultural que se adegue ao perfil de risco da operação. Os riscos para o património cultural devem ser abordados no âmbito da Análise dos Riscos Sociais de uma operação (ver o guia de Análise dos Riscos Sociais) e, nalgumas situações, justifica-se uma análise de risco cultural específica.

A compreensão da exposição ao risco permite a conceção e implementação de um sistema de gestão de património cultural que seja adaptado ao nível de risco em causa. Os fatores que contribuem para a exposição ao risco englobam:

- as características dos sítios de património cultural da região (tipos, distribuição e densidade) e a ausência ou a dimensão e qualidade de estudos culturais anteriores;

- a natureza dos valores e património cultural intangível da comunidade/região, e a sua potencial sensibilidade aos impactos da mineração;
- sítios de património cultural registados na área da operação e sua importância;
- quaisquer reivindicações ou questões de propriedade da terra ligados à área da operação, e se estão em vigor quaisquer acordos comunitários;
- o alcance de quaisquer autorizações regulamentares e de projeto, ou quaisquer planos de gestão de património cultural, incluindo os relativos a perturbações sobre esse património;
- as prioridades, inquietações e vontade de participar por parte das comunidades relevantes;
- litígios antigos ou questões ligadas a heranças; e
- a natureza das atividades da operação.

A perceção que as pessoas têm do risco depende do contexto. Numa área onde o desenvolvimento industrial esteja a iniciar-se, ou na qual o património cultural sofra o impacto cumulativo de muitas operações e atividades, as pessoas sentem como sendo mais forte o impacto de novas atividades, independentemente da sua intensidade. Esta é outra razão pela qual é necessário atualizar regularmente a nossa informação de base.



À esquerda

Esta árvore sagrada está localizada junto às ruínas do antigo templo Alag Bayan, na província de Bayan, distrito de Khanbogd, Mongólia. É o ulmeiro mais largo (6 metros em diâmetro) conhecido na Mongólia. A comunidade local protege esta árvore, incluindo a aplicação das proibições de extrair madeira ou ramos caídos e de poluir ou deixar lixo. Esta fotografia foi tirada pelo botânico de Oyu Tolgoi, J. Sanjid, em julho de 2009, como registo deste elemento de património cultural.

2.2.3 Avaliar o património cultural

Uma avaliação sobre o património cultural deve compreender:

- uma revisão documental, seguida de trabalhos no terreno, dirigida a todas as formas relevantes de património cultural;
- o envolvimento inclusivo e a consulta com as comunidades locais e as partes interessadas; e
- uma análise da legislação aplicável à operação.

Revisão documental

A revisão documental consiste na análise:

- do conhecimento detido atualmente pela operação (registos da operação, relatórios, conhecimentos dos empregados, etc);
- dos registos de património cultural (local, regional, nacional e internacional); e
- de estudos académicos que possam ter sido realizados na área, incluindo estudos arqueológicos, históricos, antropológicos e paleontológicos.

Rever a nossa base de conhecimento é particularmente importante quando uma operação esteve ativa durante muitos anos ou quando não tenha sido ainda efetuado um trabalho de património cultural em termos formais e sistemáticos. O trabalho de património cultural pode ser feito em retrospectiva; especialmente se uma operação foi iniciada antes de ter sido legislada ou exigida pela Rio

Tinto uma gestão sistemática daquele património. Pode ser útil procurar relatórios dos trabalhos iniciais, tais como a exploração inicial da área, os quais podem conter consultas documentadas de índole cultural ou análises ambientais da área.

Os registos de património cultural listam os sítios culturais com diferentes graus de importância. O valor atribuído a um sítio de património cultural define se o mesmo irá constar dos registos locais, regionais, nacionais ou internacionais e, consequentemente, os respetivos regulamentos aplicáveis. A não identificação de sítios já registados ou a incorreta interpretação dos requisitos ou limitações de gestão impostos pelo registo de um sítio podem resultar em sérias consequências, tais como infrações legais ou queixas devidas a acessos não autorizados.

A verificação de registos constitui apenas o ponto de partida no trabalho de património cultural. Basear-se unicamente nos registos para informar o trabalho de património cultural não é suficiente porque é raro acontecer que todos os sítios tenham sido registados. A legislação fornece muitas vezes uma proteção geral para categorias de sítios, independentemente de estarem ou não registados. A ignorância não constitui justificação no caso de estes sítios virem a sofrer perturbações.

Trabalhos no terreno

Os estudos de locais de património cultural envolvem geralmente técnicos especializados que analisam os elementos existentes em toda a área gerida pela operação ou o provável efeito de projetos de desenvolvimento específicos. Isto pode incluir, mas não limitar-se a, novas áreas mineiras ou instalações de processamento, infraestruturas como estradas, ferrovias, centrais e postes elétricos, barragens hidroelétricas, resíduos, trilhos de exploração e buracos de perfurações, ou áreas potencialmente afetadas por emissões ou poeiras. O alargamento das operações em curso deve ser também avaliado. O tempo e custos envolvidos nos trabalhos no terreno dependem da sua dimensão e contexto.

Existem muitas abordagens possíveis aos trabalhos no terreno. A metodologia escolhida e os profissionais envolvidos irão influenciar o resultado das pesquisas. Os profissionais devem ser selecionados com base em competências reconhecidas. Deve procurar-se que o aconselhamento por peritos de dentro da empresa garanta o recurso à metodologia e aos profissionais certos, para permitir o levantamento e a identificação completa e rigorosa dos valores de património cultural.

A maior parte das avaliações do património cultural envolvem um estudo etnográfico conduzido por um antropólogo e um estudo arqueológico conduzido por um arqueólogo. Pode ser também pedido um estudo histórico e/ou arqueológico nos locais com potencial ocorrência de vestígios históricos, incluindo construções antigas ou trabalhos de mineração. Em locais com restos fósseis pode haver a necessidade de estudos paleontológicos.

- Os estudos etnográficos são usados para identificar lugares e práticas importantes, alguns dos quais podem não ser visíveis para as pessoas fora do grupo interessado, e os possíveis impactos a que estão sujeitos. Os estudos etnográficos são conduzidos por um antropólogo qualificado.
- Os estudos arqueológicos visam localizar e registar todos os sítios arqueológicos passíveis de serem afetados pelos trabalhos do projeto proposto. É necessário um estudo completo quando se conhece pouco sobre a distribuição do património arqueológico. Quando se disponha de uma quantidade significativa de informação de base, pode ser apropriado o estudo por amostragem, desde que rigorosamente justificado.
- Pode haver a necessidade de um estudo histórico quando seja provável a existência de construções ou vestígios históricos. Os arqueólogos estão treinados para identificarem aspetos subtis da paisagem, como por exemplo evidências de demarcação de limites de propriedade ou outras evidências históricas, os quais

não são normalmente detetados em estudos etnográficos ou arqueológicos.

- O património industrial pode ser identificado no âmbito de um estudo histórico e, onde seja pertinente, deve incluir uma avaliação do espólio do próprio negócio da Rio Tinto.
- Os estudos paleontológicos realizam-se em áreas com probabilidade de ocorrência de fósseis de dinossauros, ou outros fósseis pré-históricos, não humanos.

Os técnicos especializados devem fazer-se acompanhar por membros da comunidade, especialmente aqueles para quem o património cultural é importante, os quais podem auxiliar na identificação de elementos e, principalmente, explicar o seu significado. A integração de grupos locais e proprietários tradicionais nos estudos etnográficos e arqueológicos pode:

- contribuir para a manutenção da cultura;
- fomentar a educação cultural e ajudar a assegurar a presença de membros da comunidade com conhecimento do património cultural em futuros processos de avaliação; e
- fomentar um espírito de inclusão e envolvimento.

Por vezes, as comunidades possuem ou contratam os seus próprios técnicos especializados para conduzirem os trabalhos necessários no terreno. Na Austrália, Canadá e Estados Unidos, por exemplo, são as organizações indígenas representativas quem muitas vezes coordena as avaliações do património indígena, especialmente quando isso foi acordado entre a operação e a comunidade.

A finalização dos trabalhos no terreno não significa que todos os elementos e valores culturais tenham sido identificados. Vestígios humanos pré-históricos enterrados, por exemplo, podem ser descobertos apenas durante os trabalhos de perfuração do solo ou outras atividades. Quando se deteta um elemento de património cultural do qual não havia conhecimento, o mesmo é designado por “achado fortuito”. Devem desenvolver-se e implementar-se procedimentos para lidar com achados fortuitos, de modo que todos os empregados e contratados interrompam os trabalhos de imediato, quando são descobertos novos objetos, até que seja clarificada a situação por meio de um processo apropriado. Os procedimentos para achados fortuitos serão debatidos com maior detalhe na secção Planear e Implementar deste guia (2.3).

O estudo de caso 2, de Jadar, na Sérvia, realça a importância da realização prévia de uma revisão documental e de um trabalho no terreno inicial, para assegurar uma consciencialização profunda das questões de património cultural da região, ao longo dos estudos e conceção do projeto.



Em cima
Empregados da Rio Tinto Alcan Weipa examinam um aparelho de perfuração histórico no ML7031, em Queensland, Austrália. Este artefacto encontra-se agora protegido por um corta-fogo e um programa de queimadas controladas para reduzir o impacto de incêndios florestais na estrutura de madeira. Neale Dahl, Superintendente para o Ambiente (esquerda) e Justin Shiner, arqueólogo (direita).

À esquerda
Ken Mulvaney, especialista em Património Cultural, da Rio Tinto Iron Ore, e estudantes da Universidade da Austrália Ocidental, registam arte rupestre na Península Burrup, Região Pilbara, Austrália Ocidental.



Jadar
Sérvia

Estudo de caso 2: Rio Tinto em Jadar, Sérvia

Envolver antecipadamente os peritos na revisão documental, para identificação do património cultural

O projeto de lítio-borato da Rio Tinto, em Jadar, está localizado a cerca de 100 km de Belgrado, na Sérvia. Descoberto pela Rio Tinto Exploration, o projeto de Jadar foi transferido para a Rio Tinto Minerals em 2009, após ter sido completado um estudo de Ordem de Grandeza. Durante esse estudo foi realizado um trabalho considerável ao nível do património cultural.

Desafio: Incorporar antecipadamente o património cultural

O desafio para a Rio Tinto Exploration ("Exploration") consistiu em desenvolver um conhecimento suficiente do património cultural da área antes de se dar início às perfurações, numa escala e custo apropriados à fase inicial do projeto e aos reduzidos níveis de perturbação. A exploração seguiu o princípio de que é preferível reunir informação de qualidade sobre o património cultural antecipadamente e garantir assim que os respetivos requisitos são incorporados no planeamento e conceção do projeto. Isto ajuda a evitar eventuais erros e previne a incursão em esforços e custos maiores para o negócio, em reajustes ao projeto e medidas de mitigação evitáveis. Ao recorrer a peritos, logo no início do seu trabalho de património cultural, a Exploration esteve em condições de identificar e evitar sítios e valores importantes de património, e de compreender as ameaças e oportunidades relevantes para as fases subsequentes do projeto. Isto conduziu também ao fortalecimento das relações para os futuros estudos no projeto.

Processo: Efetuar uma revisão documental prévia

A Exploration empreendeu uma revisão documental para a área de Jadar, envolvendo especialistas regionais da Universidade de Belgrado. A mesma consistiu numa revisão bibliográfica aprofundada, uma inspeção ao local, e a criação de uma base de dados digital, integrada no SIG, para uma maior facilidade de utilização. O processo ajudou a compilar informação sobre a história e importância, passada e presente, da área.

Os resultados da revisão documental revelaram amplos e significativos valores de património, incluindo a existência de túmulos da Idade do Bronze e do Ferro na zona da vila de Brezjak. Os mesmos continham restos humanos cremados, pulseiras, colares, lanças, urnas e outros artefactos. Esta pesquisa inicial contribuiu para definir requisitos de gestão do património cultural para as fases seguintes do projeto e evita quaisquer perturbações desnecessárias sobre o património durante a construção e operação da mina.

Para além de possuir artefactos materiais que datam desde o final do Neolítico até à Idade Média, a área de Jadar possui também um valor intangível significativo, graças ao seu histórico envolvimento na Primeira Guerra Mundial. A Batalha de Cer, também conhecida como Batalha de Jadar, disputou-se neste local entre a Sérvia e os exércitos invasores Austro-Húngaros. Tratou-se da primeira vitória dos Aliados na Primeira Guerra Mundial. Esta memória histórica da guerra, juntamente com o espólio arqueológico físico dessa altura, constituem um aspeto importante na memória coletiva da comunidade local.

A continuação do estudo dos túmulos, em particular, pode vir a fornecer um melhor conhecimento, que há muito faltava, sobre os povos que ocuparam este local há vários milhares de anos atrás. Em novembro de 2010, a Rio Tinto assinou um acordo para doar 50.000€ ao Museu de Jadar, para este prosseguir a investigação sobre estes túmulos pré-históricos. Uma vez concluída a fase de exploração, a Rio Tinto irá trabalhar em conjunto com o museu no sentido de desenvolver os planos que melhor interpretem e divulguem as suas descobertas.



Resultado: O trabalho prévio sobre património conduz ao sucesso no futuro

Ao efetuar uma revisão documental numa fase precoce do projeto, como parte do trabalho sobre património, a Exploration revelou sítios arqueológicos importantes, chamou a atenção para um período histórico significativo para a população local, e identificou áreas sensíveis, tais como a exumação de restos mortais da Primeira Guerra Mundial. A Rio Tinto precisa de manter-se ciente destas descobertas ao longo do seu trabalho.

Os resultados demonstram a importância de abordar as questões de património cultural antecipadamente,

mesmo se a evolução de um projeto mineiro pode levar 10 ou 20 anos. Ao envolver os peritos locais adequados, isto foi conseguido com um custo proporcional à fase do projeto. Munida de um conhecimento exaustivo do património da região de Jadar, a Rio Tinto encontra-se agora bem posicionada para apoiar e fortalecer a gestão do património cultural a decorrer na área. O envolvimento atempado em torno das questões culturais e o recurso a peritos locais é também reconhecido como fundamental na construção de relações fortes com as comunidades e parcerias.

2

Em cima

Um grupo escolar em visita ao memorial da batalha de Cer. A batalha de Cer, que foi a primeira vitória dos Aliados na Primeira Guerra Mundial, constitui um aspeto importante da memória coletiva da comunidade.

Em baixo

Recuperação de um sítio após a escavação de túmulos da Idade do Bronze e do Ferro no projeto de Jadar.

No círculo

Escavação de túmulos da Idade do Bronze e do Ferro no projeto de Jadar.



Relatórios das investigações

Os relatórios das investigações devem ser detalhados e assegurar que toda a informação importante é captada e consistente com o nosso sistema de gestão de informação interno. Tencionamos manter a consistência nos nossos relatórios sobre património cultural para garantir que não ocorrem impactos não autorizados, causados por informação incorreta.

A operação deve certificar-se de que obtém a autorização apropriada da comunidade para utilizar qualquer informação cultural que tenha sido obtida para os propósitos do negócio. Isto permite aos indivíduos e comunidades conservarem os seus direitos de propriedade moral e intelectual relativamente ao conhecimento cultural. As comunidades têm o direito de decidir o modo como a informação cultural é comunicada publicamente, e também o de restringir a divulgação mais alargada do seu conhecimento cultural.

Cada operação deve possuir um sistema de gestão de informação adequado e claro que garanta a sensibilidade e respeito no tratamento do conhecimento de património cultural. Por exemplo, documentos acesso restrito devem ser claramente assinalados.

Enquadramento legal

É necessário estabelecer a moldura legal em matéria de gestão do património cultural, às escalas internacional, nacional e local. Esta pode incluir leis comuns (assentes nas tradições culturais locais), leis de património cultural regionais e nacionais, e estatutos, convenções e outros acordos internacionais aplicáveis ao país onde decorre a operação. Estes instrumentos têm diferentes graus de estatuto legal. A legislação de património cultural varia muitas vezes entre países e dentro de um país, dependendo do nível de importância atribuído a um lugar de património cultural.

Em determinadas circunstâncias podem existir diferentes leis e regulamentos para proteger o património cultural de diferentes grupos, dentro de uma mesma jurisdição. Por vezes, a legislação relativa a áreas como o ambiente, mineração ou direitos fundiários pode interligar-se e reforçar os requisitos de património cultural.

Os negócios da Rio Tinto têm de cumprir ainda com protocolos e normas industriais para o património cultural, bem como para o desenvolvimento sustentável, e para a responsabilidade ambiental e social. Mesmo que não se apliquem sanções legais, a reputação da Rio Tinto pode sair prejudicada se não observarmos rigorosamente aquelas orientações.

Nalguns casos, a legislação local exige que seja realizado trabalho de pesquisa de património cultural por terceiros, ou então contém condições relativamente à propriedade, e subsequente administração, dos artefactos desenterrados. Em muitos casos, o Estado é o proprietário dos elementos de património cultural. Isto não deve impedir os negócios da Rio Tinto de empregarem os seus próprios profissionais para certificar que o trabalho de património cultural é de elevada qualidade, e que cumpre os nossos requisitos internos.

Se não existir um quadro jurídico para a proteção do património cultural num país onde a Rio Tinto opere, ou se os nossas normas excederem os requisitos legais, então a operação deve reger-se pelas normas da Rio Tinto.

O estudo de caso 3 (página 38) na mina Palabora, na África do Sul, descreve um requisito específico para os negócios que operem nesta região. O caso de Palabora foi bem sucedido, porque não se limitou a cumprir requisito legal sul-africano, mas ainda converteu o seu registo num recurso.



Bens do património

Nalgumas circunstâncias, a avaliação de base do património cultural deve também reconhecer e registar a importância histórica da própria operação de mineração. Os profissionais de história e/ou património industrial podem aferir a importância de edifícios históricos, aspetos da paisagem ou maquinaria que possam refletir a arquitetura da sua época, a ilustração de um momento da história nacional, ou qualquer outro elemento de significado histórico ou tecnológico. As circunstâncias em que isto é pertinente incluem: situações em que o espólio dos negócios tenha mais de 50 anos; situações que representem o primeiro exemplo de uma determinada tecnologia ou tipo de edifício; ou casos em que a operação tenha tido um papel relevante no desenvolvimento de uma região ou país.

As operações de mineração históricas ocupam frequentemente um lugar especial na memória coletiva da comunidade local, uma vez que gerações de pessoas trabalharam nessas minas ou indústrias. Por vezes, a história de uma operação mineira ou de um produto está intimamente ligada à história do desenvolvimento regional dessa área. Por exemplo, o estudo de caso 4 (página 40) na Shawinigan Aluminium Smelter, no Canadá, foca algumas das razões pelas quais os edifícios históricos pertencentes a uma operação podem constituir elementos significativos de património, e de que forma esses elementos podem ser geridos para realçar o seu valor, através da sua atual utilização.



No topo
As cabanas mineiras são um bem do património valorizado no Michigan, EUA.

Acima
Interior do moinho Humboldt, o qual irá ser renovado para processar minério da mina Kennecott's Eagle, no Michigan, EUA.



Phalaborwa
África do Sul

Estudo de caso 3: Rio Tinto em Phalaborwa, África do Sul

Responder aos requisitos legais enquanto se ampliam os objetivos para o património cultural

A Palabora Mining Company “Palabora” opera numa grande mina de cobre na província do Limpopo, na África do Sul. A Palabora, que iniciou os trabalhos em 1956, é totalmente gerida pela Rio Tinto, que detém 57% da mina. É a única produtora de cobre refinado na África do Sul.

Desafio: Utilizar os requisitos legais para beneficiar o património cultural

A África do Sul concretizou diversas reformas legislativas para lidar com a gestão e proteção dos seus sítios e recursos ricos em património. Em termos concretos, a mina Palabora está incumbida de compilar um inventário de registo do património para a área na qual opera (Secção 39 da *National Heritage Resource Act*). O desafio para a Palabora tem sido cumprir estes requisitos legais, e ao mesmo tempo desenvolver um registo do património do sítio, que fique publicamente disponível. Embora os requisitos legais tenham sido o impulso para a Palabora elaborar um registo, este foi também criado como uma ferramenta para a eficácia da gestão de atividades futuras, para fazer decisões de planeamento oportunas, e para demonstrar, às comunidades locais e ao governo, que o seu património cultural estava a ser gerido eficazmente.

Processo: Criar um registo

A mina Palabora atua na região Phalaborwa, uma área rica em recursos de património cultural, que datam desde a Idade da Pedra. No total foram encontrados 13 sítios arqueológicos nos terrenos da mina pertencente à Palabora. Dois destes sítios, Shankare e Phutwane, são considerados de extrema importância, por conterem evidências das primeiras ocupações humanas.

Apesar de algumas orientações gerais listadas na legislação, não existia nenhum formato regular onde inserir o registo de património cultural da Palabora. Foi então dispendido um tempo considerável a planear a conceção e conteúdo do registo. Uma equipa interna da Palabora foi incumbida desta tarefa e um especialista em património cultural da Rio Tinto Corporate foi consultado nesta fase de planeamento. O formato e conteúdo do registo teve em conta a situação política – as terras na área da mina são reclamadas por quatro comunidades diferentes. Daí que o património cultural pertencente a cada um destes grupos teria que ser representado diplomaticamente no conteúdo online.

Atualmente, o registo de património cultural da Palabora consiste num website³ que mantém arquivados todos os bens de património cultural, sítios, artefactos e atividades relacionadas, de acordo com a legislação. O registo fornece imagens e detalhes úteis como a descrição de ameaças, as comunidades que reclamam os sítios, quem está encarregue da monitorização, e muito mais. Para além do conteúdo exigido, o registo online contém ainda uma descrição da história da área e a legislação aí aplicável, dois mapas interativos de SIG, e informação do contacto para sugestões e comentários adicionais. As restrições de acesso ao sítio da mina, incluindo as questões de segurança, garantem que a listagem dos sítios não apresenta o risco de visitas não autorizadas, danificação ou pilhagem dos mesmos.



Resultado: Ir além da conformidade

Ao utilizar a legislação sul-africana como um trampolim, mais de que um fim em si mesmo, a Palabora aproveitou a oportunidade para transformar o seu registo de património cultural numa ferramenta robusta e interativa, disponível online para o público. O registo contribuiu para o orgulho das quatro comunidades que reclamam a posse da terra mas não aumentou a tensão política entre elas. Para além de constituir um arquivo completo das condições atuais, o registo certifica também que futuras atividades mineiras e de desenvolvimento são sensíveis a estes sítios de património, prevenindo desta forma futuras perdas ou danos. Ao tomar uma abordagem proativa na construção deste tipo de registo, a Palabora demonstra como um negócio pode cumprir a legislação e os seus requisitos internos de gestão do património cultural, assim como intensificar o seu compromisso para com a transparência, respeito pela comunidade e educação do público.

3



No topo
Estudantes da Universidade de Cape Town conduzem uma escavação num dos sítios arqueológicos nos terrenos da Palabora.

Acima
Membros da comunidade local tribal em visita a uma nascente natural que foi usada pelos seus antepassados. A nascente localiza-se nos terrenos da Palabora.

No círculo
Ruínas de uma fornalha de cobre encontradas na Palabora durante o desenvolvimento.



Quebeque

Canadá

Estudo de caso 4:

Rio Tinto no Quebeque, Canadá

Reconhecer o valor do património da indústria de alumínio do Canadá

A primeira vez que se fundiu alumínio no Canadá foi em 1901, no Shawinigan Aluminium Smelting Complex, na cidade de Shawinigan, província do Quebeque. O Shawinigan Aluminium Smelting Complex, que na altura era operado pela Northern Aluminium Company Limited, passou entretanto a pertencer à Rio Tinto Alcan. Em virtude da longa história de um século, o anterior Shawinigan Aluminium Smelting Complex, o mais antigo complexo de fundição de alumínio existente na América do Norte, foi designado como “sítio histórico nacional” do Canadá em 2002.

Desafio: Como proteger valores de património industriais

O complexo de Shawinigan representa a origem histórica e o desenvolvimento da produção de alumínio. Os principais valores de património deste sítio histórico incluem a sua arquitetura e construção, as paisagens vistas dos vários edifícios e a relação destes com o Rio Saint-Maurice e as Cascatas Shawinigan. Estes valores e características encontram-se todos listados no registo de lugares históricos do Canadá. O desafio para a empresa não foi tentar avaliar os valores de património, os quais eram bem entendidos e reconhecidos, mas sim encontrar um modo eficaz de gerir estes edifícios, uma vez que os mesmos já não são usados na produção de alumínio.

Processo: Reconhecer e celebrar os valores

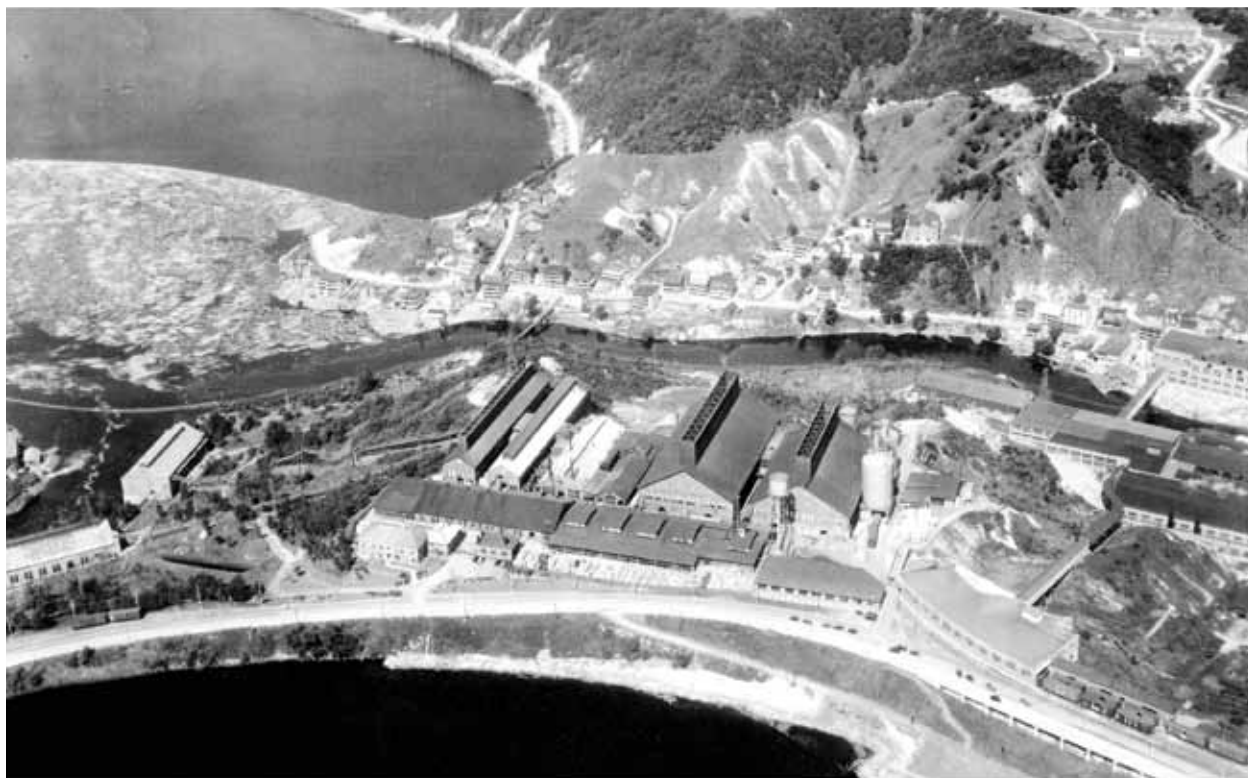
A empresa decidiu que a melhor forma de proteger e promover os valores de património seria doar os edifícios do Shawinigan Aluminium Smelting Complex ao *La Cité de l'énergie* (A Cidade da Energia), um parque temático, que homenageia o papel determinante da indústria do alumínio no Canadá. Os edifícios foram doados em 2001, juntamente com 1,4 milhões de dólares, durante as comemorações do centenário das primeiras fundições de alumínio no Canadá.

O Shawinigan Aluminium Smelting Complex, atualmente conhecido como Espace Shawinigan (Espaço Shawinigan), foi entretanto convertido num centro de arte contemporânea e constitui uma parte importante do *La Cité de l'énergie*.

O parque consiste num centro de ciência, contendo exposições interativas, uma torre de observação, assim como um setor histórico, com

diversos edifícios históricos e seus conteúdos industriais, os quais se encontram abertos ao público. Atualmente, *La Cité de l'énergie* é uma das principais atrações turísticas do Quebeque. Este resultado de gestão preserva a história singular do complexo, ao mesmo tempo que possibilita que o mesmo seja usado e apreciado pela comunidade em geral.

A Rio Tinto Alcan mantém-se ligada à gestão do Espaço Shawinigan, através da presença de membros seus no comité de administração do *La Cité de l'énergie*. Todos os anos a Rio Tinto Alcan colabora com o *La Cité de l'énergie*, ajudando a montar uma exposição de arte nos edifícios de tijolo e aço restaurados, utilizando os edifícios históricos como locais de expressão cultural e artística contemporânea.



Resultado: Honrar o passado, atuando no presente

A par da conservação de todos os edifícios históricos, a descoberta de uma nova utilização para os mesmos é a melhor garantia de que os edifícios e, neste caso, os valores de património industrial que representam, são preservados. O reconhecimento do valor de património cultural dos edifícios e da sua história constituiu o estímulo decisivo de tudo o que se seguiu. Através da doação e do seu envolvimento continuado, a Rio Tinto Alcan continua a contribuir para a atmosfera cultural de Shawinigan. Ao reconhecer e contribuir para o papel que a indústria do alumínio tem tido no desenvolvimento regional, identidade da comunidade e, mais recentemente, nas artes, a Rio Tinto Alcan continua a promover a relação histórica entre a indústria e a comunidade de Shawinigan.



No topo e acima (à esquerda e à direita)
Durante 25 anos, a fundição de alumínio Shawinigan foi uma das maiores da América do Norte. Quando estas fotografias foram tiradas, na década de 1920, o complexo de alumínio, localizado perto da Baía de Shawinigan e da fábrica Belgo, compreendia duas centrais elétricas, quatro salas de cubas, uma fábrica de cablagem, e uma unidade de trefilagem, entre outras.

No círculo

No início do século XX, os trabalhadores da fundição tinham de ter força e resistência para manobrar as pesadas barras de metal utilizadas para retirar o alumínio das cubas. Utilizavam vestuário de lã para se protegerem do metal derretido.

À esquerda

La Cité de l'énergie é agora uma das principais atrações turísticas do Quebec. Este parque temático preserva a singular história do complexo, ao mesmo tempo que o disponibiliza à comunidade em geral.

2.2.4 Gestão do património cultural apoiada na base de conhecimento

A base de conhecimento encerra informação importante para o sucesso da gestão do património cultural. As avaliações da importância do património cultural e as avaliações de impacto são a base para a escolha das opções de gestão.

Avaliação da importância

A avaliação da importância constitui um processo formal para compreender o valor do património cultural. A avaliação da importância, e os valores definidos ao longo do processo, devem determinar as decisões de gestão. É realizada por peritos em património, em consulta com membros da comunidade, e baseia-se na análise de evidências orais, documentais e físicas, para identificar os valores sociais, estéticos, históricos e/ou científicos, de um lugar, objeto ou prática.

Se não for efetuada uma avaliação adequada, é possível que sejam tomadas decisões de gestão que venham a destruir ou diminuir elementos importantes do património cultural, ou que favoreçam os valores de uma das partes interessadas, em detrimento de outras, dando origem a conflitos (ver as Leituras complementares para mais informação).

A caixa 4 explora a eventualidade do surgimento de litígios durante a avaliação da importância do património, e o seu potencial de resolução. Os litígios podem ocorrer se as avaliações da importância e as opções de gestão subsequentes, definidas pelos especialistas do património e/ou outras partes interessadas, não são consideradas adequadas pela comunidade. Os conflitos podem surgir também entre diferentes grupos comunitários.

Embora seja sempre importante considerar os valores da comunidade, a consulta da comunidade não pode constituir desculpa para ignorar os conselhos dos profissionais qualificados, os quais podem recomendar uma gestão do património mais rigorosa do que a própria comunidade. Algumas empresas mineiras têm sido criticadas por profissionais de património e por ONG por excluírem peritos do processo de avaliação, porque estão conscientes que as comunidades locais têm um entendimento limitado do valor científico de alguns locais e que, por isso, aprovam mais facilmente trabalhos propostos.

4. Lidar com litígios

Podem existir discrepâncias consideráveis no valor que diferentes grupos associam a um mesmo lugar, objeto ou prática. Quando não é possível chegar a um acordo, podem consultar-se peritos externos de património cultural, para averiguar a validade das reivindicações de cada grupo. Isto é difícil, porque a norma Rio Tinto em matéria da Relação com as Comunidades exige a acomodação de diferentes culturas, modos de vida, patrimónios e preferências das comunidades locais com as quais operamos. A nossa função não é negar o significado cultural de um lugar, objeto ou prática, nem resolver as divergências locais sobre o mesmo, mas antes assegurar que respeitamos as preocupações de cada grupo. Os grupos nas comunidades podem ficar mais dispostos a envolverem-se numa série de atividades de gestão se sentirem que foram ouvidos e respeitados.

Avaliação de impacto

Uma vez que um lugar, objeto ou prática tenha sido avaliado como “importante”, então a adequação de todas as futuras atividades operacionais tem que ser medida de acordo com o grau de impacto que terão sobre a importância daquele elemento. Os impactos devem ser claramente expressos, para que possam ser claramente identificadas medidas de gestão. A caixa 5 apresenta o potencial de impactos cumulativos sobre o património cultural.

Para o património cultural, uma avaliação de impacto olha para as alterações ao património tangível e intangível, possíveis de serem causadas pelas nossas atividades operacionais. Os impactos destas atividades podem ir desde uma ligeira perturbação sobre um sítio arqueológico de pouca importância, até à destruição total de uma paisagem cultural. As alterações provocadas pelas nossas comunidades podem ser analisadas em termos de ameaças e oportunidades para as comunidades e para o negócio, ligando-as a estratégias propostas para minimização do risco. Em resumo, a avaliação de impacto permite-nos compreender como é que o projeto ou plano operacional pode afetar o património cultural local, embora isto se trate de um processo complexo.

Projetos que impliquem o reassentamento de uma comunidade inteira, por exemplo, podem conduzir a impactos consideráveis sobre valores de património tangíveis e intangíveis. Em casos como este, a avaliação inclui a identificação de impactos culturais específicos possíveis de resultar da relocalização – tais como a transferência de valores guardados, de um lugar

sagrado para fora do mesmo, o que pode limitar o seu acesso e, assim, reduzir a continuação dessa prática cultural. As histórias orais, fotografias, filmes, cópias e outras formas de documentação, bem como museus, podem ser necessários para preservar algo que se perdeu e, onde seja possível, permitir a continuidade das tradições.

O estabelecimento de barragens hidroelétricas pode ser outra fonte de impactos consideráveis. Nestes casos, pode existir uma exigência muito maior e mais alargada no tempo, em termos de recursos do negócio, para realizar estudos e recrutar especialistas que abordem estes impactos. Poderão incluir-se medidas de proteção e mitigação, bem como medidas de compensação para perdas culturais irreversíveis e, em determinados casos, a realização de rituais, que podem precisar de ser repetidos várias vezes no futuro.

As boas práticas internacionais exigem que as questões de património cultural, incluindo as biofísicas e sociais, sejam abarcadas nas avaliações de impacto ambiental. Os requisitos da Rio Tinto são ainda mais rigorosos, exigindo a realização de uma avaliação de base especificamente para o património cultural, como parte do processo de avaliação de impacto social e ambiental de um novo projeto. Deverá desenvolver-se e incorporar-se um procedimento para a condução de avaliações do património cultural no respetivo sistema de gestão, particularmente quando se prevê que o negócio venha a ter uma presença reforçada, o que implica mais do que uma única avaliação e estudo.

5. Impactos cumulativos

Em áreas onde existam outras atividades mineiras, ou onde os impactos do desenvolvimento mineiro sejam agravados por outras formas de desenvolvimento, os impactos cumulativos destas atividades irão também influenciar os requisitos de gestão. O que pode ser visto pelos empregados como uma perda reduzida de património cultural – por exemplo, a destruição de um sítio arqueológico tido como pouco importante do ponto de vista histórico ou social – pode, no entanto, ser fortemente valorizado pela comunidade descendente, sobretudo se a mesma já sofreu perdas significativas de outros sítios ou alterações sobre o seu património, decorrentes da mineração ou de outros desenvolvimentos na área.

2.3 Planear e implementar

Uma boa gestão do património cultural requer um planeamento cuidadoso, para facilitar a sua integração nos nossos planos e procedimentos operacionais.

As considerações de património cultural necessitam de ser incorporadas no planeamento e conceção do projeto desde o início. O planeamento do património cultural deve ter lugar em várias áreas fundamentais:

- ao nível estratégico, tal como este é definido no plano plurianual da Relação com as Comunidades dos negócios;
- enquanto componente fundamental do estudo e conceção do projeto;
- durante a elaboração de procedimentos e sistemas; e
- ao nível programático, para a formulação de iniciativas comunitárias específicas.

Um SGPC abarca todas as quatro fases de gestão do património cultural referidas neste guia, cada uma das quais implica o desenvolvimento e implementação de procedimentos, sistemas e/ou planos claros para a gestão daquele património. As considerações de património cultural devem ser também integradas em todas as políticas, planos e atividades operacionais que tenham implicações, quer diretas quer indiretas, sobre esse património. O SGPC deve estabelecer uma hierarquia de tomada de decisão, com indicação clara das responsabilidades.

Um SGPC incluirá planos específicos de gestão do património cultural, e estes são muitas vezes exigidos como componentes da avaliação de impacto social e ambiental de uma operação. Em determinados contextos, podem ser também necessários acordos com as comunidades, relacionados com o património cultural.

Lista de verificação

- | | |
|---|---|
| ✓ | O Sistema de Gestão do Património Cultural (SGPC) está integrado nos processos de planeamento da operação e nos procedimentos de autorização, para garantir que todos os trabalhos são compatíveis com o SGPC? |
| ✓ | Todos os potenciais utilizadores do SGPC da operação receberam formação sobre os seus requisitos? Isto inclui qualquer pessoa com autoridade para efetuar novas atividades de perfuração de solos (por exemplo, projetistas da mina e do projeto, geólogos, etc). |
| ✓ | Existe um procedimento claro para a identificação, avaliação e gestão do património cultural da operação? |
| ✓ | Os acordos de gestão do património cultural encontram-se formalizados num plano de gestão do património cultural, o qual exponha detalhadamente as medidas específicas de gestão a serem implementadas para a área considerada? |
| ✓ | O trabalho de património cultural encontra-se integrado com outras funções como sejam os Recursos Humanos e o Ambiente? |
| ✓ | Existe um plano de ordenamento do património cultural, ou as considerações de património cultural foram incorporadas no sistema de licenças para perturbações do solo? |
| ✓ | A integração dos empregados inclui uma revisão geral do património cultural da área, bem como da política, compromissos e procedimentos da operação, relativamente a esse património? |
| ✓ | O SGPC integra-se com os sistemas e programas da operação para as comunidades? |
| ✓ | O património cultural está integrado com o plano de gestão do encerramento da operação, de modo que as atuais medidas de gestão do património cultural sejam continuadas ou alienadas após o encerramento, e/ou sejam consideradas medidas de proteção adicionais, documentação ou materiais (salvaguardados ou ofertados) sobre património cultural? |
| ✓ | Estão a decorrer, nos locais de trabalho, estratégias para educar os empregados acerca das crenças e práticas da cultura local? |
| ✓ | O sistema de gestão do património cultural encontra-se em conformidade com as orientações da Rio Tinto? |



Em cima
Uma mulher local tece de forma elaborada e delicada um cesto feito de hastes de bambu na aldeia de Bajna, próxima do empreendimento da Rio Tinto Diamond's Bunder, em Madhya Pradesh, na Índia. A maioria das comunidades locais desta área vive da agricultura ou de artesanato tradicional como este.

À direita
Bheemkund é uma piscina subterrânea perene que constitui um importante local religioso em Madhya Pradesh, na Índia. Durante as peregrinações religiosas, milhares de pessoas vêm aqui para se banharem e beberem desta água como sinal de fidelidade e dedicação aos Deuses. Bheemkund situa-se a 15 km do campo de Bunder e não será afetada pelo desenvolvimento da mina.



2.3.1 Planos de gestão do património cultural

Os planos de gestão do património cultural (PGPC) apresentam os aspetos da gestão de uma área, lugar de património, objeto ou prática específicos. Um PGPC constitui frequentemente um documento vinculativo, do ponto jurídico, que estabelece as responsabilidades das partes envolvidas.

O conteúdo de um PGPC irá depender do seu âmbito, da existência de valores de património na área, do trabalho de património cultural realizado até à data, entre outros fatores. Um PGPC tanto pode ter duas como duzentas páginas, em proporção ao grau de complexidade do património cultural em causa. Em algumas áreas e jurisdições, o conteúdo do PGPC pode ser determinado ou influenciado por orientações legais ou oficiais.

Em geral, um PGPC:

- resume a história, perfil atual e aspirações da comunidade relevante;
- resume as características e valores do património cultural da área;
- identifica questões importantes, os objetivos e prioridades de gestão, incluindo objetivos de cogestão, e pontos de vista da comunidade;
- indica o contexto de planeamento que influenciou as consultas e decisões de gestão;
- indica os acordos de governação e gestão, propostos para a área ou para a característica em causa, incluindo responsabilidades de todas as partes;
- identifica objetivos de monitorização e produção de relatórios; e
- resume um procedimento de queixas, disputas e reclamações.

A caixa 6 fornece um exemplo de um plano de gestão abrangente para uma área, o qual reúne todos os elementos aplicáveis ao PGPC de um negócio. O PGPC para um lugar, objeto ou prática incluiria os elementos pertinentes, de entre os que aqui se encontram.

6. PGPC – exemplo de conteúdos

1. Introdução
 - a. Contexto e enquadramento
 - b. Leis e normas aplicáveis
 - c. Definições
2. Âmbito e estrutura
 - a. Valores do património
 - b. Natureza da operação e impactos potenciais
 - c. Objetivos de gestão do património cultural
3. Responsabilidades
 - a. Responsabilidades da operação
 - b. Integração e formação dos empregados
 - c. Gestão do pessoal contratado
4. Funções das partes
 - a. Operação da Rio Tinto
 - b. Comunidade(s) local(ais)
 - c. Outras partes
5. Divulgação da informação
6. Procedimento de consulta
7. Gestão do património cultural
 - a. Procedimento para a conservação do património cultural
 - b. Procedimento para a remoção de património cultural
 - c. Procedimento para os achados fortuitos
 - d. Procedimento para a implementação de programas culturais
 - e. Procedimento para a utilização do património cultural (pela comunidade/pelo negócio)
8. Compensação cultural
 - a. Identificação e gestão de compensações
9. Procedimento de queixas, disputas e reclamações
10. Relatório de incidentes
11. Monitorização e avaliação
12. Calendarização da gestão

Um PGPC contém frequentemente requisitos de monitorização e produção de relatórios que podem ser usados para analisar a sua eficácia. Estes requisitos podem traduzir-se em monitorização do desempenho, verificação da conformidade nos processos de consulta com todas as partes, e recomendações.

Os planos de gestão do património cultural devem ter também em conta a forma como a operação pode afetar o património tangível e intangível de uma comunidade vizinha, quer económica quer fisicamente, e conter orientações para a gestão destes impactos ao longo do tempo de vida da mina. Por exemplo, os planos podem incluir programas concebidos para manter ou preservar uma tradição local ou valor cultural intangível, ou para compensar os danos causados a um determinado sítio. O PGPC deve deixar claro quem são as pessoas responsáveis.

Todas as partes envolvidas, assim como as suas funções e responsabilidades, devem estar definidos no PGPC. Incluem-se as responsabilidades da operação na integração e formação de todos os empregados acerca das questões de património cultural, de modo a evitar prejuízos para o património tangível e intangível devido a falta de conhecimento. Deve existir também um procedimento claro para a gestão de potenciais impactos causados pelo pessoal contratado ou pelos visitantes. Outras agências como o governo ou os museus podem ter também responsabilidades que precisam de estar claramente articuladas no plano.

Todas as operações devem dispor de um procedimento para os “achados fortuitos”, que indique o que deve ser feito quando são encontrados, inesperadamente, objetos de património cultural durante as atividades da operação. Este procedimento deve especificar os passos a dar quando são encontrados restos humanos, uma vez que os mesmos podem relacionar-se com um crime ou possuírem um elevado valor cultural, necessitando por isso de um cuidado especial. As operações devem planear o que fazer no caso de descobertas imprevistas de património intangível e indicar o procedimento correto para lidar com as mesmas. Estes planos devem ser estabelecidos desde o início de um projeto. A caixa 7 apresenta etapas possíveis.

7. Procedimentos para “achados fortuitos” ou “descobertas imprevistas”

1. Interromper de imediato os trabalhos na vizinhança do achado (frequentemente, os trabalhos podem prosseguir noutra parte do projeto, evitando dessa forma custos devidos a atrasos).
2. Notificar o gestor responsável pelas operações ou a autoridade relevante da Rio Tinto. O achado deve ser tratado como um incidente de património cultural e, como tal, deve ser comunicado.
3. Notificar a polícia, no caso de terem sido encontrados restos humanos: é provável que sejam desencadeados vários procedimentos legais.
4. Notificar as autoridades do património cultural, quando exigido, no caso de um achado arqueológico ou paleontológico.
5. Recorrer aos peritos em património e aos membros relevantes da comunidade para avaliar a importância do achado, e reportá-lo, se for exigido por lei.
6. Decidir sobre correta gestão do achado, em consulta com os grupos relevantes da comunidade e partes interessadas. Retomar o trabalho se autorizado e acordado por todas as partes.

2.3.2 Implementar ações de gestão

As ações de gestão do património cultural podem incluir documentação ativa, conservação e melhoria, gravação e destruição ou realocação de património cultural tangível. Por vezes a gestão restringe-se a uma pequena área e, noutros casos, terá que ser conduzida em larga escala para o valor cultural global de uma paisagem. O planeamento e tomada de decisão ponderam os valores do lugar ou objeto de património cultural, relativamente a uma série de outras oportunidades e constrangimentos, devendo esse planeamento basear-se:

- no valor do património cultural para todas as partes interessadas;
- nos resultados do processo de avaliação de risco para o negócio;
- nas regras e aspirações culturais da comunidade;
- nas características da operação;

- no aconselhamento sobre património cultural, por parte de especialistas;
- noutras preocupações das partes interessadas; e
- nos requisitos legais.

Para garantir o envolvimento inclusivo, os projetos de património cultural devem ser cogeridos em parceria com as comunidades relevantes. Exemplos de atividades específicas nas quais podem participar as comunidades são:

- os processos de tomada de decisão sobre a gestão do património cultural;
- a definição e monitorização contínua dos valores culturais da área, designados para a cogestão;
- a prestação de aconselhamento e orientação, bem como a participação, na monitorização ambiental;

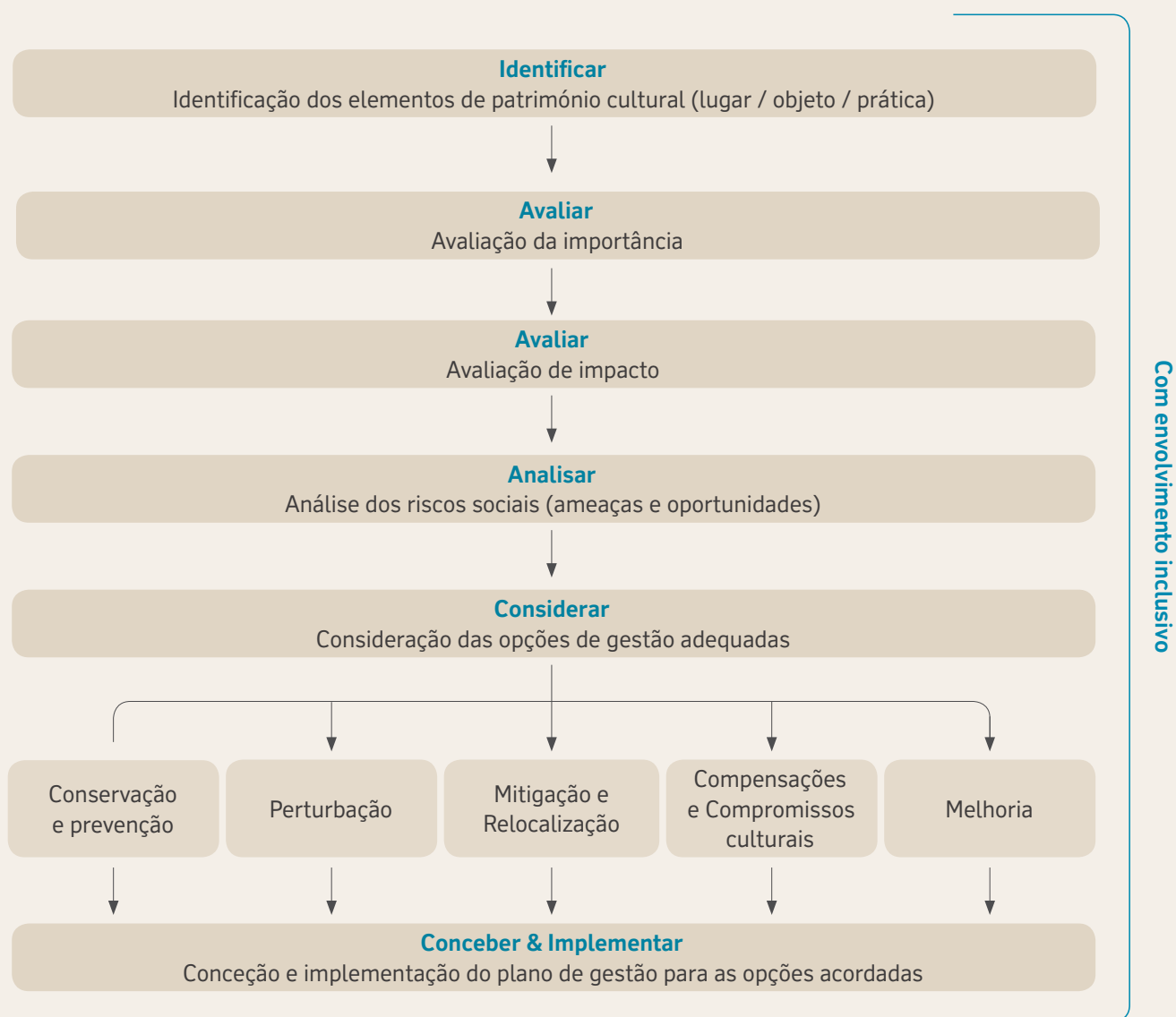
- a prestação de aconselhamento, orientação e condução da integração e formação dos empregados e pessoal contratado;
- a implementação de programas para gerir os sítios de património cultural, ou a minimização dos danos ou perdas provocados num determinado sítio;
- a implementação da documentação de património intangível (por exemplo, recolhas da tradição oral);
- a coordenação de programas culturais (por exemplo, dança, teatro, música, contos tradicionais, partilha de conhecimentos); e
- o incentivo das formações sobre monitorização do património cultural e do ambiente.

Na figura 2 apresenta-se o processo para identificação e estabelecimento de opções apropriadas de gestão do património cultural.



À esquerda
Artistas aborígenes da região de Pilbara, na inauguração da exposição “Colours of My Country” em Perth, Austrália Ocidental, em 2010. A exposição é financiada pela Rio Tinto Iron Ore. Da esquerda para a direita: Tootsie Daniels, Loreen Samson, Kenny Diamond, Kaye Warrie, Judith Coppin.

Figura 2. Processo de desenvolvimento de um Plano de Gestão do Património Cultural (PGPC)



Elaborado pelo CSRM, maio de 2011

Prevenção e conservação

O desenho do projeto deve ser modificado sempre que seja razoável e prático, tendo em conta as preocupações levantadas pelas comunidades e partes interessadas relevantes, bem como os resultados das avaliações de importância e de impacto. É possível que, em alguns casos, a única opção de gestão aceitável para um elemento de património cultural seja a sua não perturbação. Se não se conseguir acordar outra opção de gestão adequada, então deve considerar-se a reformulação ou realocação de determinados aspetos do projeto.

A proteção da importância cultural de um lugar nem sempre requer apenas, ou unicamente, que o mesmo seja evitado (embora a prevenção possa fazer parte da sua gestão). O mais frequente é recomendar-se a conservação desse lugar. Isto inclui todos os processos para cuidar de um lugar ou objeto cultural, de forma a conservar a sua importância. Se a aparência física de um lugar é essencial para a sua importância, então deve ser mantida. Frequentemente, é importante utilizar métodos de conservação tradicionais para reter o significado cultural de um sítio, principalmente se as técnicas e materiais modernos são vistos como erosivos da importância ou perpetuadores da perda das leis e métodos de conservação tradicionais, ou ainda encarados como perda da autoridade tradicional para cuidar do seu património cultural.

Manter a importância de um lugar ou objeto cultural pode implicar:

- gestão de proteção e zonas de acesso condicionado;
- manutenção, preservação, restauro, reconstrução ou adaptação do património cultural;
- documentação e registo;
- formalização de zonas-tampão;
- sinalização, proteções e/ou vedações;
- muros de proteção, drenagem e/ou gestão da vegetação;
- gestão de fogos e pragas;
- monitorização do sítio;
- reabilitação ou reconstrução da paisagem existente antes da mineração; e
- integração, educação e formação dos empregados e contratados.

Por vezes, para reter a importância cultural de um lugar, é necessário que o mesmo seja usado continuamente por aqueles para quem esse lugar tem um significado. Isto pode ser tão verdade para uma estrutura religiosa histórica, como para uma paisagem cultural. O planeamento para o acesso continuado e a utilização do sítio pode precisar de ser cuidadosamente considerado pelos procedimentos operacionais, incluindo, mas não se limitando a, requisitos de saúde e segurança para os visitantes que entrem nas áreas onde decorre a operação. Isto pode ser abordado através da realização de protocolos de acesso acordados com os indivíduos ou comunidades relevantes.

Perturbação

Por vezes, a perturbação de património cultural tangível é inevitável ou considerada como uma opção legítima, após a realização de uma consulta cuidada sobre o valor de um lugar ou objeto. Existem situações em que, apesar de poderem evitar-se áreas específicas, mantêm-se os impactos sobre a paisagem cultural geral.

Uma operação deve dispor de um procedimento de autorização de perturbações que defina protocolos para:

- solicitar a permissão de perturbações do património cultural junto das comunidades relevantes e da autoridade competente;
- acordar sobre as compensações pelos danos quando apropriado;
- documentar e gravar o património cultural antes de ocorrer a perturbação; e
- assegurar que os procedimentos dos trabalhos da operação estão de acordo com o procedimento de perturbação.

Nas operações da Rio Tinto que já tenham um PGPC bem implantado, as autorizações de perturbação são organizadas muito antes do plano operacional, para permitir a execução dos processos apropriados do PGPC, e para evitar que atrasos nas autorizações afetem os prazos das operações (ver estudo de caso 8, página 64).

Mitigação e realocização

Em situações em que sejam autorizadas perturbações sobre o património cultural, devem ainda assim ser tomadas opções para reduzir o impacto dessas perdas. Isto pode incluir a recolha de tanta informação ou material quanto possível, antes de o elemento ser destruído. Estas opções são muitas vezes referidas pela Rio Tinto como opções de mitigação.

A mitigação pode compreender uma ou mais das seguintes medidas:

- recuperação de artefactos de património cultural à superfície;
- escavação e recolha de artefactos de património cultural subterrâneos;
- investigação e registo de depósitos arqueológicos subterrâneos;
- arquivos de documentação de lugares e objetos;
- realocização ou recuperação de objetos/lugares de património cultural significativos; e
- estudos etnográficos.

A realocização constitui uma opção de mitigação usualmente pedida pelos membros das comunidades. No entanto, essa medida pode afetar valores arqueológicos ou outros valores do património e o seu impacto nem sempre é entendido pelos membros da comunidade.

Os valores de património encontram-se muitas vezes intrinsecamente ligados ao local e a remoção de um elemento de património do seu contexto original pode destruir essa ligação. A preservação in situ é pois a melhor prática para a proteção de sítios. Dado o seu potencial de impacto, a realocização só deve ser considerada como opção após aconselhamento por parte de especialistas de património cultural e apenas quando se verifique que o sítio ou objeto preserva o seu valor cultural. Quando tal não seja possível, devem considerar-se outras formas de mitigação. No planeamento da realocização é importante consultar os membros da comunidade bem como as entidades oficiais acerca de questões como:

- como dever ser manuseado o material;
- quem deve participar ou estar presente durante os processos de realocização;
- quais as eventuais cerimónias a serem realizadas e quem as deve realizar;
- para onde devem ser transferidos os elementos do património; e
- como devem os mesmos ser geridos na sua nova localização.

O estudo de caso 5 da mina de diamantes Murowa, no Zimbabué, mostra a importância dada pelas comunidades à realocização de património cultural ameaçado e significativo, como é o caso de sepulturas. Neste exemplo, foi enfatizado o respeito pelos valores culturais e as preocupações dos membros familiares, na consideração, planeamento e implementação das realocações das sepulturas. Foram também seguidas de perto as orientações regulamentares do país.



Zvishavane

Zimbabwe

Estudo de caso 5:

Rio Tinto em Zvishavane, Zimbabué

Planear a relocação de património importante e honrar as necessidades culturais

A mina de diamantes Murowa ("Murowa") é uma operação de pequena escala no Distrito de Zvishavane, no Zimbabué. A operação é propriedade da Murowa Diamonds Limited, tendo como acionistas a Rio Tinto (78%) e a Riozim Limited (22%). A mina é totalmente gerida pela Rio Tinto. O desenvolvimento de uma operação de mineração na Murowa implicou o reassentamento de 142 famílias e a relocação de mais de 200 sepulturas associadas a essas famílias.

Desafio: Realojar pessoas e património

O desafio para a Murowa foi de conseguir um processo de reassentamento bem sucedido e sustentável, o que é complexo, quer para a empresa, quer para a comunidade afetada. A relocação física apresenta desafios tanto para as comunidades realojadas como para as existentes, em termos de restaurar os seus modos de vida e restabelecer um sentido de pertença à nova localização. Apesar de as famílias terem concordado em sair das suas terras ancestrais, manifestaram-se no entanto preocupadas quanto à transferência das sepulturas dos seus antepassados. As crenças culturais estipulam que os mortos devem ficar enterrados nos territórios ancestrais das famílias, e não devem ser perturbados.

Processo: Lidar com as necessidades culturais e legais

Durante o planeamento da relocação das sepulturas, a Murowa consultou abertamente as famílias afetadas, o chefe local e os funcionários do governo, para realizar um trabalho colaborante no tratamento das inquietações e consideração de opções. Através deste envolvimento, a Murowa tomou conhecimento da crença tradicional, segundo a qual os espíritos dos antepassados guiam diariamente as famílias, aldeias e comunidades. Ao levar a cabo a relocação das sepulturas, a Murowa precisou de considerar as necessidades culturais da comunidade, e ao mesmo tempo cumprir os requisitos regulamentares da região.

As inquietações da comunidade incluíam:

- se seriam realizadas as cerimónias corretas aquando da exumação e novo sepultamento;
- se a empresa pagaria para que todos os parentes relevantes estivessem presentes aquando da relocação;
- onde seria realojadas as sepulturas.

Durante este processo de consulta, ficou acordado que as sepulturas podiam ser movidas das propriedades familiares localizadas na área destinada à mina, para um dos dois cemitérios construídos pela Murowa, e localizados fora da área da mina. Este resultado significou que as sepulturas continuariam localizadas nos seus territórios tradicionais, sob a liderança do seu chefe original, e que as famílias poderiam continuar a vir visitar as suas sepulturas e a sua comunidade de origem. A Murowa forneceu financiamento para todos os materiais necessários e apoio na condução das exumações e cerimónias do novo sepultamento, incluindo materiais culturais associados aos serviços fúnebres e as despesas de deslocação dos parentes que vieram para as cerimónias.



As exumações foram conduzidas de acordo com os regulamentos e políticas de saúde pública. Foi realizada igualmente uma planificação considerável para garantir a correta identificação dos corpos a serem exumados, de acordo com a Política de Registos e Escrituras. Nos casos em que não existissem registos, o chefe e/ou um seu subordinado tinham que assinar depoimentos que certificassem a identidade do defunto. Este processo assegura que os parentes não percam o rasto dos seus falecidos. Nos casos em que não eram encontrados restos mortais nas suas sepulturas, chegou-se a um acordo com as famílias afetadas para tirar solo da sepultura e voltar a enterrá-lo no novo local, do modo normal.

Resultado: Trabalho em conjunto gera um resultado positivo

Através de um planeamento eficaz, a Murowa foi capaz de incorporar as sensibilidades e considerações da comunidade nos planos de realocação das sepulturas, bem como cumprir os regulamentos de saúde governamentais. A Murowa procurou chegar a acordo com a comunidade e as autoridades governamentais locais, quanto à mitigação do impacto do processo de realocação das sepulturas. Ao respeitar os modos tradicionais de encarar os mortos, e ao permitir a participação ativa dos membros da comunidade e do governo local, a Murowa demonstrou o seu respeito pela comunidade local e o seu modo de vida. Esta foi uma componente importante para o sucesso do processo de reassentamento, que permitiu prosseguir com o desenvolvimento da mina de Murowa.

5



No topo
Nova localização das sepulturas construída para o propósito de realocar as sepulturas que se encontravam dentro do perímetro da mina de diamantes Murowa.

Acima
Levie Moyo no curral construído na sua propriedade familiar pela Murowa Diamonds. O seu parente Emanuel Mvuri encontra-se ao fundo. A Murowa Diamonds construiu instalações agrícolas em Shashe para cada família realojada que possuía uma quinta em Murowa, para permitir que as famílias mantivessem os seus meios de subsistência após o reassentamento.

No círculo
Membros da comunidade controlam a exumação das sepulturas que foram transferidas dos terrenos da mina.



Acima
Justina Willis, do grupo de artistas
Yinjaa Barni, pinta enquanto o seu
filho observa. O grupo Yinjaa Barni,
na região de Pilbara, na Austrália
Occidental, é financiado pela Rio
Tinto Iron Ore.

À esquerda
Pansy Sambo, do grupo de artistas
Yinjaa Barni, com uma das suas
obras.

Compensações e compromissos culturais

Os negócios da Rio Tinto têm a responsabilidade de mitigar os danos causados diretamente sobre o património cultural tangível, e devem também pensar em formas para lidar com a questão, mais difícil, das alterações ou perdas de património cultural intangível. Pode haver necessidade de alguma forma de compensação. Podem surgir conflitos políticos complexos (dentro das comunidades e entre comunidades e empresas) aquando da compensação por danos e por isso quaisquer métodos compensatórios precisam de ser sensíveis ao contexto em que se aplicam. Na Rio Tinto, a compensação monetária é vista como um mecanismo apropriado em algumas situações, mas também tem vindo a surgir uma abordagem de mitigação na forma de uma “compensação cultural”. Uma compensação cultural é um conjunto de medidas destinadas a proteger, perpetuar ou realçar o património cultural da comunidade, que podem ser aceites pela mesma como compensação por algum dano, perda ou alteração, residual e inevitável, causado ao património cultural por um projeto de desenvolvimento. Um princípio importante é o de limitar os impactos cumulativos e assegurar um resultado geral positivo para os valores de património cultural.

As compensações culturais, tal como as compensações ambientais e de biodiversidade, devem ir além do tempo de vida da operação, e

estarem aptas a continuar no futuro, sem o apoio da operação. Devem realçar os valores do património da comunidade. Para garantir a transparência, os compromissos sobre o património cultural devem ser definidos como tal pela comunidade e partes interessadas relevantes.

O estudo de caso 8 (página 64), da Rio Tinto Coal Australia, apresenta a abordagem a situações de património cultural aparentemente irresolúveis. Utilizando uma abordagem positiva em rede, a Rio Tinto Coal Australia identifica oportunidades dentro da paisagem cultural global, para compensar quaisquer perturbações inevitáveis. Nestes casos, um bom planeamento de compromissos de património cultural bem pode realçar determinados valores culturais, compensando pelo impacto da perda original.

A compensação cultural é uma área onde é difícil movermo-nos, uma vez que é muito complicado comparar ou substituir um tipo de valor de património cultural por outro tipo de valor, semelhante ou diferente. No entanto, os requisitos regulamentares dirigem-se cada vez mais neste sentido, incluindo nas jurisdições onde a Rio Tinto opera. Exemplos de compromissos culturais incluem:

- a documentação da tradição oral, genealogias ou outro património cultural intangível;
- a documentação ou investigação (interpretação/publicação) dos lugares significativos de património cultural tangível;

- a criação de museus ou centros culturais;
- a conservação e apresentação de outras paisagens culturalmente importantes, fora da área da operação, para serem utilizadas pelos membros da comunidade, de acordo com as suas expectativas culturais; e
- a iniciação e continuação de programas que foquem as práticas culturais locais (nota – estes programas podem cruzar-se com compromissos ambientais envolvendo a documentação e manutenção dos conhecimentos ecológicos tradicionais, e das suas relações com o uso e gestão da biodiversidade e da paisagem).

Valorização

A gestão do património cultural consiste tanto em gerir impactos negativos, como em maximizar oportunidades positivas. Nem todas as opções de gestão têm que responder a impactos negativos sobre o património cultural. O negócio deve estar também atento e procurar ativamente oportunidades para reforçar a cultura local. Os compromissos culturais (como os referidos atrás), podem ser também usados como estratégias de valorização do património cultural.

2.3.3 Proteger o património cultural intangível

Apesar de se tratar de uma distinção artificial, as considerações sobre o património cultural intangível podem ser tratadas separadamente das do património tangível, para efeitos de eficiência da gestão e desenvolvimento de programas. Isto ajuda a salvaguardar o património cultural intangível que, de outra forma, poderia não receber uma proteção formal, ao longo de uma gestão do património cultural focada nos recursos tangíveis.

Os negócios da Rio Tinto são encorajados, sempre que possível, a contribuir para a continuação de práticas culturais relevantes, como sejam:

- idiomas locais e costumes tradicionais;
- práticas de uso da terra e outras práticas económicas;
- transmissão de contos locais;
- realização de festivais e cerimónias locais; e
- transmissão continuada destas práticas para as gerações mais novas.

É importante que, ao fazer isto, não estejamos a contribuir inadvertidamente para a estagnação das práticas culturais, as quais são dinâmicas e se encontram em constante mudança.

Frequentemente, a proteção do património cultural intangível será abordada num plano plurianual para as comunidades da operação, ou num plano de gestão do impacto social. O SGPC da operação deve indicar que parte do negócio é responsável por aspetos específicos. Por exemplo, os Recursos Humanos são responsáveis pelas formações culturais e sistema bilingue, e o Ambiente é responsável pela participação da comunidade

na monitorização ambiental.

Limites de alteração aceitável

A cultura modifica-se e adapta-se continuamente, em resposta a vários fatores, tais como práticas de subsistência, acordos de posse da terra, migração, influências externas e alterações económicas. Frequentemente, as pessoas assimilam melhor as alterações trazidas por um grande projeto de desenvolvimento, quando conhecem todos os seus impactos sobre o bem-estar sociocultural da sua comunidade.

É importante o envolvimento da comunidade para identificar quais as formas e graus de mudança cultural que são aceitáveis para a mesma, e então conceber práticas operacionais e programas culturais que se foquem nas áreas sobre as quais as comunidades estão mais preocupadas ou para as quais estão mais motivadas. A Rio Tinto incentiva todos os seus negócios a compreender e estabelecer “limites de alteração aceitável” com as comunidades locais.

No essencial, isto determina o grau de mudança de um lugar, objeto ou prática de património cultural, ou os impactos cumulativos a todos eles, aceitáveis por uma comunidade, uma vez considerados todos os impactos positivos e negativos. Estes limites têm que ser definidos, e muitas vezes redefinidos, ao longo do tempo de vida de uma operação. Por exemplo, o projeto Oyu Tolgoi na Mongólia (estudo de caso 10, página 74) adotou esta abordagem e irá acompanhar os impactos sobre o património cultural, de acordo com os níveis aceitáveis de mudança definidos localmente.

A utilização de um quadro de “limites de alteração aceitável” faz parte da nossa abordagem ao trabalho da Relação com as Comunidades, o qual deve ser holístico, validado localmente e contribuir para o desenvolvimento mais alargado da comunidade. Este quadro pode ligar-se ou fazer parte de uma Avaliação de Impacto Social e Ambiental (AISA).

Programas e parcerias de património cultural

Os programas culturais são componentes fundamentais no sistema de gestão do património cultural de uma operação. Os programas culturais contribuem para o desenvolvimento económico das comunidades, conforme consta nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Por exemplo, a gestão do património cultural pode ajudar a diminuir a pobreza, ao aumentar o turismo ou fornecer oportunidades de produção e comercialização de bens e serviços culturais. A proteção e revitalização das práticas tradicionais de agricultura e pastorícia pode melhorar a segurança alimentar, enquanto as práticas tradicionais de uso da terra contribuem para a sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade e autossuficiência de uma comunidade podem ser grandemente reforçadas, quando esta é auxiliada a criar ligações fortes com o exterior, que vão além da operação, e que respondam às suas próprias aspirações de desenvolvimento. Os programas culturais são excelentes veículos para parcerias deste género.

A caixa 8 deixa exemplos de tipos de programas culturais que poderão aplicar-se à sua operação.

O estudo de caso 6 demonstra de que forma as práticas culturais podem levar a resultados quantificáveis de desenvolvimento da comunidade, como por exemplo melhoria da saúde e do bem-estar e aumento da frequência escolar. O estudo de caso destaca a importância do interesse e apoio da comunidade pelos programas culturais para assegurar a sustentabilidade dos mesmos. O estudo de caso 7 documenta a criação do centro de património Mananga, por parte da Richards Bay Minerals, o qual promove o património cultural local de uma forma que é educativa para o público em geral, e que contribuiu para o orgulho da comunidade pela sua própria história.

8. Sugestões de programas culturais

- Celebrações culturais: ajudar as comunidades a organizarem grandes celebrações/festivais para celebrar a cultura pode ajudar a fortalecer e preservar um sentido de comunidade.
- Dança, canções/música, arte, representação: partilhar formas tradicionais de expressão artística é considerado muito importante pela comunidade, assim como ajudar a passar estas práticas para os jovens.
- Educação: fomentar a educação cultural ou a formação em património cultural ajuda a erigir a capacidade, a autonomia e o orgulho da comunidade.
- Programas ambientais: promover as práticas agrícolas locais, a agricultura de subsistência, o aproveitamento da água das chuvas, a monitorização e gestão da biodiversidade, a reciclagem, tudo isto conduz a resultados ambientais e culturais positivos.
- Recolha da tradição oral, conduzida pela comunidade: muitas comunidades valorizam a documentação das suas tradições orais e conhecimentos, através de suportes multimédia inovadores e interativos.
- Projetos económicos: os programas que envolvam negócios e atividades criativas em torno do património cultural podem contribuir para a redução da pobreza e o crescimento económico.
- Envolvimento da juventude: tutorias, campos de férias e emprego em atividades culturais possibilita oportunidades para os membros mais velhos da comunidade passarem conhecimentos aos jovens, ajudando-os a manterem a sua cultura, identidade e orgulho.
- Programas para as mulheres: os programas de artesanato, agricultura, saúde e indústria caseira que se dirigem às mulheres através destas atividades culturais. As mulheres encontram-se muitas vezes marginalizadas dentro das comunidades: estes programas podem ajudá-las a descobrirem as próprias capacidades e a criarem um sistema de apoio recíproco.
- Programas de saúde comunitários: focando-se na nutrição, exercício, salvaguarda de práticas medicinais tradicionais, informação sobre as doenças, apoio em situação de abuso de drogas/álcool. Promover uma boa saúde pode ajudar a limitar muitos dos impactos indesejáveis do desenvolvimento.



Rio Tinto Aboriginal Fund
Austrália

Estudo de caso 6: Rio Tinto Aboriginal Fund, Austrália

Apoiar a cultura, indo além das nossas operações

O Rio Tinto Aboriginal Fund (Fundo da Rio Tinto para os Aborígenes) foi criado em 1996 pela Rio Tinto como reflexo do nosso compromisso de envolvimento ativo com o povo aborígene e as comunidades da Austrália. O Fundo atua independentemente da Rio Tinto e concede anualmente 1.8 milhões de dólares australianos (2011) para o financiamento de iniciativas comunitárias. Os programas selecionados para financiamento focalizam-se em áreas como a educação, saúde, cultura, juventude e liderança, e justiça social. Os programas culturais centram-se na preservação da cultura através de iniciativas de gravação, promoção da transmissão de conhecimentos culturais entre gerações, e celebração cultural através de festivais, representações e workshops.

Desafio: Apoiar a cultura, indo além das nossas operações

O desafio para a Rio Tinto consistiu em desenvolver o bem-estar social e económico das comunidades aborígenes australianas, indo para além dos aspetos diretamente afetados pelas nossas operações. Ao apoiar programas em qualquer comunidade aborígene, a nível nacional, o Fundo pretende alcançar uma maior distribuição dos benefícios sociais e culturais em toda a Austrália. A proximidade geográfica de uma iniciativa a uma operação da Rio Tinto não influencia as decisões do Fundo.

Processo: Planejar programas para preservar, celebrar e promover a cultura

O Fundo tem sete membros no conselho de administração, três dos quais são personalidades aborígenes proeminentes, que trazem consigo uma perspetiva conhecedora e experiente das questões indígenas. Os programas culturais escolhidos pelo Fundo contribuem para a preservação e/ou celebração da cultura, ou utilizam a cultura como um veículo para melhorar o bem-estar social e a participação económica nos povos e comunidades aborígenes e dos Ilhéus do Estreito de Torres. Os programas culturais têm incluída a salvaguarda dos conhecimentos e práticas ou a promoção de celebrações culturais, com a realização de festivais e representações. Ao fomentar a cultura indígena ao nível regional ou mesmo nacional, os programas culturais apoiados pelo Fundo propõem-se elevar o estatuto do povo aborígene na Austrália.

Na experiência do Fundo, as iniciativas culturais provenientes de comunidades fortemente estruturadas e com capacidade para gerirem os seus próprios programas têm provado ser as mais bem sucedidas. Isto acontece porque o sucesso dos programas culturais depende de processos de planeamento robustos, implementação e monitorização contínua competente, tendo em vista os objetivos principais. Para garantir que os programas tenham maior probabilidade de capacitarem os povos indígenas, o Fundo procura apoiar aqueles que:

- vão ao encontro de uma necessidade manifestada pelo povo aborígene;
- sejam iniciados pelo povo aborígene;
- envolvam o povo aborígene no seu desenvolvimento, gestão e implementação;
- recebam um vasto apoio da comunidade;
- se foquem em fortalecer e capacitar o povo aborígene e as comunidades;
- se traduzam em benefícios diretos sustentáveis para o povo aborígene; e
- definam claramente os resultados.



Um dos programas financiados, em parte, pelo Fundo, foi o Festival Milpirri, uma celebração cultural bianual do povo Warlpiri, realizada em conjunto com a Tracks Dance Company. O festival de Milpirri comprova que a celebração cultural pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento da comunidade. O festival envolve as comunidades Warlpiri na música, dança, cerimônias e pintura de modo a criar o interesse dos jovens Warlpiri pelo seu património cultural. O resultado tem-se traduzido no fortalecimento dos laços intergeracionais e entre as comunidades, bem como na melhoria da autoestima dos jovens Warlpiri. Os benefícios têm-se verificado no aumento da frequência escolar, revitalização cultural, aquisição das capacidades necessárias à montagem de um grande festival cultural, e a melhoria do bem-estar físico dos que se envolvem nessa preparação.

Resultado: Milpirri - um sucesso no património cultural

Os propósitos do Fundo servem como um bom exemplo das características que as operações devem considerar quando financiam programas culturais que realcem o seu trabalho de gestão do património cultural. As experiências do Fundo demonstram que vale a pena atentar em programas culturais, no âmbito dos trabalhos de gestão do património cultural, e que, com um planeamento e implementação adequados, aqueles programas podem trazer amplos benefícios sociais e económicos, os quais se mantêm para lá da duração do próprio programa. O programa Milpirri, por exemplo, foi bem sucedido, não apenas por proteger, celebrar e perpetuar o património cultural das comunidades Warlpiri, mas também por demonstrar que a capacidade pode ser desenvolvida através de eventos culturais autogeridos.

6



No topo
Festival Milpirri de 2009. O Rio
Tinto Aboriginal Fund apoiou o
Festival Milpirri, o qual promove a
celebração cultural e contribui para
o desenvolvimento comunitário,
desde 2007.

Acima
Festival Milpirri, 2007.

No círculo
Festival Milpirri, 2007.



Richards Bay
África do Sul

Estudo de caso 7: Rio Tinto em Richards Bay, África do Sul

O centro de património Mananga: um memorial vivo

A Richards Bay Minerals (RBM) explora areias das dunas costeiras na província de KwaZulu-Natal, na África do Sul. A RBM é propriedade da Rio Tinto (37%), da BHP Billiton (37%), da Blue Horizon Investments (24% - um consórcio de empresas e comunidades anfitriãs locais destinado a favorecer a autonomia da população negra), e de empregados efetivos da RBM (2%). Desde o início da mineração, em 1976, a RBM tornou-se um dos maiores fabricantes mundiais de produtos de titânio. As operações mineiras em Richards Bay decorrem numa área rica em sítios arqueológicos, contendo artefactos correspondentes às primeiras ocupações humanas da região, que habitaram aqui há mais de 3.500 milhares de anos, bem como artefactos pré-históricos de metal, pelos quais a área é bem conhecida. Nomeadamente, a região produziu muito do armamento utilizado durante a expansão do Reino Zulu. De notar que o povo Mbonambi foi o produtor da pequena lança usada pelos guerreiros Zulu durante o reinado do rei Shaka.

Desafio: Gerir descobertas de património cultural e mitigar as perdas

Uma vez que o processo de mineração da Richards Bay Minerals implica a remoção de depósitos superficiais em larga escala, a empresa tem vindo a concretizar um programa de longa duração, na monitorização, avaliação e mitigação arqueológicas, à medida que a mineração avança. Este trabalho já escavou ou registou mais de 250 sítios arqueológicos. Devido à história da região, alguns destes sítios e artefactos encerram um significado local e nacional. No âmbito do processo de envolvimento e consulta, a comunidade local dos Mbonambi manifestou o desejo de ter uma possibilidade de preservar e promover o seu património cultural e histórico. O desafio para a RBM foi o de responder às expectativas da comunidade, relativas à perda potencial de património cultural, e ao seu desejo de promover o seu património.

Processo: Criação do centro de património Mananga – um “memorial vivo”

Respondendo às aspirações da comunidade Mbonambi, a RBM criou o centro de património Mananga no âmbito das suas iniciativas de gestão do património cultural. O Centro representa o culminar de anos de trabalho por parte de uma parceria singular entre a RBM, Umlando, Amafa akwaZuluNatali (a autoridade governamental em matéria de património), e a comunidade Mbonambi. O objetivo do centro é preservar a história cultural e o património das comunidades locais e, a longo prazo, desenvolver o mesmo como parte integrante de uma rota turística local. Deste modo, não apenas é preservado o passado, mas também é beneficiado o futuro socioeconómico da comunidade.

Mais do que um museu, o centro de património Mananga é descrito como um “memorial vivo”, e beneficia de uma conceção interativa, para incentivar a educação cultural através de uma atitude mais interventiva por parte dos visitantes. A sinalização



interpretativa do centro é baseada em amasiko, que significa tradição oral local, cujo registo faz parte dos projetos de património cultural da Rio Tinto. O centro compreende três rondaveles, (construções circulares com teto de colmo, um estilo de habitação típico da África do Sul) construídos com materiais tradicionais como argila proveniente de formigueiros e estrume. Encontram-se expostos artefactos metálicos antigos, bem como outros objetos arqueológicos escavados na área. Estes objetos foram emprestados pelo Museu de Natal, onde se encontra todo o material que foi escavado pela RBM.

Entre os três rondaveles, encontra-se um jardim demonstrativo, constituindo uma forma única de preservação de património vivo. O jardim possui uma série de plantas utilizadas na medicina tradicional, como a batata africana, e plantas que curam ossos fraturados e cortes. Os visitantes podem passear pelo jardim e observar as mesmas plantas que eram usadas pelos antepassados da comunidade Mbonambi, e por outras figuras históricas como o Rei Shaka.

Resultado: Promover o orgulho e os conhecimentos da comunidade

Através da sua participação no centro de património Mananga, a RBM desempenha um papel ativo na salvaguarda da história oral da comunidade e das formas tradicionais de transmitir a informação às gerações futuras. Combina o conceito ocidental de um museu, com o sentido verdadeiramente africano, de fluidez da história, tradição e genealogia. Esta opção de gestão promove o património cultural da comunidade de um modo que é educativo para o público em geral, e que desenvolveu o orgulho da comunidade pela sua história valiosa e única. A RBM continua a atualizar e melhorar o centro, fomentando desta forma o desenvolvimento do mesmo como um pólo cultural ativo e em evolução. A RBM encontra-se também a trabalhar em estratégias e procedimentos para confiar a gestão do centro à comunidade local, incentivando a gestão local do património cultural.

7



No topo
Rondaveles construídos na
comunidade Umbonambi para
o centro de património Mananga.

Acima

Esta apresentação é baseada na
história oral sobre a tribo Mbonambi,
transmitida pelo Sr. Mbuyazi, o chefe
principal de Inkosi Manqamu. O cartaz
encontra-se num rondavel do centro
de património Mananga.

No círculo

Nomusa Mthethwa, da comunidade
Mbonambi, trabalhando no jardim
de plantas medicinais, no centro de
património Mananga.

2.3.4 Integrar o património cultural no negócio

AO sucesso de um PGPC depende de uma comunicação e envolvimento constantes entre as várias funções da operação. Uma abordagem sistematizada assegura que:

- todas as pessoas com responsabilidades em matéria de património cultural desempenham as suas funções;
- o património cultural tangível não é inadvertidamente danificado por empregados e contratados;
- os empregados e contratados não agem de forma culturalmente inapropriada, não provocam incidentes de ofensa cultural, nem concorrem inadvertidamente para a perda de património cultural intangível;
- o conhecimento cultural da empresa não fica retido num determinado indivíduo;
- a gestão do património cultural decorre harmoniosamente, com o menor impacto possível sobre as atividades da operação;
- os empregados e contratados relevantes estão conscientes das implicações culturais de iniciativas tomadas noutras áreas, como por exemplo na gestão ambiental e nos programas de desenvolvimento económico; e
- os empregados e contratados relevantes ajudam a identificar as questões que afetam a gestão do património cultural.

Operações

Para certificar que não ocorrem impactos sobre o património cultural de forma inadvertida, as operações devem empregar um processo interno sistemático para as autorizações respeitantes ao património cultural. Apresentam-se em seguida exemplos de abordagens utilizadas pelas operações da Rio Tinto:

Procedimento interno para autorização de perturbações do solo: Este consiste numa medida de controlo que assegura que as avaliações e atividades de gestão do património cultural estão alinhadas com os prazos das operações, e que as atividades da operação só avançam uma vez autorizadas formalmente (internamente e externamente). Assegura ainda que quaisquer condições de gestão do património cultural são claramente definidas e comunicadas aos empregados e contratados encarregues das atividades operacionais.

Sistema de licenças do património cultural: Qualquer pessoa que pretenda efetuar trabalhos que possam causar impacto sobre algum elemento de património cultural necessita de ter uma licença aprovada pelo departamento de património cultural (ou equivalente).

Sistema de zonamento e de zonas-tampão: Este sistema pode reduzir os atrasos nas atividades operacionais. Uma zona-tampão é mantida através da pesquisa, avaliação e mitigação do património cultural, antes do desenvolvimento da operação. Isto implica um

planeamento operacional eficiente, a médio e longo prazo, quanto às futuras utilizações dos terrenos. Deve basear-se na demarcação clara de áreas de utilização dos terrenos: para as quais tenha sido autorizado o desenvolvimento; que aguardem autorização de desenvolvimento; ou que contenham património cultural importante e que careça de proteção. Esta informação deve fundamentar-se nos resultados das pesquisas, avaliações e atividades de gestão do património cultural, e deve ser gerida por meio de um SIG.

A integração de cada um dos elementos referidos atrás possibilita uma abordagem multifacetada e interativa, a qual assegura a salvaguarda de património cultural identificado e não identificado, assim como minimiza os impactos sobre as atividades da operação.

Ambiente

Em alguns casos, os planos de gestão ambiental precisarão de ter em conta o valor cultural associado a determinados recursos naturais, bem como os aspetos culturais da utilização desses recursos, para garantir que não enfraquecem, mas antes reforçam, os valores do património cultural.

Exemplos de sobreposição entre os planos ambiental e cultural:

- utilização habitual continuada de recursos biológicos;
- acesso condicionado a locais com valor cultural;
- o reconhecimento e proteção de valores culturais relacionados com a água e outros recursos naturais;

- a introdução ou eliminação de espécies estrangeiras na área; e
- o respeito, preservação, proteção e manutenção dos saberes, inovações e práticas ecológicas tradicionais.

A inclusão das comunidades locais na gestão ambiental de uma operação e em programas de reabilitação pode ter resultados positivos, quer para os objetivos do património cultural, quer para os ecológicos, como por exemplo:

- promover a manutenção e a transmissão dos saberes culturais para as gerações futuras;
- fazer uso do vasto conhecimento ambiental das pessoas locais;
- formar e empregar pessoas locais na gestão ambiental; e
- contribuir para o nosso objetivo de cogestão.

Saúde, Segurança e Ambiente

As considerações de património cultural devem ser incluídas no relatório de incidentes de saúde, segurança e ambiente (SSA). Alguns incidentes de SSA, como sejam o atropelamento de animais selvagens por veículos da empresa ou o derrame de substâncias químicas, podem ter um impacto cultural para além do impacto ambiental. Por exemplo, se o animal que foi atropelado tinha um significado religioso ou espiritual para o povo local, ou se o derrame químico afetou recursos alimentares tradicionais, recursos hídricos ou o acesso a sítios culturais, então esses impactos sobre o património cultural devem ser incluídos no relatório do incidente e na sua mitigação.

Recursos Humanos

As normas culturais específicas dos trabalhadores provenientes da comunidade local devem ser consideradas nos procedimentos dos recursos humanos, para garantir o recrutamento e manutenção de uma força de trabalho diversificada. É importante que os novos empregados se familiarizem com os aspetos do património cultural local, e com o modo como os mesmos são geridos. Se o contexto da operação o exigir, todos os empregados devem participar nas formações de sensibilização para o património cultural, e não apenas os empregados expatriados. Os

trabalhadores nacionais, procedentes de diferentes áreas, precisam também de se familiarizarem com as normas culturais locais. A caixa 9 apresenta uma lista de alguns componentes dos programas de integração.

O estudo de caso 8, da Rio Tinto Coal Australia, mostra como um Sistema de Gestão do Património Cultural foi integrado na suas operações, na Austrália oriental. Uma abordagem deste tipo conduz ao fortalecimento das relações comunitárias e evita o surgimento de conflitos decorrentes das inquietações de uma comunidade quanto ao seu património cultural.

9. Componentes dos programas de integração

Os programas de integração podem incluir:

- informação acerca da geografia local, características socioeconómicas, governo, história, cultura, costumes, religião, tabus locais, e festivais;
- abordagens interativas para consciencializar os empregados acerca dos assuntos e sensibilidades locais (por exemplo jogo de papéis, autorreflexão e debates e atividades em grupo);
- reflexão sobre as normas culturais dos próprios participantes e a forma como estas influem na sua apreciação das normas culturais locais;
- as localizações de lugares importantes, do ponto de vista cultural, que devam ser evitados pelos empregados;
- explicação acerca das expectativas sociais locais e uma descrição de comportamentos que são culturalmente inapropriados e que, como tal, devem ser evitados;
- explicação de práticas culturais tidas como importantes pela comunidade local;
- introdução a alguns dos elementos de património cultural tangível da área;;
- ensino de frases e expressões correntes no idioma local;
- uma oportunidade para os empregados se encontrarem e conversarem com alguns membros da comunidade local; e
- um espetáculo ou festa preparada pela comunidade local.



.....
Ausztrália

A Rio Tinto Coal Australia detém várias operações mineiras e projetos em Queensland e Nova Gales do Sul (NGS). Nomeadamente, a Rio Tinto Coal Australia gere as operações de mineração de carvão da Coal & Allied, no Upper Hunter Valley, incluindo a Mount Thorley Warkworth Operations, a Hunter Valley Operations e a Mount Pleasant Coal Project. O Hunter Valley é uma região com extensa ocupação mineira e agrícola.

O desafio para a Rio Tinto Coal Australia é o de conseguir um acesso atempado às terras, indo simultaneamente ao encontro das expectativas da comunidade aborígine de Upper Hunter Valley. A comunidade preocupa-se com a perda acumulada de património cultural tangível e intangível, em resultado de consideráveis desenvolvimentos mineiros e das práticas de uso da terra, passadas e presentes, em toda a região. A comunidade deixou claro que a aceitação dos impactos sobre o seu património cultural, provocados pela operação mineira e sua expansão, depende de ficar assegurada uma proteção permanente e uma gestão comunitária de outros sítios culturais importantes.

A Rio Tinto Coal Australia implementou o seu Sistema de Gestão do Património Cultural (SGPC) em 2006. Este apresenta processos para integrar a gestão do património cultural em todas as etapas do ciclo de vida da operação, incluindo a exploração, estudo de viabilidade, construção, mineração, encerramento e pós-encerramento. O SGPC do negócio assegura que as comunidades aborígenes com interesses nas áreas e projetos pertencentes ou explorados pela empresa, podem participar totalmente na identificação, avaliação da importância, salvaguarda e gestão corrente do seu património cultural.

podem, ou não, ocorrer perturbações, dependendo do estatuto dessa zona, em termos de gestão do património cultural. O estatuto da zona é determinado pelo grau de avaliação do património cultural, e mitigação, que tenha sido realizado nessa área.

O POPC ajuda a conseguir acesso amparado às terras, por parte das operações mineiras, uma vez que o programa de avaliação e gestão do património cultural é implementado pelo menos cinco anos antes do desenvolvimento da mineração. Este amortecedor da gestão do desenvolvimento confere flexibilidade às operações. Assegura ainda que a recuperação de sítios de património cultural, através de medidas de mitigação, só ocorre em áreas que estão para ser desenvolvidas. Enquanto instrumento de planeamento e gestão, o POPC previne quaisquer empobrecimentos desnecessários do património cultural, evita perturbações involuntárias e integra o sistema de gestão do património cultural no planeamento do negócio e nas operações.

64



do património exprimem significativamente as preocupações e valores culturais da comunidade aborígene. Esta abordagem, no contexto das iniciativas de prazo mais alargado da empresa, no que diz respeito às relações com a comunidade aborígene, visa gerar uma melhoria de resultados ao nível social, cultural, económico e de conservação, para as comunidades aborígenes da área.

De forma a criar e manter boas relações, e a identificar valores culturais da comunidade, o processo de consulta do grupo de Trabalho em Património Cultural, da Rio Tinto Coal Australia, destina-se a envolver diretamente as partes interessadas da comunidade aborígene.

A Iniciativa de Conservação das Áreas com Património Cultural Aborígene, da Rio Tinto Coal Australia, desenvolveu-se a partir daquele processo de consulta. A iniciativa propõe-se a identificar áreas na paisagem cultural global, e a considerá-las para a conservação e gestão a longo prazo, pela comunidade aborígene, de modo a compensar pelas perturbações inevitáveis do património cultural nas áreas onde decorrem as operações mineiras. Exemplo de uma dessas medidas de compensação é a Área de Conservação do Património

Cultural Wollombi Brook. Esta área de conservação cultural de 475ha irá proteger uma grande variedade de sítios e paisagens culturais, incluindo o Bulga Bora Ground, um sítio com forte significado para o povo aborígene da Região de Upper Hunter Valley. A área de conservação proporcionará também oportunidades de formação e emprego para o povo aborígene local, ao nível do património cultural e conservação da biodiversidade, educação, governação, empreendedorismo, e gestão da terra e dos recursos naturais.

Resultado: Benefício mútuo para as comunidades aborígenes e para a Rio Tinto

Ao criar planos, processos e procedimentos abrangentes, sistemáticos e bem pensados, a Rio Tinto Coal Australia criou um SGPC oficial e bem integrado. O sistema certifica que o planeamento operacional e as atividades são consistentes com as necessidades, quer da Rio Tinto Coal Australia, quer da comunidade aborígene. Quando o planeamento e implementação de um SGPC se encontram bem integrados com o planeamento da mina e os procedimentos da operação, e são desenvolvidos em colaboração direta com a comunidade aborígene,

os resultados obtidos são mutuamente vantajosos e criam-se relações mais fortes com a comunidade. Ao mesmo tempo, reduzem-se os impactos e riscos associados à gestão do património cultural dentro do perímetro de desenvolvimento mineiro.

8

No topo
Representantes da comunidade aborígene no projeto arqueológico Warkworth Sands em 2008. Este projeto decorreu na mina de carvão Mt Thorley Warkworth, no Hunter Valley, Nova Gales do Sul, Austrália.
No círculo
Sinalização de acesso condicionado na área de conservação do património cultural aborígene Wollombi Brook, na mina de carvão Mt Thorley Warkworth. O sinal encontra-se num ponto de acesso a uma área sensível, e apenas permite o acesso a pessoas autorizadas.

2.4 Monitorizar, avaliar e melhorar

A monitorização, avaliação e melhoria do desempenho do sistema de gestão do património cultural de uma operação é essencial. A conformidade com as normas da Rio Tinto é averiguada a intervalos regulares para avaliar o desempenho, e deve ser também usada como base para a melhoria contínua.

A monitorização e avaliação dos dados e sistemas de património cultural é fundamental para:

- assegurar que os programas e projetos estão a atingir os seus objetivos;
- assegurar que quaisquer impactos adversos são compensados por impactos positivos;
- medir o progresso tendo por referência os compromissos de património cultural;
- permitir uma melhor política e planeamento; e
- assegurar a melhoria contínua.

Lista de verificação

- | | |
|-----|---|
| [✓] | A estrutura de monitorização inclui indicadores de património cultural sustentados por informação credível e atualizada regularmente? |
| [✓] | Os processos de monitorização e avaliação são participativos, sempre que possível, e inclusivos de uma grande diversidade de membros da comunidade incluindo homens, mulheres, jovens e idosos? |
| [✓] | Estão a ser feitas alterações aos programas ou aos procedimentos de trabalho, como resultado da monitorização? |
| [✓] | Estão a ser realizados regularmente processos de avaliação, quer informais, para traçar o progresso, quer formais, para classificar o desempenho? |
| [✓] | Estão a ser efetuados processos de avaliação formais, no encerramento de um programa ou atividade, que analisem e meçam os resultados, relativamente aos objetivos iniciais? |
| [✓] | Está a assistir-se a uma melhoria contínua através da atualização regular das componentes do sistema de património cultural, alinhada com os resultados de avaliação? |
| [✓] | As ações de integração dinamizadas por grupos das comunidades locais são obrigatórias para todos os empregados, incluindo os nacionais não locais? |
| [✓] | É exigido a todos os empregados que façam formação de reciclagem sobre as considerações culturais? |

2.4.1 Monitorização – “Como estamos a ir?”

A monitorização envolve a verificação, de uma forma sistemática, do modo como as atividades operacionais estão a afetar, quer positiva quer negativamente, as comunidades e partes interessadas. A monitorização da abordagem geral da operação à gestão do património cultural constitui parte do processo. Se for realizada corretamente, a monitorização pode levar a alterações no projeto ou na operação, para dar resposta a lacunas ou para desenvolver oportunidades que tenham sido identificadas entretanto.

A existência de dados credíveis é essencial para uma monitorização eficaz. Embora nem sempre seja possível uma medição precisa dos impactos e alterações, os sistemas de monitorização devem ainda assim ser suficientemente robustos para permitirem às operações avaliarem se estão a ser feitos progressos em direção às metas e objetivos fundamentais, e identificarem os aspetos que requerem atenção.

Os grupos e comunidades que são afetados pelos impactos devem ser envolvidos no processo de monitorização, onde seja possível

- não apenas como informadores, mas como participantes ativos. Uma abordagem participativa promove um maior sentido de apropriação por parte da comunidade e ajuda a garantir que é dada a devida importância aos conhecimentos locais.

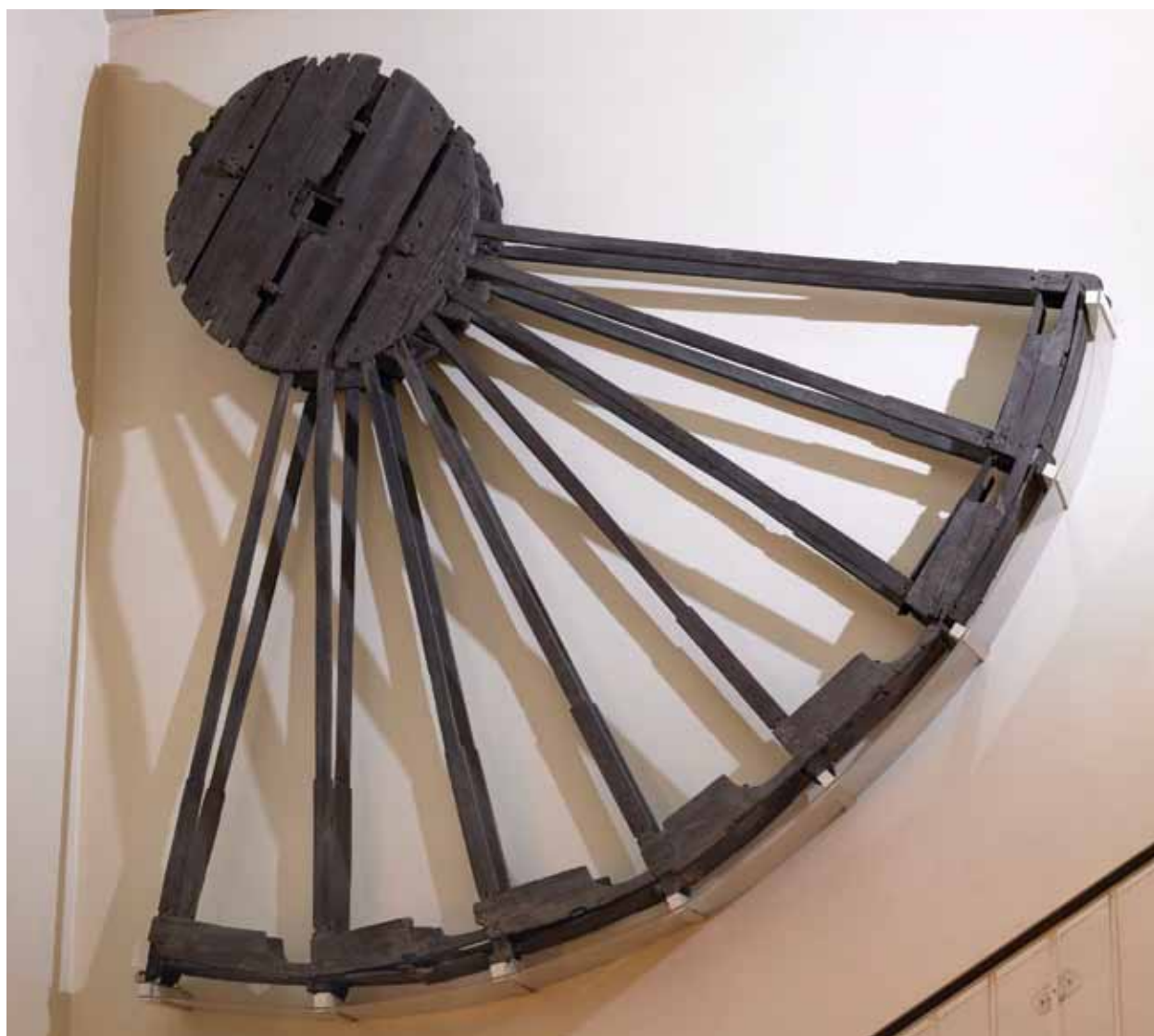
O estudo de caso 9, da Mina de Diamantes Diavik, no Canadá, mostra como a participação da comunidade na monitorização ambiental pode ter também resultados positivos para o património cultural, ao incentivar a continuidade da prática cultural e a transmissão do conhecimento ecológico.



À esquerda
O produto Borax's 20 Mule Team.
O negócio de borato da Rio Tinto
iniciou-se no Dead Valley, na
Califórnia, na década de 1880. A 20
Mule Team Borax® constitui uma
parte importante do património
cultural da região.

Abaixo
Parte de uma roda de madeira,
usada na drenagem de minas,
datada do tempo dos romanos.
Este artefacto foi descoberto nas
minas de cobre da Rio Tinto, em
Huelva, Andaluzia, Espanha, na
década de 1870. O artefacto foi
doadado pela Rio Tinto ao British
Museum em 2010.

© The Trustees of the British
Museum





Territórios do Noroeste
Canadá

Estudo de caso 9: Rio Tinto nos Territórios do Noroeste, Canadá Incorporar o conhecimento tradicional na monitorização científica da Mina de Diamantes Diavik

A Mina de Diamantes Diavik (“Diavik”), um empreendimento conjunto da Rio Tinto (60%) e da Harry Winston Diamond Limited Partnership (40%), está localizado 210 km a sul do Círculo Ártico, nos Territórios do Noroeste (TN) do Canadá. A mina tem vindo a laborar desde 2003.

Desafio: Incorporar o conhecimento ecológico tradicional na monitorização do sítio da mina

O desafio para a Diavik é conseguir operar nesta localização remota, respeitando ao mesmo tempo as práticas locais de uso da terra e evitando impactos negativos sobre os meios de subsistência das organizações aborígenes locais. A mina ocupa cerca de 10 km² de uma área cujas terras são tradicionalmente usadas pelas comunidades locais Dene, Métis e Inuit. Estes grupos dependem do ambiente natural e da vida selvagem para a sua subsistência e modo de vida simbólico e, como tal, possuem um profundo conhecimento e ligação à terra. Por estes motivos, a saúde ambiental da região é de grande importância.

Processo: Envolver as organizações aborígenes na monitorização ambiental

Em resposta às preocupações da comunidade, relativas à falta de algumas regulamentações ambientais, a Diavik estabeleceu um Acordo Ambiental que prevê a criação de um conselho consultivo de monitorização ambiental (Environmental Monitoring Advisory Board, EMAB). O EMAB inclui representantes de cada um dos cinco grupos das Primeiras Nações afetados pela mina, os governos e a Diavik. Incumbido de facilitar a colaboração, um dos objetivos do EMAB é o de fomentar uma troca de ideias aberta sobre o conhecimento ecológico tradicional e os métodos de monitorização científicos. As consultas colaborativas entre o EMAB e a Diavik resultaram em programas de monitorização ambiental que combinam conhecimento tradicional e conhecimento científico ocidental, para monitorizar e proteger a vida selvagem na área afetada pela mina. Dois exemplos destes resultados incluem o estudo de degustação do peixe e o trabalho de vedação para o caribu.

Estudo de Degustação do Peixe:

para aferir a saúde dos peixes na área afetada pela mina, a Diavik realiza regularmente monitorização dos peixes no Lac de Gras. No centro desta ação de monitorização, os anciãos e jovens das comunidades são incentivados a participarem conjuntamente num estudo para monitorizar o sabor e textura dos peixes do lago, ao longo do tempo. Os representantes da comunidade classificam o peixe pela sua aparência, antes de o limparem, e pelo seu aspeto e sabor, depois de cozinhado. As classificações são comparadas com vários padrões de referência, incluindo o estudo do ano anterior, a qualidade do peixe na zona onde mora a pessoa e as percepções da saúde do peixe, anteriores às operações mineiras. São também recolhidas amostras dos tecidos e órgãos dos mesmos peixes, as quais são submetidas a análises laboratoriais para determinação da concentração de metais. O estudo de degustação tem um duplo resultado: contribui para a gestão ambiental e do património cultural no local, e ao mesmo tempo mantém a pesca como um modo de vida tradicional através da monitorização do impacto da operação sobre as espécies de peixe preferidas.

Vedação para o Caribu:

Para responder às inquietações da comunidade, relativamente à possibilidade de o caribu (um tipo de veado) ficar aprisionado na Zona de Confinamento de Quimberlito Processado (CQP), durante a sua migração anual, o EMAB dirigiu as consultas entre a Diavik e os chefes das comunidades locais, para se chegar a uma solução em termos do tipo de vedação apropriada.

As questões que se colocaram foram:

- em que altura do ano a área do CQP devia ser vedada;
- como evitar o aumento da predação sobre o caribu ao longo da linha de vedação;
- quem seria responsável pelo desenho e localização da vedação; e
- quem deveria geri-la.

O resultado de vários workshops organizados pelo EMAB foi um plano da vedação para os caribus, desenhado e gerido de acordo com o conhecimento tradicional local sobre o caribu e a atividade predatória, e implementado pela operação.



Resultado: Partilha de conhecimentos e melhoria da monitorização ambiental

Ao integrar o conhecimento tradicional com os procedimentos científicos, a Diavik demonstrou a vantagem de incorporar o conhecimento tradicional no processo de monitorização da empresa. Através deste trabalho em colaboração, a Diavik tirou partido de diferentes formas de pensar e olhar o ambiente, o que ajudou a perpetuar o conhecimento ecológico tradicional e as práticas de subsistência. Isto contribuiu para a gestão eficaz do património cultural, a melhoria das relações com as comunidades locais e o cumprimento dos compromissos ambientais da operação, definidos no Acordo Ambiental.



No topo
Membros da comunidade participam num estudo de degustação do peixe. O estudo faz parte do quadro de exigências para licenças de pesca da Diavik e dos compromissos constantes no acordo ambiental.

Acima
Colocação da vedação para os caribus. A Diavik e os chefes das comunidades locais trabalharam em conjunto para planear uma solução de vedação, tendo por base o conhecimento tradicional e a predação.

No círculo
Membros da comunidade inspecionam a truta do lago durante um estudo de degustação do peixe.

2.4.2 Metas e indicadores de monitorização

Um aspeto fundamental do processo de monitorização é a criação de metas e indicadores apropriados para ajudar a medir a atividade e o desempenho. Metas e indicadores bem concebidos podem ser usados, quer para monitorizar os processos externos de alteração, quer para avaliar o desempenho da operação, relativamente aos objetivos enunciados para o património cultural. Ao dirigir a atenção para os resultados pretendidos, o processo de estabelecer metas e indicadores pode também auxiliar as operações na reformulação, implementação e melhoria do seu SGPC.

A definição criteriosa de metas ao nível local, bem como a melhoria contínua da sua medição, são necessárias para demonstrar que as operações cumprem e, se possível, ultrapassam:

- os requisitos regulamentares específicos;
- os requisitos internos;
- os compromissos assumidos em investimentos negociados com os países soberanos e em acordos de consentimento com as comunidades; e
- as expectativas gerais da comunidade.

Atualmente, a Rio Tinto exige que os seus negócios cumpram a meta global da Rio Tinto em matéria da Relação com as Comunidades⁴, a qual estabelece que, até 2013, todas as operações devem desenvolver indicadores de desempenho social adequados, ao nível local, que demonstrem um contributo positivo para as comunidades locais e para o seu desenvolvimento económico, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O cumprimento deste requisito pode constituir um desafio, uma vez que a muitos dos dados de desempenho reportados atualmente se centram principalmente no esforço e na atividade, e não tanto nos resultados ou impactos.

Embora a cultura, e o património cultural, não sejam referidos especificamente nos ODM, a ONU destaca a sua importância para o desenvolvimento e o seu contributo para alcançar os ODM. O setor cultural, através do património tangível e intangível, das indústrias criativas e das várias formas de expressão artística, é visto como uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável, e como um poderoso contributo para o desenvolvimento económico, a estabilidade social e a proteção ambiental. Os negócios devem ter isto em conta quando desenvolvem e comunicam os seus indicadores de património cultural, de acordo com o objetivo global em termos da Relação com as Comunidades.

A figura 3 descreve as etapas do processo e as questões principais para monitorizar e declarar a contribuição para o património cultural, o que pode auxiliar os negócios na formulação e desenvolvimento de metas e indicadores.

As metas e indicadores devem ser desenvolvidos para refletirem o contexto local e serem integrados nos objetivos da operação, nas estratégias do negócio e nos procedimentos operacionais habituais. A melhor forma de assegurar que as metas e indicadores são localmente adequados, é chegar a acordo com as comunidades locais quanto

à sua forma. Isto não implica necessariamente que as comunidades estejam envolvidas tecnicamente nas medições, mas o que é desejável é a aprovação das prioridades por parte das comunidades, bem como uma compreensão comum daquilo que constituirá evidência de progresso. Na impossibilidade de um acordo específico, a declaração pública das metas e indicadores garantirá pelo menos que estes ficam disponíveis para análise por parte de especialistas e da comunidade.

Os processos por etapas são uma ferramenta útil para o desenvolvimento de metas e indicadores de negócios, mas diversos desafios permanecem, incluindo como medir contributos individualizados numa situação em que há demasiados efeitos a serem sentidos, e como obter dados úteis de forma custo-eficaz.

As metas mais úteis são SMART.

As metas classificam-se como “SMART” se são:

- **Específicas:** A meta encontra-se bem definida?
- **Mensuráveis:** Estão disponíveis as ferramentas para avaliar o progresso da meta?
- **Alcançáveis:** Estão disponíveis os conhecimentos e recursos necessários para alcançar essa meta?
- **Focadas nos resultados:** A meta acrescenta valor ao nosso trabalho ou às nossas abordagens enquanto empresa?
- **Definidas no tempo:** Existem prazos de realização claros para alcançar as metas, incluindo datas de concretização?

Ao desenvolver indicadores para acompanhar as metas, a ênfase

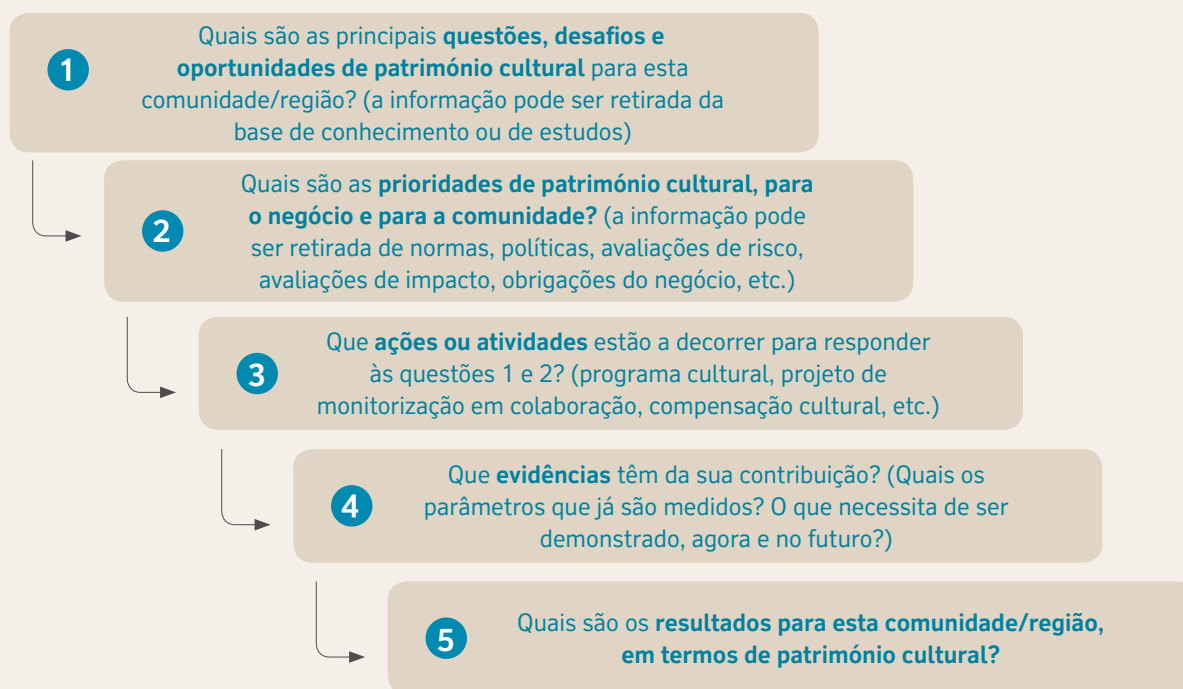
deve estar na medição do progresso em direção aos resultados pretendidos, e não apenas no nível de atividade (por exemplo, trabalhos executados ou reuniões realizadas). No caso do património cultural, a monitorização deve estar ligada com o SGPC do negócio e com o PMPC específico. Por exemplo, o que é que o SGPC identifica como importante e a necessitar de conservação, e que processos estabelece para o conseguir?

A tabela da página 72 fornece alguns exemplos genéricos de possíveis objetivos, metas e indicadores de património cultural. A tabela fornece

uma série de medidas disponíveis e demonstra como os objetivos, metas e indicadores se interligam; não pretende ser um modelo para um sistema de monitorização. As operações estarão limitadas na quantidade de metas e indicadores que conseguem gerir razoavelmente, pelo que será necessário estabelecer prioridades. Os fatores a serem considerados no estabelecimento de prioridades incluem as expectativas da comunidade, os resultados das análises internas de risco, os requisitos legais, e o custo e viabilidade de obtenção dos dados necessários.

Conforme se encontra descrito no estudo de caso 10 (página 74), o projeto Oyu Tolgoi, na Mongólia, adotou uma abordagem de “limites de alteração aceitável” e encontra-se atualmente a formular uma estrutura de monitorização para acompanhar os impactos sobre o património cultural, de acordo com os graus de mudança aceitável definidos localmente. Serão incluídos impactos sobre o modo de vida de pastores nómadas e tradições nacionais, tais como o festival Nadaam.

Figura 3: Etapas do processo de planeamento, monitorização e declaração das contribuições para o património cultural



Exemplos de objetivos, metas e indicadores de património cultural

Objetivos	Metas	Indicadores
Melhorar a integração do património cultural no negócio, e dispor de um número adequado de profissionais de património no local	3 profissionais de património empregues a tempo inteiro 20 membros da comunidade numa lista regular de monitorização até ao final de 2012 100% das outras funções internas conscientes do património cultural até ao final de 2012	Número de profissionais de património cultural – quantificado trimestralmente e declarado anualmente Número de membros da comunidade a participarem em atividades regulares de monitorização – quantificado trimestralmente e declarado anualmente Número de reuniões internas com outras funções, relativas ao património cultural – quantificado trimestralmente e declarado anualmente
Evitar qualquer incidente respeitante ao património, e qualquer infração à lei	Zero heritage incidents/legislative breaches by 2012 A detailed record of all chance finds will be put in place by end 2012 and updated regularly Zero damage to identified heritage places by 2015	Número de incidentes de património, infrações à lei – quantificado trimestralmente e declarado anualmente Número de achados fortuitos – quantificado trimestralmente e declarado anualmente Número de casos de danos não autorizados, sobre lugares de património identificados – quantificado trimestralmente e declarados anualmente
Melhorar a consciência cultural dos empregados	100% dos empregados completarão a formação de sensibilização cultural em	% de empregados que completou a formação de sensibilização cultural – quantificado trimestralmente e
Concretizar programas de património cultural que contribuam para o desenvolvimento económico da comunidade	Todos os programas de património cultural da operação estarem ligados para contribuírem para o objetivo global de desenvolvimento económico da comunidade	Estudos de caso documentados de situações em que os programas de património cultural tenham dado um contributo para o desenvolvimento da comunidade
Envolver a comunidade na gestão do património cultural	Participação de membros da comunidade na conceção, implementação e análise de todos os programas/atividades de património cultural até ao final de 2012 Formalização de um sistema de reclamações, com identificação das queixas relacionadas com o património cultural, até meados de 2012	Número de membros da comunidade que participaram em programas de património cultural – quantificado trimestralmente e declarado anualmente Estudos de caso documentados de programas/atividades nos quais os membros da comunidade tenham estado envolvidos Número de membros da comunidade que tenham liderado programas de património cultural iniciados pela operação – quantificado trimestralmente e declarado anualmente Número de queixas de património cultural recebidas, examinadas, respondidas e resolvidas – quantificado trimestralmente e declarado anualmente Conhecimento e confiança no sistema de gestão de reclamações, por parte da comunidade, medido através de inquéritos à comunidade ou de outros processos de envolvimento
Impacto positivo líquido sobre o património cultural	A comunidade possui um forte sentido de identidade e ligação cultural	Perceção da comunidade quanto ao grau da sua identidade cultural – medir tendências a longo prazo Estudos de caso documentados de situações em que a operação foi eficaz na proteção de património cultural “ameaçado” Número de ocorrências de danos não autorizados a lugares de património identificados – quantificado trimestralmente e declarado anualmente



Acima
Foi realizado trabalho de escavação arqueológica no projeto de cobre La Granja, no Perú. Os artefactos recuperados da área das escavações do vale La Honda foram doados ao Museu Bruning, em Lambayegue, Perú.



Oyu Tolgoi
Mongólia

Estudo de caso 10: Rio Tinto em Oyu Tolgoi, Mongólia

Conceção e estrutura de monitorização: normas de alteração aceitável

Oyu Tolgoi (OT) é o maior depósito de cobre-ouro não explorado do mundo. O OT está localizado no distrito de Khanbogd, província de Umnugobi (Gobi Sul), na Mongólia. A maior parte das pessoas nesta área são pastores nómadas que migram sazonalmente entre as pastagens de inverno e de verão. O projeto pertence conjuntamente à Rio Tinto, à Ivanhoe Mines e ao Governo da Mongólia. A mina OT constituirá o maior investimento financeiro da história da Mongólia e contribuirá com uma fatia considerável para o PIB. O início da mineração está previsto para junho de 2012.

Desafio: Realizar um grande desenvolvimento tendo em consideração o património e a cultura local

O desafio para este projeto é enorme. O projeto, atualmente em fase de construção, constituirá a maior mina da história da Mongólia. Está localizado numa área remota, não desenvolvida, e terá que operar de forma a não destruir o valioso património cultural local, o que poderia conduzir a uma disfunção social e colocaria em risco as licenças sociais da empresa para poder operar. Tendo em conta a escala das operações da OT e a ausência de regulamentos para a gestão do património cultural na Mongólia, é de prever que o Programa de Património Cultural da OT seja visto como um ponto de referência para novos projetos de desenvolvimento neste país.

Processo: Estabelecer um sistema de monitorização

Para avaliar o impacto deste projeto de desenvolvimento em larga escala, sobre os habitantes e o património cultural tangível e intangível da região, a OT pretende monitorizar os seus impactos em função de normas de alteração aceitável que foram definidas pela comunidade. Em julho de 2010, a OT começou a desenvolver uma estrutura de monitorização para seguir o impacto da operação no património cultural da região e para monitorizar o desempenho do seu programa de património cultural, relativamente às normas da Rio Tinto e àquilo que foi designado localmente como “Normas de alteração aceitável”. (nota: este termo corresponde ao que é referido por “limites de alteração aceitável”, na Rio Tinto e neste guia)

A equipa de especialistas mongóis e internacionais do património cultural constitui um consórcio incumbido pela OT de elaborar um Programa de Património Cultural para o projeto. Esta equipa está a basear o seu trabalho num quadro de Normas de alteração aceitável. O quadro definirá o nível de mudança aceitável, de acordo com a comunidade, para um recurso ou valor cultural intangível ou tangível, que não provoque um

dano irreversível ao seu património cultural como um todo. Isto será usado para elaborar um Programa de Património Cultural e todas as mudanças posteriores serão monitorizadas em função desse programa.

Este processo permitirá à OT determinar:

- de que forma as atividades mineiras estão a afetar o património cultural;
- de que forma os programas públicos estão a realçar o património cultural; e
- se o impacto líquido se encontra dentro dos limites estabelecidos pela comunidade.

A participação da comunidade e das partes interessadas em geral no quadro de Normas de alteração aceitável é essencial. O objetivo é que os membros das comunidades e as partes interessadas identifiquem ameaças e oportunidades de património cultural, bem como normas de alteração aceitável, e que concebam soluções praticáveis e as implementem como parte do Programa de Património Cultural. O objetivo a longo prazo desta participação é o de desenvolver as capacidades do governo, das agências e organizações não governamentais e do setor privado, de forma a que



estes possam, com o tempo, vir a assumir a condução do Programa de Património Cultural.

Resultado: Alteração aceitável em simultâneo com o rápido desenvolvimento

O recurso à abordagem de normas de alteração aceitável e instrumentos associados, auxilia a OT, as comunidades locais e as partes interessadas a elaborarem e implementarem um Programa de Património Cultural apropriado, que se adapta às alterações no âmbito do projeto da OT, bem como às necessidades da comunidade, ao longo de todas as fases do projeto e da sua operação. Ao avaliar os impactos em função de normas e bases de referência definidas ao nível local, a OT ficará apta a monitorizar o impacto da operação sobre o património cultural local e a avaliar o seu progresso em termos dos objetivos de gestão do património cultural.



Em cima
Membros da equipa de elaboração do Plano de Património Cultural da Oyu Tolgoi e da equipa de especialistas mongóis e internacionais de património cultural reúnem-se com membros da comunidade do distrito de Khanbogd durante a sua visita de estudo conjunta em setembro de 2010.

À esquerda
Pegadas de dinossauro localizadas no vale East Shar Tsav, distrito de Mantai, 2009.

No círculo
Camelos dos pastores locais a pastarem em redor do Poço 1 da Oyu Tolgoi, antes de a área ter sido vedada. Os sinais nos camelos são marcas tradicionais dos pastores.

2.4.3 Avaliação e melhoria contínua – “Como foram os nossos resultados e como podemos melhorar?”

A avaliação consiste na análise dos resultados de um projeto, tendo em conta os objetivos que foram declarados para o mesmo. É muitas vezes realizada aquando da conclusão de um projeto e basicamente responde à pergunta; “Como nos portámos?”. Em projetos de maior dimensão podem também realizar-se avaliações intercaladas como forma de aferir o progresso e identificar pontos onde seja possível melhorar.

Enquanto a monitorização envolve a medição do progresso em função de indicadores e metas, a avaliação centra-se sobretudo nos resultados e nos impactos, e visa identificar os fatores que contribuíram para – ou que prejudicaram – o sucesso do programa. A avaliação envolve uma análise mais detalhada das abordagens e iniciativas da operação, em matéria de património cultural, para averiguar se a operação está a cumprir todos os requisitos, se estão a ser alcançados os objetivos previstos ou se estão a ocorrer quaisquer situações involuntárias indesejáveis.

Avaliação de Sítio Comunitário Gerido

A avaliação do desempenho da operação em termos de património cultural constitui um dos elementos da nossa Avaliação de Sítio Comunitário Gerido (ASCG), que visa verificar a conformidade com a norma da Rio Tinto em matéria de Relação com as Comunidades. Esta verificação inclui também a conformidade com a legislação sobre património cultural e o SGPC, incluindo os planos e acordos formais de gestão do património cultural. A caixa 10 descreve os requisitos de património cultural que serão avaliados numa ASCG.

Pretende-se que uma ASCG identifique quaisquer problemas reais ou potenciais e áreas a necessitarem de melhoria ao nível do desempenho social. É realizada de três em três anos ou pode ser despoletada mediante circunstâncias especiais, tais como um incidente importante de património cultural ou uma queixa por alegada violação de observância. Os resultados do processo de ASCG e os requisitos para a elaboração do seu relatório encontram-se detalhados na secção Produção de relatórios e comunicação deste guia.

Auditorias ao Sistema de Gestão do Património Cultural

Aos negócios da Rio Tinto na Austrália é exigida a realização de uma auditoria ao seu desempenho, de três em três anos, tendo por referência a norma de gestão do património cultural da Rio Tinto para os seus negócios na Austrália. As conclusões desta auditoria serão depois utilizadas pela ASCG da operação.

Melhoria contínua – “Como podemos melhorar?”

Os resultados da monitorização e da avaliação fornecem uma base sólida para a revisão e atualização dos planos e sistemas, e para encetar ações corretivas onde haja necessidade. Por exemplo, a monitorização pode indicar que um determinado projeto ou programa não está a ter o desempenho desejado, pelo que é necessário efetuar alterações para corrigir esse défice. Pode constatar-se também que os indicadores estabelecidos originalmente para a monitorização são irrealistas, pelo que têm que ser alterados para melhorar o processo.

O estudo de caso 11, nas operações de minério de ferro da Rio Tinto Iron Ore, em Pilbara, apresenta elementos da sua abordagem ao património cultural, os quais visam a melhoria contínua do desempenho, a fim de alcançar os objetivos do seu negócio.

10. Avaliação do desempenho de acordo com a norma da Rio Tinto em matéria da Relação com as Comunidades

- Compilou uma lista de todos os elementos do património cultural tangível?
- Registou informação acerca dos valores culturais intangíveis associados ao sítio, com base em consultas e na compreensão das normas culturais locais?
- Documentou todos os elementos e valores do património histórico e industrial do próprio negócio?
- Desenvolveu e implementou um sistema de gestão do património cultural?
- O SGPC garante a proteção dos elementos de património tangível e inclui a implementação de programas comunitários para a manutenção e proteção do património cultural intangível?
- O SGPC foi elaborado a partir de um trabalho de base exaustivo, conduzido em consulta com as comunidades pertinentes, continuando a prosseguir-se com essa consulta?
- O SGPC é consistente com o nível de ameaça que pesa sobre o património cultural da operação?
- Todas as atividades de perturbação do solo são compatíveis com todas as componentes do SGPC?
- Todos os procedimentos formais, como por exemplo avaliações do património cultural e planos de gestão do património cultural, são executados de forma harmoniosa, hábil e oportuna?
- Ocorreu algum dano evitável ao nível do património cultural?
- Foram reportados incidentes importantes?
- O património está a ser gerido em colaboração com as comunidades relevantes?
- A operação está a saber lidar com mudanças que estejam a dar-se nas normas culturais locais?
- Estão a ser registadas as considerações de património cultural em todos os acordos com os grupos indígenas, sempre que estes grupos detenham direitos ou interesses legais reconhecidos que coincidam com áreas de interesse da operação?



À esquerda
Dançarinas da área de Ranomafana, no sul de Madagáscar, executam a Mangaliba, uma dança de celebração. A atuação decorreu durante o festival cultural Katrehaky, que se realiza em Fort Dauphin, Madagáscar, em agosto. A Rio Tinto QMM apoia o festival, o qual celebra a diversidade cultural e a comunidade.



Pilbara
Austrália

Estudo de caso 11: Rio Tinto em Pilbara, Austrália

Melhoria contínua do desempenho no património cultural

As operações em minério de ferro da Rio Tinto Iron Ore em Pilbara, na Austrália Ocidental, que se iniciaram em 1966, consistem numa rede de 12 minas, três terminais de embarque, seis áreas de pastagem arrendadas e mais de 1300 km de linha férrea para transporte de mercadorias pesadas. As operações de Pilbara estendem-se pelos territórios tradicionais de nove grupos aborígenes com idiomas diferentes. Estas terras possuem importantes valores de património cultural tangível e intangível, incluindo uma das maiores concentrações de arte rupestre aborígene do mundo.

Desafio: Prosseguir na melhoria da gestão do património cultural

Para além de cumprir com as suas atuais obrigações e iniciativas de património cultural, a Rio Tinto Iron Ore está ciente do desafio de se manter a par da evolução dos sentimentos e aspirações da comunidade. Para isso, a Rio Tinto Iron Ore deve melhorar continuamente a gestão do património cultural das suas operações em Pilbara, as quais são geograficamente dispersas e se expandem com rapidez.

Processo: Ir além do cumprimento

A Equipa de Património Cultural Aborígene, da Rio Tinto Iron Ore, é composta por 20 profissionais, os quais asseguram que o Sistema de Gestão do Património Cultural está conforme com as normas da Rio Tinto e tem como objetivo a melhoria contínua do desempenho do negócio, em matéria de património cultural. Algum deste trabalho encontra-se formalizado em Acordos de Uso da Terra Indígena, estabelecidos com cinco grupos de Proprietários Tradicionais.

Exemplos de novos desenvolvimentos importantes, que contribuem para o propósito da Rio Tinto Iron Ore ao nível da melhoria contínua incluem:

Estudo Retrospectivo: Do mesmo modo que se realizam estudos de património antes de qualquer novo projeto ou de trabalhos de perturbação do solo, a Rio Tinto Iron Ore reconhece igualmente a importância da reavaliação de projetos e infraestruturas existentes, para assegurar que todos os aspetos das suas operações, novos ou já existentes, estão em conformidade com o seu Sistema de Gestão do Património Cultural e vão ao encontro das expectativas da comunidade.

Por exemplo, uma grande parte da extensa ferrovia da Rio Tinto Iron Ore foi construída há mais de 40 anos, antes da introdução de legislação e das normas para a realização de estudos de património e para a consulta com grupos de Proprietários Tradicionais. A Rio Tinto Iron Ore envolveu os Proprietários Tradicionais na elaboração do mapeamento cultural ao longo da linha férrea, para ganhar um conhecimento dos valores culturais associados a essa infraestruturas e zonas envolventes.

Celebração cultural: a Rio Tinto Iron Ore trabalha em conjunto com os grupos aborígenes para cuidar e celebrar o seu património intangível. Isto inclui projetos que possam fornecer recursos ou assistência, possibilitando aos grupos aborígenes a continuação das práticas e a transmissão dos seus conhecimentos, crenças e línguas. Em simultâneo, e a um nível mais alargado, melhora-se a compreensão e apreciação dos valores culturais indígenas, por parte das comunidades não indígenas. Estes projetos podem envolver a documentação da história oral, a criação de locais para salvaguarda de material cultural e a ajuda no



acesso às terras. A norma regional sobre património nos novos acordos formaliza um processo para a concretização destas atividades.

Melhorar a capacidade da comunidade para gerir o património cultural:

a Rio Tinto Iron Ore comprometeu-se a melhorar a capacidade da comunidade para gerir o património cultural, através do desenrolar de várias iniciativas, tais como:

- empregar um Agente de Gestão da Terra, de cada um dos grupos idiomáticos aborígenes, para funcionar como elo de ligação entre o seu grupo e as operações da Rio Tinto Iron Ore;
- o desenvolvimento e disponibilização de um curso de formação de assistente arqueológico, acreditado ao nível nacional; e
- oferecer ajuda aos grupos aborígenes na gestão da informação sobre o seu património e ambiente, em formato digital.

Resultado: Evolução ao ritmo das novas necessidades e aspirações da comunidade

A Rio Tinto Iron Ore opera em Pilbara há mais de 40 anos e dispõe de uma equipa de património cultural no local há quase 15 anos. A empresa tem reconhecido e valorizado continuamente as ligações dos povos aborígenes à terra e aos seus valores culturais. Com base na sua longa história de gestão do património cultural em Pilbara, a Rio Tinto Iron Ore empenha-se na melhoria contínua e no progresso do seu Sistema de Gestão do Património Cultural através da reavaliação dos seus esforços atuais e do reajustamento de projetos e planos, para ir ao encontro das preocupações da comunidade aborígene relativas ao património cultural, as quais se encontram em constante evolução.

11



No topo

Consulta no terreno com membros anciãos da comunidade Nyiyaparli, para o projeto Hope Downs 4, mais precisamente o atravessamento do riacho Weeli Wolli pela linha férrea.

Da esquerda para a direita: Peter Sage (Gestor de Estudo, Rio Tinto Iron Ore), Luke Lowery (Património, Rio Tinto Iron Ore), Eric Parker, Stanley Watson, Gordon Yuline, Keith Hall e Victor Parker.

Acima

Sinal Wurrurnha numa ponte da linha férrea, desenhado por Mark Lockyer, um proprietário tradicional do povo Kuruma Marthudunera. O sinal marca a localização de uma bacia no Rio Robe, próximo da ponte, a qual é importante para o povo Kuruma Marthudunera.

No círculo

Um exemplo de gravuras rupestres na Península Burrup, Austrália Ocidental. A gestão do património cultural da Rio Tinto Iron Ore inclui a proteção da arte rupestre nos seus terrenos da Península de Burrup.

2.5 Produzir relatórios e comunicar

A produção de relatórios e a comunicação dirigem-se a públicos internos e externos. Ao nível interno, os gestores precisam de saber até que ponto os riscos estão a ser bem geridos, se os requisitos da empresa estão a ser cumpridos, e qual o desempenho do sistema de gestão do património cultural.

Estes resultados são muitas vezes reportados através de procedimentos de avaliação e auditorias internas. Ao nível externo, os membros das comunidades, os governos e o público em geral podem precisar de conhecer os impactos da operação sobre o seu património cultural, as ações que estão a ser tomadas ou as propostas para tratar as questões e preocupações da comunidade, e o desempenho da operação na gestão do património cultural.

Lista de Verificação	
[✓]	Todos os incidentes são reportados internamente e comunicados à comunidade e partes interessadas afetadas?
[✓]	As conclusões da ASCG e dos cadernos de trabalho da comunidade estão a ser transmitidos às comunidades afetadas?
[✓]	A comunicação com as comunidades locais está a ser conduzida de forma culturalmente apropriada e tem em conta a língua e grau de alfabetização local?
[✓]	Os relatórios de desenvolvimento sustentável são acessíveis ao público, detalhados, incluem resultados quer positivos quer negativos, e são inclusivos em termos de património cultural e programas culturais?
[✓]	Existe comunicação de resultados positivos e negativos entre os negócios e operações da Rio Tinto?
[✓]	Os recursos de património cultural da operação, ou o património cultural associado às terras exploradas, são promovidos em grande escala? Em caso afirmativo, isso realiza-se com a autorização expressa dos guardiões desse património cultural?
[✓]	Os desejos dos guardiões de património cultural são comunicados a todos os empregados pertinentes e, se necessário, ao público em geral, para evitar a utilização desrespeitosa ou a danificação de lugares, objetos e práticas importantes, do ponto de vista cultural?

2.5.1 Relatórios externos

A difusão de relatórios para as comunidades locais, as partes interessadas e o público, acerca das atividades de gestão do património cultural, deve constituir uma prática corrente do sistema de gestão do património cultural de uma operação. É necessário que esta comunicação externa se debruce quer nas ações e programas levados a cabo por uma operação, quer nos resultados de quaisquer perturbações significativas que possam ocorrer sobre o património. O relatório externo deve ainda

demonstrar que a operação está a cumprir toda a legislação relevante e outros requisitos. Produzir relatórios que descrevam a qualidade dos processos de gestão em curso, na celebração dos valores de património de uma área, na limitação de quaisquer incidentes, e na forma como foram resolvidos os litígios, é mais informativo do que simplesmente indicar a quantia dispendida num determinado programa ou o número de incidentes e queixas ocorridos.

Os relatórios onde é descrito o património cultural da área da operação (canções, arqueologia, etc) constituem documentos insubstituíveis de cultura humana, para utilização das gerações futuras. Relatórios de estudos sobre o património cultural podem desaparecer do nosso "sistema" e nunca mais serem vistos, resultando na perda de dados importantes de muitos anos. A Rio Tinto acredita que, desde que a sensibilidade cultural o permita, estes relatórios devem ser colocados num arquivo

acessível ao público ou serem disponibilizados online. Deve, no entanto, ter-se especial cuidado quando se publicam abertamente dados sobre a localização de sítios, uma vez que isto pode conduzir a potenciais impactos negativos sobre os mesmos, como é o caso de uma intensificação das visitas, recolha de artefactos, pilhagens ou graffiti. Se este cenário for uma possibilidade, então os dados de localização devem ser mantidos seguros ou deve ser tomadas medidas adequadas de gestão e proteção do sítio, em conjunto com as comunidades e as autoridades de património cultural pertinentes.

Tal como para todas as formas de comunicação pública, os desejos das comunidades que detêm o património cultural devem ser respeitados para que nenhum do conhecimento cultural seja utilizado sem a sua permissão. Por vezes, as comunidades ficam ofendidas se o seu envolvimento na gestão do património cultural é usado para artigos de relações públicas e, também por isso, deve evitar-se a publicidade unilateral. O envolvimento significativo e inclusivo deve garantir que os empregados reconheçam, valorizam e respeitam as preocupações da comunidade, e que os membros da comunidade, por sua vez, confiam que a operação agirá nos seus melhores interesses, ao gerir a informação sobre património cultural.

Relatórios locais de desenvolvimento sustentável

De acordo com a iniciativa global para a elaboração de relatórios (Global Reporting Initiative, GRI), as unidades de negócio da Rio Tinto elaboram os seus próprios relatórios anuais

de desenvolvimento sustentável local. O estilo e apresentação destes relatórios devem ser adaptados à comunidade e partes interessadas locais.

São fornecidas orientações para os relatórios de sustentabilidade na GRI, mais precisamente no Suplemento do Setor da Mineração de Metais.⁵ Nas orientações da Rio Tinto para os relatórios de desenvolvimento sustentável local é requerida a menção a uma série de questões de património cultural mais amplas, na sua maioria intangíveis, nomeadamente:

- o envolvimento das partes interessadas;
- os direitos humanos;
- a gestão ambiental;
- a formação e educação; e
- um conjunto de indicadores de desempenho social.

Embora não se encontre na GRI uma referência específica aos aspetos do património cultural, as operações devem, ainda assim, considerar o património cultural nos seus relatórios. A referência aos “Indicadores de Desempenho Sociais” oferece um âmbito alargado, no qual se podem enquadrar os esforços empregues na redução dos impactos que as operações exercem sobre as comunidades, nos locais onde atuam.

A caixa 11 apresenta alguns exemplos de trabalhos de gestão do património cultural que podem figurar em relatórios de desenvolvimento sustentável escritos. Os relatórios de desenvolvimento sustentável podem também ser feitos oralmente, se este for um método mais apropriado. Se o relatório for oral, então devem ser redigidas e conservadas atas no sistema interno de gestão de informação.

Gestão da informação e da documentação

A recolha, utilização, divulgação e segurança da informação sobre o património cultural de uma comunidade tem que ser tratada por uma operação, em conformidade com os desejos dessa comunidade e com a legislação aplicável. Podem usar-se várias medidas físicas e eletrónicas para proteger documentos em papel e ficheiros eletrónicos, incluindo mecanismos de segurança do computador e da internet. A operação deve tomar medidas para proteger a informação sobre património cultural do uso indevido, perda, e acesso, modificação ou divulgação não autorizados. Se apropriado, a operação deve também providenciar o acesso aos dados armazenados, por parte da comunidade.

11. Exemplos de trabalhos e iniciativas relacionadas com património cultural para inclusão em relatórios de desenvolvimento sustentável:

- incidentes;
- resultados de programas culturais;
- trabalho relacionado com a formação de empregados locais sobre património cultural;
- descobertas interessantes dos estudos arqueológicos, resultados da sua gestão e proteção;
- medidas tomadas para conservar o património cultural associado ao sítio; e
- programas de integração cultural.

5. Iniciativa de Reporte Global – en el Suplemento del Sector Metales de Minería
<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/SectorSupplements/MiningAndMetals/>

2.5.2 Relatórios internos

Relatório de incidentes

Os incidentes que prejudiquem o património cultural têm que ser declarados internamente através do SEART ou da Solução de Negócios. Os relatórios que documentam o incidente e os passos dados na sua remediação constituem peças de informação importantes que devem ser revisitadas regularmente e partilhadas com outras unidades de negócio, para certificar que as operações individuais e o Grupo Rio Tinto aprendem com os próprios erros.

Avaliação de Sítio Comunitário Gerido

Os resultados das ASCG devem figurar num relatório de conclusão apresentado ao diretor de gestão da operação, o qual deve analisá-lo e responder. O relatório final é aprovado pelo diretor de gestão, para ser apresentado ao diretor executivo do grupo de produtos e ao chefe responsável das práticas mundiais, Relação com as Comunidades. Deve considerar-se também a distribuição do relatório final, ou de um resumo do mesmo, aos participantes, e a eventual necessidade de pôr o relatório a circular mais amplamente.

Caderno de trabalho das comunidades

Os nossos negócios reportam anualmente à Rio Tinto as contribuições das suas comunidades, no Caderno de Trabalho das Comunidades. No final de cada ano civil, a Rio Tinto reúne um grupo de dados – que abarcam um vasto conjunto de indicadores económicos, ambientais e sociais. Será pedido às operações que reportem o progresso em direção às metas locais de património cultural como parte da meta global da Rio Tinto em matéria da Relação com as Comunidades, através do mecanismo do Caderno de Trabalho das Comunidades.

2.5.3 Comunicação

Comunicar acerca de assuntos de património cultural com as comunidades e partes interessadas locais constitui parte integrante do envolvimento inclusivo. A comunicação focar-se-á sobretudo nos valores do património, nas perturbações, resultados e planos.

Comunicação dos valores de património

A comunicação sobre a gestão do património cultural da operação, ao público em geral e aos empregados e contratados, pode trazer uma série de benefícios. Estes benefícios incluem a maior sensibilização para o património cultural da área e a melhoria da reputação da operação. A comunicação mais alargada

precisa de ser realizada com especial consideração e consulta com os guardiões do património para acautelar que os seus direitos de propriedade e privacidade são sempre respeitados. Pode integrar-se nas comunicações internas e externas, na manutenção e celebração de programas, e nos processos de integração cultural dos empregados.

Com o consentimento da comunidade local, a comunicação pode incluir também o desenvolvimento de sinalização interpretativa para aumentar o conhecimento do público sobre o valor de um lugar de património e para comunicar regras que assegurem a utilização respeitosa do sítio (ver caixa 3 e estudo de caso

1). A sinalização interpretativa deve ser desenvolvida em estreita consulta com as pessoas para quem o lugar ou objeto tem valor, para garantir que qualquer utilização de imagens ou palavras é apropriada e sensível à cultura, e que apenas são divulgados os elementos de património cultural aprovados pela comunidade. É particularmente importante que este tipo de comunicação seja conduzido de acordo com as normas e restrições culturais relativas à dispersão do conhecimento.

As pesquisas arqueológicas, antropológicas, paleontológicas ou outras, que se encontrem documentadas nos relatórios de uma operação, podem contribuir

significativamente para a investigação académica nesse domínio, e podem interessar à comunidade local. As operações da Rio Tinto têm difundido e/ou apoiado numerosas publicações e comunicações em conferências sobre património cultural, principalmente colaborações entre os seus empregados, membros das comunidades e consultores. Estes relatórios são uma forma positiva de uma operação cumprir as suas obrigações no que toca à transmissão da informação sobre o património ao público em geral. As experiências de uma operação podem também ajudar outras operações da Rio Tinto a melhorarem os seus próprios resultados da gestão. Por exemplo, a informação sobre a estabilidade de abrigos nas rochas relativamente às vibrações causadas por escavações e detonações melhorou a forma como a Rio Tinto Iron Ore gere os abrigos em rochas em Pilbara. Esta informação pode ser útil para outras operações dentro do Grupo Rio Tinto.

Outra forma de comunicar os valores de património inclui o desenvolvimento de museus, centros culturais ou centro de visitantes, e outras atividades que tornem o património acessível, interativo e educativo para o público em geral. Frequentemente, o espólio histórico da própria operação pode ser gerido desta forma. O estudo de caso 12, do Centro de Visitantes da Mina Bingham Canyon, é um exemplo de comunicação do valor de património industrial histórico da mina, e de informação acerca das operações atuais, fortalecendo assim a licença social de exploração para a operação.

Perturbações, resultados e planos

Os negócios da Rio Tinto devem consultar regularmente as comunidades para conhecerem quais as informações pretendidas por aquelas ou, no respeitante à manutenção do património cultural, quais as que podem ser partilhadas com outros. As comunidades devem ser mantidas informadas acerca de novos trabalhos do projeto (incluindo todos os trabalhos de perturbação do solo e novos procedimentos ambientais), assim como quaisquer impactos potenciais sobre o património cultural. É igualmente importante que comuniquemos as conclusões de auditorias ou revisões, para que a comunidade esteja ao corrente do que se passa dentro da empresa com respeito ao seu património cultural. Os incidentes significativos têm que ser reportados às partes pertinentes – isto encontra-se muitas vezes estipulado na lei e está incluído nos planos e acordos de gestão do património cultural. As medidas que forem tomadas para mitigar o impacto e as consequências destes incidentes devem ser comunicadas em tempo oportuno.

O estudo de caso 13, da mina de diamantes Argyle, na Austrália, realça a importância de construir uma relação de confiança com a comunidade local, através de uma comunicação aberta e transparente. Graças à sua nova estratégia de envolvimento, foi possível restabelecer uma relação de longa data que se havia degradado, entre a operação e os Proprietários Tradicionais daquela área.



Utah
EUA

Estudo de caso 12: Rio Tinto no Utah, EUA

Promover os valores de património industrial numa mina a operar

A Kennecott Utah Copper (KUC), pertencente na totalidade à Rio Tinto, explora a Mina Bingham Canyon, a primeira e maior mina de cobre a céu aberto em todo o mundo. A mineração arrancou em Bingham Canyon em 1863, e a mineração de superfície, atualmente designada como mineração a céu aberto, começou em 1906. A determinada altura viviam no vasto distrito mineiro de Bingham Canyon cerca de 15.000 pessoas de origens étnicas muito diferentes. Em 1966, a mina Bingham Canyon foi classificada como sítio histórico nacional dos Estados Unidos. Localizada imediatamente a sudoeste de Salt Lake City, no Utah, a operação teve um grande impacto no desenvolvimento económico da área e continua a ter uma presença visível na comunidade metropolitana.

Desafio: Conservar a licença social de exploração à medida que as operações se expandem

O desafio para esta mina é de continuar a operar, inclusive com perspetivas de expansão no subsolo, ainda que a mesma se localize próximo dos subúrbios de uma grande área metropolitana. Neste contexto, é fundamental conservar a licença social de exploração. Uma iniciativa destinada a manter e realçar uma relação forte com as comunidades adjacentes foi a promoção do impacto positivo da operação no desenvolvimento e na história da região, através da construção do centro de visitantes da Mina de Bingham Canyon. O centro de visitantes também contribui financeiramente para obras de beneficência locais, reforçando ainda mais a licença social de exploração das operações.

Processo: Promover os valores de património industrial e a história local

Para honrar e promover o seu património histórico, a KUC inaugurou o seu centro de visitantes da Mina Bingham Canyon em 1992. Está localizado num local com vista para a Mina Bingham Canyon, de modo que os visitantes possam observar as operações diárias de mineração. Já recebeu quase três milhões de visitantes e doou mais de 2.4 milhões de dólares a obras de beneficência locais e a organizações não governamentais, através da Fundação de Beneficência do centro de visitantes Kennecott Utah Copper.

Na praça do centro de visitantes podem escutar-se narrativas educativas em diversas línguas que explicam as operações. Existem também várias exposições interativas, como por exemplo microscópios 3-D para os visitantes examinarem amostras de minerais, e apresentações mostrando as utilizações do cobre no dia a dia, educando o público para a importância dos metais e da mineração enquanto indústria. O centro conserva também uma valiosa coleção de antigo equipamento mineiro, artefactos,

documentos e apresentações mostrando a evolução da tecnologia mineira até à engenharia ambiental moderna.

O centro de visitantes foi recentemente remodelado e, ao longo dos anos, tem sido sujeito a várias ampliações e atualizações que incluem novas exposições e vídeos. Uma das apresentações, designada "Memórias Locais", mostra artefactos históricos da comunidade, incluindo fotografias, e um DVD sobre a história oral, o qual reúne histórias contadas pelas e para as pessoas de Copperton, no Utah. Copperton é uma cidade operária, construída em 1927 pelo antecessor da KUC, a Utah Copper Company. Tendo por base fotografias históricas, o centro mostra as diversas proveniências culturais dos primeiros colonizadores das comunidades mineiras.

O centro de visitantes da Mina Bingham Canyon é mais do que um lugar onde a KUC promove e educa sobre as suas operações e sobre a mineração enquanto indústria. É também um lugar onde a história e o desenvolvimento da comunidade circundante pode ser escutada, partilhada e conservada.



Resultado: Uma licença social mais forte

O centro de visitantes contribui para um sentido de comunidade ao promover e comunicar o património industrial, cujo valor foi reconhecido na listagem de Bingham Canyon como um Monumento Histórico Nacional, e ao transmitir a longa história da indústria mineira na área. A comunicação destes valores aos visitantes realça as ligações entre o património da mina e a comunidade, assim como a relação inseparável entre o património industrial e comunitário da região. Estas ações, bem como a doação dos ingressos dos visitantes a obras de beneficência, ajudam a fortalecer a licença social da mina, permitindo-lhe, dessa forma, continuar a operar num ambiente metropolitano densamente povoado.

12



No topo
Durante a Segunda Guerra Mundial, a Kennecott Utah Copper contratou muitas mulheres para trabalharem na mina, a fim de conseguir fornecer um terço do cobre usado pelos aliados no esforço de guerra. Esta fotografia é de 1944.

À esquerda, em cima
A praça do centro de visitantes, 2010. Esta exposição mostra equipamento mineiro utilizado nos primeiros tempos da mina Bingham Canyon. A mina Bingham Canyon encontra-se ao fundo.



À esquerda, em baixo
Interior do centro de visitantes da Mina de Bingham Canyon, 2010. O centro apresenta exposições interativas, informativas e históricas, sobre a história, operação e sustentabilidade da Mina Bingham Canyon, da Kennecott Utah Copper e da Rio Tinto.

No círculo
Empregados trabalham na manutenção da ferrovia para as locomotivas que transportam o minério e os estêreis da Mina Bingham Canyon. Esta fotografia data do final da década de 1940.



East Kimberley

Austrália

Estudo de caso 13:

Rio Tinto em East Kimberley, Austrália

Comunicação aberta e transparente na mina de diamantes Argyle

A mina de diamantes Argyle (Argyle) é uma das maiores minas de diamantes a nível mundial, e é 100% detida e gerida pela Rio Tinto. Localizada na região de East Kimberley, na Austrália Ocidental, a Argyle está a explorar em Barramundi Gap. Barramundi Gap é uma paisagem cultural ligada à história Ngarranggarni Dreaming, que conta como se formou a geografia da área. O Barramundi Gap é um dos sítios atuais mais importantes do ponto de vista cultural para os povos Miriuwung e Gidja.

Desafio: Melhorar as relações para continuar a operar numa paisagem cultural importante

A história do envolvimento da Argyle com os Proprietários Tradicionais da área utilizada pela mina tem sido longa e difícil. Desde a fase exploração na década de 1970 até às primeiras fases das operações, em meados da década de 1980, a relação da Argyle com os Proprietários Tradicionais caracterizou-se pelo ressentimento e pela reduzida contribuição regional. Uma mudança na liderança da Rio Tinto em 1999 motivou uma “mudança cultural”. A empresa começou a trabalhar no sentido de ganhar o apoio dos Proprietários Tradicionais através da implementação de processos de comunicação abertos e transparentes em torno do impacto da mina nesta paisagem cultural, entre outras coisas.

Processo: Estabelecer estratégias de comunicação formais

Para ultrapassar os problemas do passado e para gerir adequadamente esta importante paisagem cultural no futuro, a Argyle precisou de estabelecer estratégias de comunicação formais. O Acordo de Participação da Argyle, assinado em 2004, é o mecanismo que formaliza estes processos de comunicação e que assegura a proteção adequada do património cultural, conforme foi debatido nos fóruns com as comunidades.

Os mecanismos fundamentais que facilitam um diálogo aberto e respeitador entre os Proprietários Tradicionais e as operações, à volta das questões do património cultural (e outras) na Argyle, incluem:

O Comité de Relações: Este comité integra representantes dos Proprietários Tradicionais e da Argyle, e encontra-se trimestralmente para discutir os oito planos de gestão que compõem o Acordo de Participação da Argyle, incluindo a gestão de sítios importantes, da água e da terra. Os encontros regulares garantem que todos os novos grandes trabalhos da operação e quaisquer inquietações que os Proprietários Tradicionais possam ter são discutidos abertamente entre o pessoal da operação e os Proprietários Tradicionais. Isto garante que são implementadas medidas apropriadas para gerir as questões de património cultural, incluindo a gestão global da própria paisagem cultural.



Comunicação bilateral nos processos de desobstrução de terras: Conforme definido no Acordo de Participação da Argyle, todos os processos de desobstrução de terras são conduzidos em parceria com os Proprietários Tradicionais, etnógrafos, arqueólogos e especialistas na matéria. A Argyle Diamonds incentivou este envolvimento mais alargado, uma vez que o mesmo assegura que são tomadas as decisões certas e que as atividades mineiras e os aspetos do património cultural são totalmente comunicados às comunidades Miriuwung e Gidja.

Dia Aberto do Proprietário Tradicional: O Dia Aberto do Proprietário Tradicional realiza-se anualmente no local. É dada oportunidade aos Proprietários Tradicionais de visitarem e discutirem sobre qualquer parte da mina que contenha aspetos de património cultural. Isto pode incluir visitas às grutas, ao projeto subterrâneo, aos sítios em fase de reabilitação e/ou a fontes de água cruciais como sejam nascentes ou barragens. O Dia Aberto constitui uma oportunidade tanto para os empregados como para os Proprietários Tradicionais, de verem juntos, e posteriormente debaterem, o trabalho do Comité Relacional.

Cerimónia Manthe de boas-vindas: Atualmente, o Protocolo da Argyle estabelece que os operadores da mina têm que ser acolhidos no sítio da mina pelos Proprietários Tradicionais, através de uma cerimónia Manthe. As cerimónias conferem passagem segura aos empregados para as terras tradicionais e constituem uma componente oficial do programa de acolhimento da operação, em matéria de Saúde e Segurança. São conduzidas quinzenalmente assegurando que todos os empregados recebem as boas-vindas dos Proprietários Tradicionais, se mantêm seguros na operação e são integrados na importância cultural do sítio.

Protocolo para a utilização da propriedade intelectual dos Miriuwung e dos Gidja: O sistema de gestão do património cultural da Argyle descreve procedimentos para a utilização de fotografias que retratem os povos Miriuwung e Gidja, das obras de arte, das histórias, canções e língua, em materiais promocionais, ou outros, da operação. Garante-se assim que a reprodução dessa propriedade intelectual é culturalmente sensível e não é usada de uma forma desrespeitosa.

Resultado: Melhoria das relações com as comunidades

A criação de mecanismos formais para encorajar a comunicação constante entre os empregados e os Proprietários Tradicionais ampliou a compreensão das questões culturais e das preocupações da comunidade por parte da operação e possibilitou relações de trabalho mais próximas. Ao formalizar uma estratégia de comunicação, a Argyle foi capaz de ultrapassar os problemas do passado e promover laços fortes e cooperantes com a comunidade, ao mesmo tempo que prosseguiu com a mineração num lugar com importância cultural. A Argyle mantém o entusiasmo e abertura para uma maior comunicação e troca de ideias entre os empregados e os Proprietários Tradicionais.

13

Em cima:
Peggy Patrick, Proprietário Tradicional Gidja, explica a importância da cerimónia de boas-vindas Manthe a um grupo de empregados e empreiteiros.
Círculo:
Uma cerimónia especial de boas-vindas Manthe é celebrada na entrada do projeto subterrâneo da mina de diamantes Argyle.

2.6 Resumo

Gerir o património cultural pode ser difícil e muitas vezes apresenta desafios pouco familiares. No entanto, acreditamos que o envolvimento proativo com as comunidades locais em assuntos de património cultural, não só é suscetível de proporcionar benefícios reais para as comunidades, como também protege e reforça o valor dos negócios da Rio Tinto.

Envolvimento inclusivo

O nosso primeiro objetivo é o de envolver de forma inclusiva, o que implica reconhecer a diversidade socioeconómica e política dos vários grupos que compõem uma comunidade. Também nos comprometemos em envolver outras pessoas no nosso negócio e na comunidade para garantir a esta última o devido respeito e a gestão eficaz do seu património cultural.

Conhecer e compreender

Logo desde o início, devemos procurar construir o nosso conhecimento e compreensão sobre:

- os lugares, objetos, paisagens, ecossistemas e práticas que são importantes para as comunidades;
- o motivo porque essas coisas são valorizadas;
- o modo como devem ser geridas; e
- o potencial que as nossas atividades têm de causarem impacto sobre qualquer um dos aspetos mencionados atrás, quer positiva quer negativamente.

Ganhar o conhecimento e compreensão necessários ao desenvolvimento de um sistema de gestão do património cultural requer tempo e deve desenrolar-se de modo contínuo, uma vez que as preocupações da comunidade mudam ao longo do tempo e à medida que surgem novos desenvolvimentos e processos.

Planear e implementar

Uma vez que tenhamos ganho uma maior compreensão dos lugares, objetos e práticas que são importantes para as comunidades, bem como do potencial das nossas atividades para causarem impactos sobre os mesmos, devemos elaborar planos para evitar ou mitigar impactos adversos e olhar para oportunidades de maximizar os benefícios. Isto pode traduzir-se em PGPC, planos das comunidades, planos ao nível dos programas e noutros tipos de políticas, planos e atividades operacionais.

Monitorizar, avaliar e melhorar

O seguimento sistemático do nosso desempenho, e a avaliação do cumprimento de metas estabelecidas auxilia o negócio e a comunidade a alcançarem os objetivos que foram acordados para a gestão do património cultural. A existência de dados precisos é essencial para medir as alterações, positivas e negativas. Isto depende de um bom envolvimento e consulta, que estão no cerne de uma gestão eficaz do património cultural. Na medida do possível, a monitorização e avaliação devem ser participativas e incluírem os empregados, os especialistas de património e os guardiões do património da comunidade.

Produzir relatórios e comunicar

A produção de relatórios e a comunicação sobre o desempenho relacionado com o património cultural, é importante para a transparência interna e externa, e é também uma forma de encorajar os comentários e fomentar o diálogo. Isto ajudará a orientar os nossos processos de tomada de decisão formais e informais o que, por sua vez, contribui para o melhor desempenho social e participações mais valiosas. Podemos também comunicar, de um modo culturalmente sensível, os valores culturais de um lugar, objeto ou prática, para o público em geral, quer para ajudar a salvaguardar o património cultural, quer para sensibilizar mais o público para o seu valor.

Em todos os nossos projetos e operações, e em todas as áreas funcionais, aspiramos a corresponder ao desafio de praticar uma gestão integrada do património cultural. A habilidade e sensibilidade com que gerimos os assuntos de património cultural ajudarão a definir a qualidade das relações da Rio Tinto com as comunidades onde trabalhamos ou pretendamos vir a trabalhar no futuro.

3. Leituras complementares

3.1	Conceitos ligados ao património cultural	91
3.2	O argumento para o negócio	100
3.3	Impactos sobre o património cultural	104
3.4	Protocolos e normas internacionais para a proteção do património e da diversidade cultural	109

O que pode ser encontrado nas leituras complementares?

As leituras complementares ajudam os profissionais a aprofundarem o seu conhecimento e compreensão das questões do património cultural relativamente às atividades operacionais, infraestruturas associadas e às alterações sociais e ecológicas mais vastas que os desenvolvimentos em larga escala podem trazer às comunidades afetadas. Fornece detalhes complementares à anterior secção “Guia prático”.

Conceitos ligados ao património cultural

Esta secção:

- define património cultural e tipos de património cultural;
- descreve a necessidade da gestão do património cultural e da avaliação da importância;
- explora a complexidade da distinção entre valores tangíveis e intangíveis, bem como entre tipos de património;
- descreve algumas das ameaças ao património cultural; e
- destaca alguns dos debates presentes na literatura sobre património.

O argumento para o negócio – atribuir um valor ao património cultural

Esta secção apresenta os motivos pelos quais a Rio Tinto deseja garantir uma gestão exaustiva e legítima do património cultural. Expõe as ameaças e oportunidades para o negócio, e realça que a gestão do património cultural pode:

- minimizar os impactos negativos das atividades operacionais;
- ajudar uma operação a conseguir, e a conservar, uma licença social para operar;
- favorecer os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável; e
- apoiar o nosso compromisso para com os direitos humanos.

Impactos da mineração e do processamento sobre o património cultural

Esta secção explica os impactos positivos e negativos sobre o património tangível e intangível de uma comunidade, que podem advir de atividades operacionais. Descreve os impactos em relação a:

- negociação e envolvimento;
- impactos diretos e indiretos; e
- emprego e formação.

Protocolos internacionais para a proteção do património cultural

Esta secção apresenta documentos importantes que influenciam as melhores práticas na gestão do património cultural e que informam a política de gestão do património cultural da RT. Estes documentos incluem:

- protocolos e convenções internacionais;
- quadros de desenvolvimento sustentável; e
- princípios e estruturas industriais.

3.1 Conceitos ligados ao património cultural

A anterior secção “Guia Prático” cobriu alguns dos conceitos fundamentais relacionados com o património cultural e as operações de mineração e processamento. A presente aproveita os principais debates teóricos em curso e a literatura, e fornece dados suplementares sobre as seguintes questões:

- património cultural e tipos de património cultural;
- gestão do património cultural;
- avaliação da importância;
- património cultural e diversidade cultural;
- convergência entre os valores tangíveis e intangíveis;
- distinção entre património natural e cultural;
- ameaças ao património cultural; e
- debates sobre o património cultural.

Património cultural

Património cultural é qualquer aspeto do passado e do presente de uma comunidade, que esta considera como sendo importante, e o qual deseja passar às gerações futuras. Pode ser tangível (físico) consistindo de edifícios, paisagens e artefactos, ou intangível (imaterial), como é o caso de práticas e crenças culturais, língua, dança e música. O património cultural é muitas vezes descrito como objetos, lugares ou práticas que foram transmitidos pela tradição ou que têm alguma ligação com a história. Nem sempre o património cultural se relaciona com coisas antigas. Objetos, lugares ou práticas novos, ou recentemente modificados, podem conter valor cultural para as gerações presentes e, como tal, podem eventualmente vir a tornar-se componentes do património cultural.

O património cultural é importante para toda a gente. Em alguns países, está mais frequentemente associado a povos indígenas ou tradicionais do que a outros grupos. No entanto, os lugares, objetos e práticas com importância cultural enriquecem as vidas de todas as pessoas, ao proporcionarem ligações mais fortes e inspiradoras a lugares, países e/ou grupos culturais ou étnicos. O património cultural oferece elos de ligação com o passado histórico e com as experiências vividas, constituindo por isso um elemento fundamental na identidade individual e de grupo para todas as pessoas.

Tipos de património cultural

A lista da caixa 12, embora não seja exaustiva, dá uma noção da amplitude do património cultural. Existem muitas formas de classificar diferentes tipos de património cultural. Ao longo deste guia referimo-nos sobretudo a lugares, objetos e práticas com importância cultural, também referidos coletivamente como elementos de património cultural, e a lista seguinte está organizada de acordo com isto. A maioria destes tipos de património cultural contém valores quer tangíveis, quer intangíveis. As paisagens, por exemplo, encerram a evidência do passado e do presente, mas é a memória das pessoas e as histórias associadas a essas paisagens que concorrem para a importância desses locais.

12. Tipos de património cultural

Lugares de património cultural

- Lugares de património cultural
- Sítios arqueológicos
- Cidades e ruínas históricas
- Paisagens urbanas e as suas partes constituintes
- Parques, jardins e outras paisagens modificadas como pastagens/quintas
- Paisagens culturais associativas (lugares venerados pelas pessoas mas que podem não ter qualquer evidência de modificação pelo homem)
- Paisagens industriais e suas partes constituintes
- Elementos paleontológicos
- Património subaquático como por exemplo destroços de naufrágios
- Museus e galerias de todos os tipos

Objetos de património cultural

- Recursos naturais com valor tangível e intangível
- Património cultural móvel (objetos como quadros, veículos, vestuário, instrumentos de pedra e outros)
- Património documental e digital (arquivos e objetos em bibliotecas)
- Património cinematográfico e as ideias que este transmite
- Literatura

Práticas culturais

- Tradições orais transmitidas de geração em geração
- Línguas
- Eventos festivos e as tradições que eles materializam
- Rituais, tradições, crenças e costumes
- Práticas e conhecimentos locais ou tradicionais, associadas ao ambiente natural
- Práticas de gestão tradicional da terra e técnicas de caça/agricultura
- Medicina tradicional
- Música, canções e outras artes cénicas
- Tradições culinárias
- Desportos e jogos

13. Diferentes níveis de importância

O património pode situar-se a diferentes níveis de importância – local, regional, nacional ou mundial. É fundamental que estes valores, por vezes contrastantes entre si, não diminuam a capacidade de os membros das comunidades locais definirem a utilização e gestão do seu património cultural.

Por exemplo, as organizações indígenas do Havai assinaram uma petição contra a atribuição do estatuto do Património Mundial ao Monumento Marinho das Ilhas do Noroeste do Havai, uma vez que essa nomeação tê-las-ia impedido de praticar a pesca de subsistência tradicional naquela área. Os grupos indígenas havaianos argumentaram também que a ausência de um processo de consulta e outros métodos gerais de exclusão constituíam uma infração à lei constitucional do país. Embora a lista de Património Mundial da UNESCO exerça muitas vezes forte influência sobre as opções de gestão do património e a legislação ao nível local, a mesma pode entrar em conflito com os objetivos e preocupações das comunidades locais/indígenas e, como tal, não deve ser assumida como a solução definitiva para a gestão do património cultural.

Gestão do património cultural

Definimos gestão do património cultural como as ações tomadas pelos gestores para identificar, avaliar, decidir e implementar as decisões relativas ao património cultural. No essencial, trata-se de gerir a mudança. A razão pela qual gerimos o património cultural é para proteger ativamente lugares, objetos e práticas importantes, do ponto de vista cultural, relativamente às mudanças que os mesmos enfrentam ao longo do tempo. Estas mudanças podem ser direta ou indiretamente causadas por atividades operacionais – ou podem resultar de processos naturais ou culturais. A gestão não significa impedir que as mudanças ocorram.

A gestão do património cultural pode traduzir-se na documentação, conservação, alteração ou mesmo perda de património cultural. Pode também envolver trabalho com as comunidades para proteger e realçar a sua cultura e respetivas práticas. A gestão eficaz do património cultural visa reduzir os impactos negativos diretos e indiretos, bem como maximizar os impactos positivos de um desenvolvimento, ou outra alteração do uso da terra, sobre os elementos de património cultural e as pessoas.

As decisões relacionadas com a gestão do património cultural devem ser sempre tomadas em consulta com as comunidades, especialistas de património, e partes interessadas pertinentes. Essas decisões têm ainda que estar de acordo com legislação relevante sobre património, a qual pode exigir medidas específicas de conservação, mitigação ou salvaguarda. As boas decisões de gestão dependem também da formulação clara das razões pelas quais, e para quem, um determinado lugar, objeto ou prática é valioso, já que as coisas não têm todas o mesmo valor, nem necessitam todas da mesma proteção.

Ao realizar esta avaliação, é importante ter consciência de que alguns aspetos do património podem incorporar vários valores, os quais podem ter diferentes graus de importância para diferentes grupos. Do mesmo modo, o património pode ser valorizado a um nível global, nacional ou local, ou a partir de vários pontos de vista (ver caixa 13). É por isto que a consulta alargada, com um vasto leque de membros da comunidade e partes interessadas pertinentes, se torna essencial para identificar o valor e a importância do património cultural. Pode ser por vezes difícil decidir quem faz parte da “comunidade pertinente” e devem ser tidos em conta o género, idade, etnia, convicção religiosa e classe para assegurar que são captados os valores para estes diferentes grupos. A anterior secção “Guia Prático” e a guia de orientação da Rio Tinto sobre a consulta e o envolvimento descrevem como deve processar-se uma consulta alargada.

Avaliação da importância

Um meio de determinar o valor do património cultural é através da avaliação da importância cultural. O termo “importância” é usado na gestão do património para significar o valor estético, histórico, científico ou social, de um lugar, objeto ou prática, para as gerações passadas, presentes ou futuras. Dito de outra forma, significa determinar o motivo pelo qual um elemento de património cultural é importante para um grupo de pessoas.

O valor estético refere-se ao património que é valorizado pela sua forma, escala ou conceção agradável ou única, ou pela experiência sensorial que proporciona (isto é, sensação visual ou olfativa). O valor estético pode estar associado com a importância arquitetónica e artística, mas também pode basear-se em fenómenos naturais ou imateriais, e em características intangíveis.

14. O Berço da Humanidade, Sítio de Património Mundial

O Berço da Humanidade é um Sítio de Património Mundial que figura na lista da UNESCO desde 1999. Situa-se na província de Gauteng, na África do Sul, cerca de 50 km a noroeste de Joanesburgo.

O nome “Berço da Humanidade” reflete o facto de este sítio ter produzido um grande número de fósseis de homínidos, incluindo alguns que chegam a datar de há 3,5 milhões de anos, tornando-os nos mais antigos alguma vez encontrados. As escavações arqueológicas realizadas neste local contribuíram para a compreensão atual da evolução humana. Como consequência, o sítio é considerado como detentor de um excecional valor científico.

Por exemplo, a paisagem rural inglesa, com as suas pastagens ondulantes e muros de pedra, pode ser valorizada por razões estéticas porque representa um certo estilo de paisagem que é indissociável de um lugar específico.

Isto não significa que o património tenha que ser “bonito”. As paisagens ou sítios industriais, tais como a central elétrica de Battersea sobre o Rio Tamisa, em Londres, são valorizados como património apesar do seu aspeto pouco atrativo (ou mesmo precisamente por isso). Claro que a beleza está nos olhos de quem a vê e não é universalmente definida. Em todas as circunstâncias, o valor de um lugar, objeto ou prática deve ser definido por aqueles para quem o mesmo é importante, e os valores não devem medir-se por comparação entre si.

A importância histórica refere-se à história da sociedade, que se encontra patente num elemento de património cultural. Por exemplo, um lugar ou objeto pode ser valorizado com base na sua associação a uma pessoa famosa ou a um acontecimento significativo, como seja o caso de uma batalha. Mais recentemente, os lugares também têm sido avaliados em termos da sua relação com temas históricos, tais como o desenvolvimento de indústrias específicas ou as lutas pelos direitos à terra ou à independência. Um exemplo disto é o Black Heritage Trail, em Boston, que liga mais de 15 estruturas e sítios históricos anteriores à Guerra Civil.

Um lugar, objeto ou prática de património cultural pode ter importância científica se fornece informação de valor para a investigação histórica, pré-histórica ou ambiental (ver caixa 14). A importância científica relaciona-se com a evidência contida num sítio e, portanto, com a sua capacidade para responder a perguntas sobre o passado; está muitas vezes associada também à importância arqueológica. A importância científica pode radicar na contribuição de um elemento cultural para a nossa compreensão das práticas e povoadamentos humanos ancestrais, dos ambientes do passado, ou das ocupações históricas dos países.

O valor social refere-se às qualidades que levaram um determinado lugar, objeto ou prática a tornar-se parte integrante de uma tendência espiritual, política, nacional ou outra. A maior parte das definições de valor social referem-se à forma como o património cultural pode ser importante para a identidade de uma comunidade devido às suas associações tradicionais, históricas ou contemporâneas. Frequentemente, a importância social refere-se a um “sentido de pertença” e este sentido pode incluir valores estéticos, históricos e científicos. Embora um elemento de património cultural possa ser apreciado por razões espirituais, as suas qualidades estéticas, associação histórica ou potencial para responder a questões científicas podem também contribuir para a ligação que as pessoas têm com esse elemento.

15. Valor social, região de Khanbogd na Mongólia

A montanha Javkhlant, na região Khanbogd da Mongólia, é considerada um lugar espiritual onde as mulheres não devem caminhar. Para um estrangeiro a montanha não parece diferente de qualquer outra montanha, e no entanto, para as populações locais, ela encerra um valor social importante pelas suas associações espirituais e culturais.

16. Conflito entre valores tangíveis e intangíveis

Embora a gestão de valores tangíveis e intangíveis seja um processo importante, a proteção de elementos tangíveis de património cultural pode por vezes conflitar com o valor intangível associado.

Domboshava é um abrigo em rocha granítica, que contém arte rupestre do neolítico, localizado à saída de Harare, no Zimbabué. O conflito entre os gestores do património e a população local sobre a gestão de Domboshava põe em relevo as tensões que podem surgir quando as qualidades tangíveis dos sítios de património são geridas separadamente das práticas e crenças intangíveis que se encontram associadas a esses sítios.

Até há pouco tempo, os gestores de património só estavam interessados na gestão do sítio de arte rupestre em si mesmo. No entanto, para a população local, Domboshava é um santuário onde praticam a cerimónia da chuva.

A arte rupestre, embora seja importante para os locais, tem menos interesse se estiver isolada das cerimónias da chuva realizadas no interior do abrigo. Estas cerimónias constituem o contexto da arte rupestre e determinam a sua importância.

Apesar disto, a prática das cerimónias da chuva em Domboshava foi interdita, já que envolvia acender fogueiras por baixo dos painéis de arte rupestre. O fumo das fogueiras foi considerado nocivo para a preservação da arte rupestre.

Estas medidas escandalizaram a população local e provocaram um ato de vandalismo, no qual a arte rupestre foi coberta com tinta de óleo. Este ato de destruição coloca em evidência os aspetos políticos da gestão do património cultural e a necessidade de incentivar a continuação das práticas intangíveis que conferem significado ao património cultural.

Adaptado de Ndoro, 2003:82

É por isto que alguns especialistas de património cultural referem que os valores sociais englobam outras categorias de importância, diferindo de acordo com grupos sociais, tais como género, etnia e classe. O valor social é muitas vezes associado a valores definidos por uma minoria ou outro grupo social específico, distinguindo-se por isso de valores como o arquitetónico ou arqueológico, os quais são muitas vezes considerados como importantes para um país ou para toda a humanidade (ver caixa 15).

Os valores sociais foram pela primeira vez considerados elementos da avaliação da importância no Australian Heritage

Commission Act, em 1975 (com base em leis precedentes nos EUA), e na Carta da ICOMOS Austrália para a conservação dos lugares com importância cultural (1979), conhecida como Carta de Burra. A versão revista da Carta de Burra, de 1999, deu maior importância ao conceito e frisou que os valores sociais diferem entre e dentro de grupos, e que é necessário consultar os grupos em causa para determinar os valores sociais dos lugares e objetos. Isto veio ampliar o leque de significados atribuíveis ao património cultural tangível e exigiu que os profissionais de património cultural incluíssem a perceção que a comunidade tem

do valor de um lugar em qualquer processo de avaliação (aspetos intangíveis).

Património cultural e diversidade cultural

A sociedade é composta por diferentes grupos definidos, por exemplo, pelo género, classe, etnia, idade ou religião. Os sistemas de valores diferem entre e dentro desses grupos, significando que os mesmos lugares, objetos e práticas podem ser apreciados de forma diferente por pessoas diferentes. Por vezes, estes sistemas de valores opõem-se entre si quanto à importância como património cultural, da mesma forma que um exército invasor destrói, deliberada ou acidentalmente, ícones culturais pertencentes ao povo invadido.

Sendo o património cultural tão importante para a identidade do grupo, as pessoas têm o direito a definirem e a tomarem decisões acerca do seu próprio património cultural. Isto significa que o aspeto do património cultural, o porquê de ser importante e como deve ser cuidado, há de ser definido, em primeiro lugar, pelas pessoas para quem esse património cultural é importante. Isto é reconhecido como particularmente significativo no caso de terras tradicionais pertencentes a povos indígenas.

A necessidade de envolver membros da comunidade na gestão pode ser algo confusa para os gestores das operações. O património cultural é muitas vezes erroneamente pensado como "antigo" e os costumes tradicionais como "resquícios do passado", em vez de crenças e práticas vivas que ajudam a constituir a identidade das pessoas envolvidas.

Os valores culturais não se encontram paralisados no tempo. Os tipos de lugares, objetos e práticas que as pessoas valorizam, e as razões pelas quais os mesmos são valorizados,

variam ao longo do tempo, em sintonia com alterações no(s) significado(s) que lhes são atribuídos pela população atual. Em alguns casos, o valor de um determinado património cultural pode diminuir, quando o conhecimento se perde ou não é transferido entre gerações, e novos valores, práticas e crenças podem surgir com a passagem do tempo e a mudança das circunstâncias. A noção de autenticidade, tão importante em património cultural, pode ser incorretamente usada para insinuar que as novas crenças/práticas culturais mais recentes não são autênticas ou que são “fabricadas”. Torna-se útil frisar que não existe necessariamente relação entre idade ou autenticidade e importância. Por exemplo, muitos habitantes das ilhas do Pacífico adotaram recentemente a música reggae (de origem jamaicana) como forma de expressão cultural e, ao fazê-lo, criaram um estilo de reggae das ilhas do Pacífico que se tornou sinónimo do seu modo de vida cultural.

Apesar do facto de novas formas de expressão cultural e novos objetos e lugares poderem ser consideradas como património cultural, é necessário fazer a distinção entre coisas que são valorizadas pelo seu significado cultural por oposição a outros bens importantes e valorizados pela comunidade, mas que não possuem valor cultural em si, como sejam boas estradas e novos edifícios públicos, instalações e infraestruturas.

A convergência dos valores tangíveis e intangíveis

No seu trabalho, os especialistas do património abandonaram uma abordagem de “pedras e ossos” ou baseada em objetos, que considerava apenas os aspetos físicos ou materiais do património cultural. O foco dirige-se agora para os lugares, em que lugar significa sítios, áreas,

17. Os mamíferos marinhos como património cultural de valor inestimável para os Inuit

Foi tomada recentemente uma decisão para suspender ensaios sísmicos de um estreito do Ártico devido às preocupações dos Inuit. Em causa esteve o receio do impacto dos ensaios sobre os mamíferos marinhos, que os Inuit caçam para a alimentação e para outros recursos, e os quais são também importantes por razões culturais e espirituais. A sentença do tribunal de Nunavut, proferida em 8 de agosto de 2010, advoga a proteção do património cultural dos Inuit, mais do que apenas a salvaguarda de uma fonte de alimento.

O juiz declarou:

“Se os ensaios prosseguirem conforme planeado, e os mamíferos marinhos sofrerem esse impacto como os Inuit dizem que sofrerão, o prejuízo para os Inuit das comunidades afetadas será significativo e irreversível... A perda estende-se, não apenas à perda de uma fonte de alimento, mas à perda de uma cultura. Nenhuma quantia em dinheiro pode compensar tal perda.”

terra, paisagens, edifícios e outras construções e, eventualmente, os componentes, conteúdos, espaços, perspetivas e mesmo sons, associados a estes lugares.

Mais recentemente, as linhas orientadoras do património incorporaram a gestão de componentes intangíveis da diversidade cultural e práticas culturais incluindo a língua, arte, música, costumes e conhecimentos ecológicos tradicionais e práticas de subsistência tais como a caça. Estas mudanças reconhecem que os objetos tangíveis, como sejam os edifícios, não contêm necessariamente valor em si mesmos. Em vez disso, o valor é-lhes atribuído com base nos elementos intangíveis que lhes conferem um contexto e um significado. Estes fatores baseiam-se geralmente na utilização atual que as pessoas fazem desse objeto ou lugar cultural. Como tal, a gestão do património cultural é por vezes implementada através de métodos tradicionais, por oposição a um estilo de gestão mais contemporâneo.

Gerir os valores intangíveis do património tangível pode ser difícil e exigirá muitas vezes uma negociação considerável entre os profissionais do património e a comunidade implicada, a fim de estabelecer as

práticas que são parte integrante do significado do lugar cultural e restringir outras atividades que resultem inapropriadas (ver caixa 16).

Do mesmo modo, as práticas culturais como os rituais e as cerimónias podem incluir quer objetos físicos móveis, tais como objetos e vestuário cerimoniais, quer produções intangíveis como a música e a dança.

A gestão do património intangível é complicada. A UNESCO propõe “salvaguardar” o património intangível, em vez de o “preservar”. Isto porque a preservação poderia ser interpretada como um “congelamento” das práticas culturais no tempo, em vez de permitir que as mesmas se adaptem e modifiquem se necessário, como aconteceria normalmente.

É importante que as medidas de salvaguarda completem ou reforcem as circunstâncias diversas e variadas (tanto tangíveis como intangíveis) que são necessárias à evolução, interpretação e transmissão contínuas do património cultural intangível às futuras gerações (ver caixa 17).

18. Paisagens culturais

As paisagens culturais mostram o trabalho combinado da natureza e da humanidade e podem englobar paisagens como parques e jardins, paisagens que evoluíram naturalmente e paisagens culturais associativas. As paisagens associativas são as que encerram significado espiritual ou outro, o qual não é necessariamente visível.

As paisagens culturais podem incluir paisagens de ruas, zonas rurais, pedreiras e minas abandonadas, ou paisagens que se considera terem significado espiritual porque englobam aspetos de histórias da criação, tais como histórias aborígenes do “tempo do sonho”, ou referências Bíblicas. Geralmente, as paisagens culturais podem conter valores diferentes para mais de um grupo. Por vezes estes valores podem divergir entre si. Os impactos sobre as paisagens culturais afetam o bem-estar emocional e cultural das pessoas, assim como o seu modo de vida e sustentabilidade económica. Isto pode ser relevante, tanto para comunidades indígenas como não-indígenas (por exemplo comunidades de agricultores).

A Lista de Património Mundial reconhece oficialmente as paisagens culturais como lugares com valor natural e cultural. Sítios como Tongariro na Nova Zelândia foram originalmente inscritos apenas pelos seus valores naturais mas, desde então a sua descrição estendeu-se para incluir igualmente valores culturais.

Distinções entre património “natural” e “cultural”

Para facilitar as decisões de gestão, existem regulamentações legais e linhas de orientação facultativas sobre património global, que definem determinados tipos de património cultural e fornecem enquadramentos para avaliar a sua autenticidade e importância. Muitos destes enquadramentos têm sido criticados por profissionais de património, investigadores e grupos indígenas, por favorecerem ideais e valores “universais” em detrimento dos pontos de vista das minorias, por ignorarem os aspetos intangíveis do património, e por perpetuarem falsas distinções, como por exemplo entre património natural e cultural, ou entre valores tangíveis e intangíveis.

Os elementos do património natural são vistos como elementos do ambiente natural que as pessoas valorizam, utilizam, modificam e desfrutam e que, como tal, procuram gerir, conservar ou explorar. O património natural é valorizado pelas suas qualidades estéticas, a sua contribuição para os processos ecológicos que ocorrem nos sistemas naturais, e pela conservação da

biodiversidade. O património cultural, por outro lado, implica muitas vezes a modificação e utilização pelo homem do ambiente natural.

Esta distinção entre património natural e cultural não é linear. As paisagens naturais são altamente significativas para muitos grupos culturais. Este facto é frequentemente discutido em relação a um tipo de património conhecido por paisagens culturais (ver caixa 18). Os recursos naturais constituem também aspetos cruciais de muitas práticas culturais e sistemas de conhecimentos. Muitas culturas tradicionais/indígenas encaram a terra e muitas espécies de plantas e animais como entidades sensíveis, e como que possuidoras da cultura, conhecimento e ligações de parentesco diretas com os humanos e os ocupantes ancestrais da terra.

Relativamente ao ambiente biológico, conceitos como “natural” e “selvagem” têm sido eles próprios criticados como sendo ilusórios. Estas críticas baseiam-se no facto de que muita da superfície terrestre encontra-se modificada pela ação humana e a maioria dos ecossistemas “naturais” constituem, na realidade, o produto

destas ações ao longo de milhares de anos. Sendo assim, os ambientes “naturais” são também, muito frequentemente, ambientes culturais.

Gerir o património natural através, por exemplo, da conservação da biodiversidade e da gestão dos impactos das ervas daninhas e dos animais selvagens, pode trazer resultados positivos para o património cultural. Para alguns grupos indígenas, a prática de gerir os recursos naturais (através da caça ou da utilização do fogo) também pode ser vista como um elemento do património cultural desse grupo. Ao mesmo tempo, o conhecimento ambiental tradicional das espécies de plantas e animais pode contribuir para a reabilitação de solos empobrecidos e para outras formas de gestão ambiental.

O Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica elaborou o documento *Akwé: Kon Voluntary Guidelines for the Conduct of Cultural, Environmental and Social Impact Assessment regarding Developments Proposed to Take Place on, or which are Likely to Impact on, Sacred Sites and on Lands and Waters Traditionally Occupied or Used by Indigenous and Local Communities* (2004) (ver a secção de “Protocolos internacionais” deste guia). Estas orientações voluntárias fornecem conselhos sobre o modo de incluir o conhecimento, inovações e práticas tradicionais nos processos de avaliação de impacto.

Ameaças ao património cultural

Uma gestão sólida do património cultural reconhece que o mesmo se encontra constantemente suscetível à mudança e que é necessário tomar decisões conscientes para gerir essas mudanças.

Seguem-se exemplos de mudanças com as quais o património cultural se pode defrontar:

- Causas naturais e culturais de deterioração: A deterioração natural diz respeito à deterioração de um lugar ou objeto ao longo do tempo devido a processos naturais como a erosão biológica ou química, a ação da água e do vento, ou as ações de animais e plantas. As causas culturais da deterioração podem advir de negligência ou uso continuado de um lugar ou objeto, produzindo o seu desgaste e destruição gradual.
- Pressões de desenvolvimento e perturbações: Fatores como a poluição ou a perturbação do solo relacionados com o desenvolvimento para habitação, indústria, silvicultura, agricultura, infraestruturas, turismo, transportes e mineração.
- Variáveis climáticas: Fatores como variações climáticas, variações do nível do mar, níveis freáticos, inundações e secas.
- Pilhagens: Património móvel valioso pode ser roubado ou vendido.
- Impactos/mudanças culturais intangíveis: Processos de globalização e desenvolvimento económico, ou a retirada forçada de pessoas das suas terras, podem acelerar processos de mudança cultural, conduzindo à perda de tradições, línguas, e sistemas de conhecimento locais.
- Catástrofes culturais: Guerras e outros distúrbios civis conduzem muitas vezes à destruição deliberada ou inadvertida de património cultural.

19. Local de desembarque do Capitão Cook – importante apesar de modificado

Kurnell, em Sydney, é o sítio onde o Capitão Cook desembarcou inicialmente na Austrália. O local é considerado como culturalmente importante, tanto para os australianos aborígenes como não-aborígenes, porque o acontecimento é tido como um dos pontos determinantes da história australiana.

Atualmente, o sítio não se parece nada com o que era em 1788. O desenvolvimento urbanístico alterou totalmente os aspetos materiais do local. Porém, isso não reduziu a importância histórica do local ou a sua integridade, porque esta não está contida nos seus aspetos materiais.

Ninguém sabe ao certo onde Cook pôs os pés em terra e, de facto, existem duas placas que aparentemente assinalam o local exato onde ele desembarcou, mas que estão afastadas entre si 2 km.

Adaptado de Pearson e Sullivan, 1996:147

- Catástrofes naturais: Incêndios, terremotos, tempestades e inundações, assim como outras catástrofes naturais, podem causar impactos adversos sobre o património cultural.

Estes desafios e as suas consequências não são mutuamente exclusivos mas, pelo contrário, podem ser interdependentes e estarem interrelacionados. Uma das situações pode conduzir a outra ou aumentar as suas consequências. Por exemplo, o turismo conduz muitas vezes à construção e a perturbações do solo, mas pode também aumentar a taxa de deterioração cultural devido à intensificação das visitas e utilização dos lugares culturais. Do mesmo modo, o desenvolvimento pode aumentar o acesso a locais anteriormente remotos, o que pode precipitar a ocorrência de pilhagens.

Ameaças como estas podem levar à destruição total do património cultural ou podem degradar os valores que lhe estão associados, ao diminuir a integridade de um elemento de património cultural, ou ao impedir o acesso das pessoas a lugares ou objetos (ver caixa 19).

Frequentemente, a proteção da qual beneficiam lugares, objetos ou práticas por meio de legislação ou listagem de património cultural, depende da integridade do elemento de património

cultural. A integridade, conforme definida pela Convenção sobre o Património Mundial, “é uma medida da inteireza e do caráter intacto do património natural e/ou cultural, e das suas características”. Analisar as condições de integridade implica avaliar o grau com que o lugar, objeto ou prática:

- inclui todos os elementos necessários à expressão o seu valor;
- possui o tamanho adequado para garantir a representação completa das características e processos que transmitem a sua importância; e
- sofre os efeitos adversos do desenvolvimento e/ou negligência.

As decisões de não conservar elementos de património cultural baseiam-se por vezes na perceção da falta de integridade ou autenticidade de um lugar, objeto ou prática.

Importa que as avaliações da integridade não se foquem unicamente no estado físico de um objeto ou lugar ou na presunção de que algo só é autêntico se for antigo ou estiver fisicamente intacto. Coisas danificadas ou degradadas, e lugares, objetos ou práticas criados ou alterados recentemente, são muitas vezes considerados bastante importantes.

Debate sobre o património cultural

Decorrem intensos debates nas universidades, na comunidade e entre profissionais de património cultural, em torno da definição de património, do seu valor, de quem tem direito ao património e da ética na gestão do património.

A história dos estudos de património tem sido dominada pelas ideias ocidentais (e em especial anglo-americanas) daquilo que constitui património. Os valores ocidentais, mais materialistas, encontram-se agora inscritos em orientações globais de património tais como as produzidas pela UNESCO ou o ICOMOS. Estas orientações contribuem, por sua vez, para as leis de património que apresentam definições de património cultural e, no essencial, descrevem aquilo que é considerado como “Património Oficial” (ver Smith, 2006). Estas orientações estruturantes têm sido criticadas por serem discriminatórias para com as comunidades locais e os grupos minoritários, ao impedirem-nos de definirem e protegerem os tipos de património que são significativos para eles, e das formas que eles considerem apropriadas.

Decorrem muitas vezes debates inflamados devido ao conflito entre valores “científicos” e valores “tradicionais”, como por exemplo entre as opções de estudar, ou de voltar a enterrar; restos de esqueletos humanos. Estes debates provocaram uma distinção entre património histórico ou industrial e património indígena, em alguns países anteriormente colonizados, e uma discussão sobre a forma de gerir estes elementos de património.

É preciso reconhecer que os conceitos e orientações oficiais sobre o património têm evoluído continuamente, em resposta a este criticismo, e em sintonia com os avanços no trabalho de património

que vai sendo realizado em várias partes do mundo. Recentemente, começaram a ser reconhecidos e protegidos vários tipos diferentes de património por organizações como a UNESCO e o ICOMOS. Como consequência, muitas empresas estão a estimular/contribuir a levar mais longe o conceito de património, ao conduzirem trabalhos em património cultural baseados em valores da comunidade e valores sociais que não separam património tangível de intangível. Os métodos de gestão colaborativos, nos quais os valores científicos ou de investigação e os interesses e preocupações das comunidades tradicionais se combinam, são mais bem vistas em países onde a ética profissional encoraja a inclusão dos valores indígenas ou das minorias na gestão do património.

Apesar desta evolução, prossegue o debate sobre quem tem o direito de tomar decisões de gestão acerca do património cultural. As abordagens colaborativas ainda são pouco comuns em muitos países, particularmente quando não existe legislação para proteger os valores das comunidades, dos indígenas ou minorias locais, e para reconhecer os direitos morais e de propriedade intelectual destes grupos para se apropriarem do seu património cultural e o defenderem.

Os debates sobre a propriedade e a gestão do património cultural têm impactos e elementos desencadeadores de natureza política, legal, económica e social. O conceito de “património mundial”, por exemplo, implica que o património em questão pertence, pelo menos culturalmente, à comunidade mundial. Muitos povos indígenas e outras comunidades locais têm manifestado inquietação sobre esta situação, uma vez que a inscrição na lista do património mundial impõe determinados métodos de gestão para assegurar a proteção e a perpetuação. Estas decisões de gestão podem entrar

em conflito com as ideias locais sobre a gestão ou utilização apropriada de lugares e objetos e com iniciativas económicas, práticas e projetos de desenvolvimento.

Do mesmo modo, o património cultural tem sido muitas vezes usado para afirmar simbolicamente uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, para negar a legitimidade de identidades contrárias aos ideais nacionais. Porém, o exemplo do circuito pedestre de Brixton (ver c. 20) ilustra como o património pode constituir uma forma de ação social, na qual grupos minoritários podem contradizer ideias oficiais de património, para comemorarem e contextualizarem as suas próprias ligações únicas ao passado e ao presente.

O debate sobre “quem é o proprietário do passado” e quem detém a autoridade moral, e legal, para decidir quanto ao futuro do património cultural é particularmente intenso em países com um passado histórico colonial mas pode ocorrer também a uma escala infranacional, quando diferentes grupos religiosos, étnicos e sociais tentam fazer valer os seus direitos únicos sobre património, em detrimento dos outros grupos.

Podem surgir diferendos entre géneros, grupos etários ou mesmo no interior de famílias. Por exemplo, aquilo que é considerado sagrado ou importante para as mulheres, as quais podem não gozar de autoridade para se manifestarem na sua comunidade, pode divergir muito do que é considerado importante para os homens. Mesmo quando se lida com um elemento de património cultural com importância ao nível comunitário, pode existir divergência de opiniões entre grupos dentro da comunidade, tais como idosos e/ou jovens, acerca da melhor forma de gerir esse elemento.

Devido à variedade de interesses pertinentes e muitas vezes conflituosos entre si, a consulta e o envolvimento devem procurar captar todas as perspetivas relevantes. O envolvimento com os grupos dentro de uma comunidade, separadamente e usando de sensibilidade, irá assegurar uma compreensão completa do património cultural e evitará infrações às dinâmicas e costumes sociais locais.

A caixa 21 destaca algumas áreas controversas que podem necessitar de ser consideradas na gestão do património cultural.

20. Circuito pedestre de Brixton – comemorar a história afro-caribenha de Londres

O património principal de Londres consiste de monumentos como o Big Ben ou a Tower Bridge. O circuito pedestre de Brixton apresenta aos turistas uma parte do património de Londres que é muitas vezes esquecida – a história das comunidades contemporâneas afro-caribenhas da Grã-Bretanha. Ao fazê-lo, esclarece sobre as origens e o desenvolvimento de uma das maiores comunidades minoritárias de Londres.

O circuito é uma experiência sensorial na qual os participantes são encorajados a ouvir e observar tudo o que se passa na comunidade, incluindo a sua música reggae e a cultura rastafari. Os participantes são também incentivados a provarem os pratos e frutas tradicionais do oeste da Índia nos mercados locais.

O circuito celebra o passado multicultural de Brixton e contextualiza assim os tumultos raciais de 1981, que se desencadearam originalmente por causa da perseguição da polícia aos homens afro-caribenhos das comunidades britânicas negras.

Ao longo do circuito reivindicam-se e celebram-se esses tumultos como um acontecimento histórico importante que anunciou a adoção de políticas multiculturais de inclusão por parte do governo britânico; esta visita é, portanto, um exemplo da promoção do património cultural sob a forma de ação social. A intenção do circuito é levar a descobrir uma perspetiva diferente do património e da história de Londres.

Adaptado de Harrison, 2010:261-272

21. Diferentes perspetivas úteis para o trabalho em património

Uma vez que o património pode significar coisas diferentes para diferentes grupos, o debate em torno do património cultural encontra-se geralmente envolvido em controvérsias constantes. É essencial não esquecer que as definições e distinções não são absolutas e que evoluem continuamente.

De seguida encontra-se uma breve lista de algumas perspetivas a considerar quando se debate o património cultural:

- identidade local versus identidade nacional;
- valores da comunidade versus valores nacionais ou universais;
- preocupações nacionais versus preocupações internacionais;
- diferenças de género dentro das comunidades;
- diferenças baseadas na idade, dentro das comunidades;
- hierarquia social, de classes ou de castas;
- diferenças religiosas ou étnicas; e
- impacto económico das opções de gestão.

3.2 O argumento para o negócio – atribuir valor ao património cultural

O património cultural é valorizado na Rio Tinto porque ele ajuda a:

- minimizar os impactos negativos da mineração e atividades de processamento sobre a comunidade envolvente, o que se insere na estratégia geral de gestão dos riscos;
- conseguir e a manter uma licença social para operar;
- progredir em direção aos nossos objetivos de desenvolvimento sustentável; e
- apoiar o nosso compromisso de respeito para com direitos humanos.

Os lugares de património cultural constituem um elemento fundamental da paisagem e uma componente crucial no planeamento da maioria dos projetos de desenvolvimento. A habilidade com que são geridos os aspetos do património cultural afetará a qualidade das relações da empresa com as comunidades onde desenvolve o seu trabalho. Uma boa gestão do património cultural cria uma base de confiança que permite à comunidade e ao negócio trabalharem em conjunto.

O envolvimento entre empresas e comunidades em matéria de património cultural é muitas vezes desafiante, assim como recompensador, e não existe uma fórmula de sucesso garantido. As comunidades são entidades complexas e dinâmicas e podem reagir de formas diversas aos esforços dos negócios para as levar a participar na gestão do seu património cultural. Não existe garantia de que o que funciona num contexto funcione também noutro, ou de que o seguimento de uma orientação específica de património cultural venha a produzir o resultado desejado. O conhecimento acerca de estratégias eficazes encontra-se em constante evolução, por isso é preferível desenvolver meios internos, como processos e sistemas eficazes, incluindo a capacidade de aprendizagem e adaptação à medida que as circunstâncias evoluem.

Estratégia geral de gestão do risco

Uma gestão sólida do património cultural reduzirá as ameaças para o negócio e aumentará as oportunidades, incluindo a melhoria da reputação de um negócio e do Grupo Rio Tinto. Inversamente, o tratamento incorreto das questões de património cultural pode desencadear a oposição da comunidade a um projeto, conduzir a atrasos na obtenção de licenças, prejudicar o acesso à terra no futuro e, eventualmente, expor a empresa a processos judiciais.

Os sítios de património cultural encontram-se frequentemente protegidos pela lei, incluindo legislação de património cultural, mineração, ambiente, ordenamento, direitos fundiários e outros. É necessário considerar também as leis comuns em determinados contextos, como é o caso de países africanos ou das ilhas do Pacífico. Gerir o património cultural em concordância com as leis e práticas aplicáveis é essencial à construção de boas relações com a comunidade e evita potenciais conflitos. Ao invés, a gestão ineficaz do património cultural pode causar atrasos no acesso à terra e no desenvolvimento do projeto, bem como a perda de benefícios para as comunidades locais.

As questões de património cultural são muitas vezes usadas pelas comunidades como um meio para

expressarem os seus direitos nas suas relações e negociações com uma operação. Como resultado, os assuntos de património cultural podem conter um forte caráter político, controverso, e envolverem um nível de risco significativo.

A perturbação não autorizada sobre o património cultural, seja pelas normas legais ou da comunidade, expõe a empresa a ações legais, custos de incumprimento e danos na sua reputação (ver caixa 22). A incursão em impactos significativos sobre sítios de património cultural, mesmo quando legalmente autorizados, pode constituir uma ofensa à comunidade e às partes interessadas, prejudicando as relações. Os impactos causados pelo negócio sobre o património cultural intangível, especialmente o de povos indígenas e comunidades que tenham sido pouco expostas ao desenvolvimento industrial, podem resultar também em ameaças significativas para uma operação, em particular para as licenças de exploração em curso. O património cultural a nível internacional e as ONG indígenas têm vindo a exigir cada vez mais explicações às indústrias de recursos, relativamente aos seus impactos e desempenhos, e estão a influenciar as normas de património cultural das agências multilaterais, como a IFC, as quais se tornam cada vez mais rigorosas.

Obter e manter uma licença social para operar

A Rio Tinto acredita que o envolvimento com as comunidades em matéria de património cultural é essencial para manter uma licença social para operar. A licença social é a aceitação e aprovação geral de uma comunidade para que uma empresa comece e continue a operar numa área. A licença social para operar nunca deve ser tomada como garantida e pode sofrer mudanças ao longo do tempo devido a alterações das circunstâncias políticas, económicas e nas partes interessadas. A participação dos guardiões do património cultural ao longo de todo o estudo de projeto, das fases de desenvolvimento, operações e encerramento, possibilitará um maior grau de envolvimento mútuo e, idealmente, produzirá uma licença social para operar mais robusta.

A licença social para operar pode ser vista como “o canário na mina de carvão”, que alerta para a potencial perda de aprovação, mesmo quando a lei o autoriza. Isto encontra-se ilustrado na caixa 24 onde o erro da Vedanta foi fiar-se na falsa segurança proporcionada pela lei ambiental da Índia.

Demonstrar capacidade para realizar uma boa gestão do património cultural, bem como um método bem sucedido, pode ser também útil para futuros projetos. Se os nossos negócios são capazes de executar uma gestão do património cultural adequada em áreas sensíveis, isto serve para inspirar confiança nas comunidades, governos e partes interessadas noutras áreas sensíveis, e coloca a Rio Tinto em posição favorável na negociação de acordos e acesso a projetos, no futuro.

22. O processo legal

Em 2010, uma grande sociedade internacional de mineração foi multada pela lei australiana por infração à legislação de património cultural. A empresa tinha realizado um estudo de património cultural em 2008, em conjunto com as população local. O estudo revelou que uma linha de cumeeira continha artefactos importantes para as populações locais. No entanto, mais tarde nesse mesmo ano, trabalhadores a usar um buldozer para alargarem uma estrada na base da linha de cumeeira destruíram ou perturbaram inadvertidamente objetos de património cultural na proximidade do sítio que havia sido identificado.

As evidências presentes ao tribunal demonstraram que as ações dos trabalhadores se deveram ao facto de a empresa ter infringido o seu dever de responsabilidade. O tribunal decretou que a empresa havia falhado ao não ter tomado medidas razoáveis para garantir que o património cultural não era prejudicado e que a mesma devia dispor de melhores procedimentos internos para proteger o sítio.

A decisão reforça a importância de as empresas compreenderem e porem em prática as suas obrigações para com o património cultural, de acordo com a legislação. Os governos estão a acionar processos por infrações a essas obrigações, os quais podem resultar em prejuízo para a reputação da empresa, perda de confiança no contacto com as comunidades locais, e a aplicação de pesadas multas e condenações.

23. Destruição de estátuas budistas únicas no Afeganistão

Em 2008, uma empresa chinesa de mineração chinesa assinou um contrato para iniciar a extração de cobre em Mes Aynak, que é possivelmente o segundo maior depósito de cobre do mundo, e se localiza no Afeganistão. Os terrenos da concessão mineira incluem um mosteiro budista do século VII, contendo mais de 100 estátuas, e sete stupas (túmulos que contêm relíquias de santos). Integrado na famosa Silk Road (Estrada de Seda), o mosteiro pode fornecer informação sobre a origem e história do budismo na região. Eventuais impactos sobre o mosteiro são particularmente significativos, se considerarmos que muita da arqueologia budista na área já foi destruída por fanáticos religiosos. A empresa tenciona destruir o mosteiro para dar lugar à nova mina de cobre. Esta decisão deixou indignados os arqueólogos afegãos e franceses que procediam a escavações no local, os quais obtiveram o apoio da comunidade internacional. Em dezembro de 2010 o governo afegão assinou o Acordo de Cooperação de Mes Aynak, o qual concede aos arqueólogos mais três anos para escavarem e removerem elementos de património cultural do sítio.

Adaptado de Lawler, 2010

24. Licença social e património cultural

Em agosto de 2010 o Ministro do Ambiente da Índia opôs-se ao controverso plano da Vedanta Resources, sediada no Reino Unido, para explorar bauxite de uma mina a céu aberto na montanha Niyamgiri, a qual encerra um grande significado espiritual para a tribo Dongria Kondh. A montanha é considerada como sendo a morada do seu deus Niyam Raja.

A tribo Dongria Kondh fez campanha contra a mina proposta, obtendo o apoio da Survival International, uma ONG que apoia movimentos sociais indígenas. Apesar de ter recebido uma licença ambiental provisória, o desempenho e planos futuros da Vedanta foram contestados em virtude de leis que conferem direitos aos grupos tribais locais.

É óbvio que, neste caso, nunca foi conseguida uma licença social para operar, o que conduziu a uma campanha internacional contra a operação que culminou no seu prematuro encerramento.

25. Melhoria da gestão mineira

As organizações que aplicam as melhores práticas reconhecem que a proteção e promoção do património cultural serve os interesses do negócio de uma operação mineira. Por exemplo, a reabilitação eficaz de um sítio, e a gestão da sua monitorização a longo prazo, pelos proprietários tradicionais, conforme descrito num plano de encerramento, tem implícita a preservação do conhecimento botânico e da estrutura cultural na qual ele integra. O conhecimento etnobotânico sobre a diversidade de espécies pode constituir uma importante fonte de informação para a reabilitação da terra, principalmente no que diz respeito à delimitação e avaliação de componentes valiosas do ecossistema e à descrição das condições de base.

Na Nova Zelândia, o povo Maori elaborou um Índice de Saúde Cultural, usado para aferir o estado de saúde dos rios e cursos de água. O Índice de Saúde Cultural é um exemplo da integração eficaz de perspectivas tradicionais e ocidentais num instrumento de monitorização e tomada de decisão, o qual pode ser depois utilizado para avaliar os impactos ambientais e o processo de reabilitação.

Adaptado de Smith, 2008.

26. Destruição dos bens culturais

Os direitos humanos podem ser violados através da destruição de “cultura”, por exemplo se a danificação da propriedade ou o património cultural conduz à perda da identidade de grupo. Tais atos contra os bens ou elementos do património revelam a intenção necessária para declarar que se trata de um crime contra a humanidade ou genocídio.

A destruição da Stari Most (“A Ponte Velha”), em Mostar, Jugoslávia, é um exemplo de destruição de um símbolo emblemático com importância étnica. A Ponte Velha, um símbolo do passado multicultural de Mostar, foi destruída pelos bombardeamentos de um tanque do exército croata em 1993, durante a guerra na Bósnia. Aparentemente o ataque não teve importância estratégica e esta ação esteve mais relacionada com o estatuto simbólico da ponte. Slobodan Praljak, o comandante do Conselho de Defesa Croata, foi levado a julgamento por ter alegadamente ordenado a destruição da ponte sem uma justificação adequada ou necessidade militar, entre outras acusações.

Progredir em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável

Há muito que a Rio Tinto abraçou o conceito de desenvolvimento sustentável e os nossos negócios procuram embutir o conceito de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão a todos os níveis.

O respeito a melhoria de lugares, objetos e práticas culturais podem contribuir de diversas formas para os resultados do desenvolvimento sustentável de uma operação:

- O património cultural possui valor em si mesmo e pode contribuir para o desenvolvimento cultural, económico, ecológico, social e político.
- O património cultural contribui para a promoção da diversidade cultural e para o diálogo intercultural.
- Os conhecimentos e práticas culturais podem contribuir para a sustentabilidade de atividades operacionais, por exemplo através da utilização dos conhecimentos locais na monitorização e recuperação ambiental.

As parcerias com comunidades, que reforçam a proteção e manutenção do património cultural, são um meio importante para demonstrar o seu respeito pelos valores de uma comunidade. Os resultados deste tipo de parcerias podem contribuir bastante para os objetivos de desenvolvimento e para as aspirações das comunidades (ver caixa 25).

Os benefícios económicos que a comunidade retira do património cultural podem vir de programas que reduzem a pobreza ou o desemprego através, por exemplo, da produção e venda de produtos e serviços culturais e através do potencial turístico da música e dança locais, dos sítios arqueológicos e do reconto das histórias orais.

Está claramente provado que o setor cultural é um impulsionador importante do desenvolvimento económico. Este setor representa sete por cento do PIB global (UNESCO 2010) e as Nações Unidas dispõem do programa formal de financiamento “Cultura e Desenvolvimento” como um dos que visa contribuir para os ODM. Enquanto grande impulsionador do turismo, o património cultural detém um forte potencial para o crescimento regional, receita turística, emprego, treino de capacidades e outros benefícios que geralmente ultrapassam o tempo de vida de uma operação. O Fundo para o Património Global, por exemplo, promove a salvaguarda de sítios de património cultural ameaçados, encarando-a como um investimento positivo no desenvolvimento económico da área.

Os programas de património cultural também podem gerar receitas para a comunidade, ao desenvolver as competências necessárias à criação de pequenas empresas, ou ao proporcionar educação e formação. A gestão do património cultural deve ser entendida como parte do desenvolvimento comunitário geral, envolvendo elementos sociais, económicos e ambientais.

Manter os compromissos com os direitos humanos ligados ao património cultural

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todo o ser humano tem direito a desfrutar e a desenvolver uma vida e identidade culturais (ver caixa 26).

Muitos países inscreveram estes direitos nas suas leis, salvaguardando o património cultural e definindo processos de correção se as leis não forem cumpridas.

Sempre que seja este o caso, a Rio Tinto tem que estar em conformidade com a lei. Mas mesmo na ausência de leis locais específicas – por exemplo, em economias que estão a iniciar o processo de industrialização, e cujos regimes regulamentares e prestação de serviços são menos desenvolvidos que os das economias industrializadas – devemos procurar cumprir os tratados internacionais de património cultural, tais como a Convenção de Património Mundial, e normas mundiais largamente reconhecidas, como sejam as políticas de salvaguarda do Banco Mundial.

A Rio Tinto comprometeu-se explicitamente a apoiar e a respeitar os direitos humanos nas suas operações. Os nossos compromissos para com o património cultural e os direitos humanos refletem a nossa filosofia geral de autonomizar as comunidades junto das quais conduzimos o nosso negócio.

3.3 Impactos sobre o património cultural

Esta secção apresenta impactos e benefícios da mineração e do processamento no contexto de:

- negociação e envolvimento;
- impactos diretos;
- impactos indiretos;
- alterações socioculturais e ambientais; e
- emprego e formação.

As atividades operacionais podem ter impactos positivos e negativos, tanto no património cultural tangível como no intangível. A natureza da própria atividade da mineração torna muitas vezes impossível evitar a perturbação de alguns lugares e objetos culturais, uma vez que a localização física de uma operação depende da geografia, geologia e características do depósito de minério. As infraestruturas associadas podem aumentar significativamente a impressão deixada no meio ambiente, mas as opções de conceção, localização e outras, permitem alguma flexibilidade para proteger os valores do património cultural. As instalações de processamento, como sejam as fundições, refinarias e barragens podem provocar também impactos abrangentes e significativos.

Os impactos sobre o património cultural podem ser diretos ou indiretos. Podem ainda variar em escala e em gravidade ao longo do tempo de vida da operação estendendo-se, às vezes, por várias gerações. A natureza e grau dos impactos sobre o património cultural vai variar ao longo das fases de exploração, estudos de projeto, construção e operações, até ao encerramento, assim como a extensão das perturbações do solo e outras atividades destrutivas (por exemplo, vibração, emissões e extração de água); a quantidade de pessoal flutua, e os processos e atividades da empresa desenvolvem-se e modificam-se.

Também o valor atribuído aos elementos do património cultural pode variar de acordo com o tipo de operação em curso. Em áreas onde existam muitas atividades mineiras, ou que já tenham sofrido grandes níveis de impacto sobre o seu património cultural, é provável que as pessoas valorizem muito qualquer elemento património cultural remanescente, independentemente do valor que lhe seria atribuído em qualquer outra área. Ao longo do ciclo de vida de uma operação as crenças e práticas culturais também podem mudar, em resposta a alterações das condições socioeconómicas ou biofísicas. Isto significa que lugares, objetos e práticas que foram em tempos valorizados, podem já não o ser tanto. Pode suceder também que a preservação de algumas práticas culturais as impeça de evoluírem e mudarem naturalmente, o que é visto em si mesmo como desfavorável ao bem-estar cultural global de uma comunidade.

Negociação e envolvimento

O envolvimento das comunidades locais tão cedo quanto possível pode ajudar a minimizar qualquer impacto negativo da mineração ou processamento sobre os sítios e objetos culturais, bem como a identificar oportunidades para criar impactos positivos. O envolvimento da comunidade pode auxiliar também na identificação de inquietações relativas à alteração de processos sociais ou culturais e ajudar a alcançar resultados aceitáveis.

O valor dos lugares de património cultural relaciona-se muitas vezes com sistemas de crenças: nem sempre é possível para os que estão de fora da comunidade saberem como será encarado o impacto da mina sobre o património cultural. A função de um negócio ou dos seus profissionais não passa por criticar ou interpretar os sistemas de crenças locais. Pelo contrário, todas as preocupações devem ser consideradas importantes e apenas podem ser tratadas por meio de processos de negociação e envolvimento com a comunidade.

A gestão do património cultural levada a cabo por um negócio sem o envolvimento adequado pode conduzir a impactos involuntários sobre os valores do património cultural. É importante ter presentes, não apenas os direitos legais da comunidade em matéria do seu património cultural, mas também os seus direitos tradicionais e morais para tomar decisões acerca da respetiva gestão. Isto é importante porque, por vezes, as medidas de gestão sugeridas pelos profissionais de património e outras partes interessadas podem não convir aos guardiões locais do património. Por exemplo, as decisões de gestão para conservar o património cultural de determinada forma podem ter impactos não intencionais, principalmente se essa conservação limita o acesso a sítios particulares de património ou entra em conflito com práticas culturais tradicionais (ver caixa 27).

A sensibilidade cultural, uma consciência e consideração por outras culturas e os seus costumes, constitui a pedra angular para um bom envolvimento. A ausência desta predisposição pode levar a uma desconfiança profunda e persistente e ao conflito entre uma empresa e a comunidade local. O envolvimento com os guardiões do património cultural, por meio de uma abordagem colaborativa e respeitadora, na identificação, proteção e gestão dos lugares, objetos e práticas culturais, ajuda a estabelecer e a manter a confiança, e fornece os alicerces para relações construtivas e duradouras. Integrada na sensibilidade cultural encontra-se a adesão às preocupações da comunidade quanto à confidencialidade da informação cultural. Este aspeto é essencial no respeito pela comunidade e na conquista da sua confiança.

A sensibilidade cultural pode ser demonstrada através da incorporação de cerimónias nos procedimentos operacionais do negócio (como na mina Argyle, na Austrália), ou através da implementação de horários de trabalho sensíveis à cultura, que possibilitem às pessoas participarem em cerimónias importantes ou caçarem na época própria (mina Diavik, Canadá).

Impactos diretos sobre o património cultural

O património cultural material pode sofrer o impacto direto de atividades operacionais como sejam desobstrução da terra, perturbação do solo, escavação, perfuração, vibrações/subsidência, extração de água, poluição, construção, e assim por diante. Pode sofrer também impactos por vandalismo e roubo, perpetrados por funcionários, contratados ou visitantes. Estas atividades podem resultar na perturbação ou destruição do património cultural, ou limitar o acesso a lugares importantes do ponto de vista cultural. As opções de

27. Sepultamento em árvore em Pilbara

Um estudo de património na região de Pilbara na Austrália levou à descoberta de uma sepultura aborígene encaixada nos ramos de uma árvore de mulga muito antiga. A “árvore-sepultura” foi avaliada como sendo muito importante e planearam-se medidas de conservação de acordo com essa avaliação. No plano de gestão proposto, os profissionais de património pretendiam plantar novas árvores de mulga dispostas de forma a suportarem a sepultura quando a velha árvore morresse e, deste modo, a integridade do sítio era mantida. Os Proprietários Tradicionais da área opuseram-se a esta ideia, afirmando que o sepultamento na árvore tinha sido, muito provavelmente, algum tipo de castigo com a intenção de que, quando tivesse passado o tempo suficiente, a árvore morreria e os ossos poderiam ocupar o seu devido lugar na terra.

28. Impactos positivos da mineração sobre o património cultural intangível

Uma empresa mineira a operar em Tocantins, no Brasil, lançou um projeto, em conjunto com a comunidade indígena local, para salvaguardar o seu património cultural intangível, ameaçado por uma alteração cultural significativa. O projeto pretende recolher e gravar histórias contadas pelos chefes mais velhos. O projeto também integra workshops para ensinar transcrição, fotografia e técnicas de filmagem aos indígenas, a fim de que as histórias e costumes da cultura local possam ser salvaguardadas e transmitidas às gerações futuras.

Embora a mineração vá causar necessariamente impactos à comunidade local, a empresa iniciou programas que auxiliam a comunidade a gravar e a manter a sua importante história cultural.

mitigação irão depender da natureza e importância de um sítio, e podem ir desde a destruição precedida de um registo mínimo, até a uma pesquisa arqueológica minuciosa e à realocação de património cultural móvel.

Mesmo nos planos mais bem concebidos, as nossas atividades operacionais podem destruir ou perturbar acidentalmente património cultural tangível importante que permaneça no local durante as operações. Pode ser tão simples como fazer passar inadvertidamente com um carro por cima de um conjunto de artefactos dissimulados e destruí-los. Se isto acontecer, é preciso que a operação assuma a responsabilidade, reconheça o erro, e faça um esforço para restabelecer a sua relação com os guardiões do património cultural afetado.

Por outro lado, a mineração e processamento podem ajudar a fortalecer a proteção do património cultural. Por exemplo,

descobertas arqueológicas que teriam permanecido ocultas sem a mineração podem contribuir para o conhecimento local sobre as associações das comunidades aos lugares, melhorando o orgulho comunitário (ver caixa 28 para um exemplo no caso de património cultural intangível). Do mesmo modo, os desenvolvimentos mineiros e de processamento podem dotar as pessoas de capacidades económicas e outras, necessárias para proteger o património do vandalismo e pilhagem, ou da deterioração natural.

Os estudos de base e a consulta da comunidade nunca conseguem assegurar a identificação de todo o património cultural, e ocorrerão inevitavelmente “achados fortuitos” ao longo do tempo de vida de uma operação. As entidades da Rio Tinto têm procedimentos, acordados com a comunidade e as partes interessadas, para lidar com os “achados fortuitos” quando eles surgem. Em alguns casos, é necessário que estes achados sejam declarados aos registos de património

locais ou nacionais e que, em virtude da lei, seja preciso preservar ou conservar o elemento de património em causa.

Por vezes, o contexto nacional exige que determinados elementos de património cultural sejam entregues ao governo ou a um organismo de investigação do património, ou que sejam colocados em museus nacionais, regionais ou locais. Esta solução imposta pode não corresponder aos desejos locais. Em casos como estes o negócio deve, em primeiro lugar, cumprir a lei, enquanto assegura que a comunidade é totalmente envolvida e informada sobre os acontecimentos.

Ter acesso garantido a sítios e lugares importantes identificados é um aspeto crucial para o bem-estar de uma comunidade, principalmente para grupos indígenas e outros grupos minoritários. Facilitar a continuação da utilização da terra para atividades como a caça e a pesca ou simplesmente para atravessar a pé pode constituir também um elemento fundamental a constar no plano de gestão do património cultural de uma operação. Naturalmente, as eventuais abordagens legais que procurem desacreditar a ligação local aos lugares ou objetos culturais específicos têm frequentemente impactos diretos e negativos.

As operações de mineração e processamento podem desenvolver ao longo do tempo valores de património na forma de património industrial. Estes consistem nos restos e ruínas da cultura industrial, os quais possuem valor e interesse histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. É o caso de evidências de inovação na extração ou geração de energia, nas instalações de transportes ou serviços, bem como desenvolvimentos nas circunstâncias sociais, técnicas e económicas da mineração e processamento. Estes restos e ruínas consiste geralmente

em edifícios e maquinaria, oficinas, moinhos e fábricas, minas, instalações de processamento e refinação, armazéns, lugares onde a energia é gerada, transmitida e utilizada, transportes e todas as suas infraestruturas, bem como locais usados para as atividades sociais da mina, tais como habitações, culto religioso ou educação. Este espólio tangível contém muitas vezes valores intangíveis, porque representa uma época passada, simboliza o desenvolvimento e progresso industrial, alterações dos costumes sociais e repositórios de histórias familiares.

As novas atividades de mineração ou de processamento em operações mineiras históricas como as referidas, podem eventualmente prejudicar (por exemplo pela destruição física) ou ajudar (nomeadamente pela documentação, interpretação ou continuação do uso) a gerir os valores tangíveis e intangíveis do sítio.

Impactos indiretos sobre o património cultural

Enquanto que os impactos diretos sobre o património cultural podem ser visíveis e imediatamente reconhecidos, os impactos indiretos de uma operação que ultrapassam aspetos imateriais não são tão facilmente identificados. Grandes projetos de desenvolvimento podem muitas vezes trazer consigo uma alteração social e cultural significativa, especialmente quando ocorrem em áreas relativamente pouco desenvolvidas ou remotas.

Alterações socioculturais

A ocorrência de um certo grau de alteração social é inevitável quando estão em causa desenvolvimentos de larga escala. Isto é particularmente verdade se a área não foi desenvolvida anteriormente. O importante é que essa alteração seja aceitável para os que são afetados e que se dê a um ritmo que não cause stress excessivo e não resulte numa rutura da comunidade e numa disfunção social.

A mudança sociocultural pode ser causada pelo aumento do número de estrangeiros, que trazem consigo diferentes ideias, tecnologias e sistemas de valores. Em alguns lugares, isto pode contribuir para transformações nas línguas, costumes, rituais e crenças locais (ver caixa 29).

Quando se delimita o impacto das atividades mineiras e de processamento sobre o património cultural intangível devem considerar-se os seguintes fatores:

- respeito, preservação, proteção e manutenção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais;
- lugares sagrados e rituais ou cerimónias associadas;
- continuação utilização habitual de recursos biológicos e da paisagem;
- respeito pela necessidade de privacidade cultural e de manutenção das obrigações culturais; e
- continuação de aplicação das leis comuns.

Os funcionários e contratados podem, inadvertidamente, ter atitudes que danificam o património cultural físico, ou que são insensíveis aos costumes locais e que por isso causam impacto no património cultural intangível. Isto pode ser tratado através da formação dos funcionários e contratados nas normas e considerações culturais, como sejam o respeito pelos tabus associados a determinadas áreas, e formas respeitosas de tocar ou falar com as pessoas. Por exemplo, algumas minorias do sudeste asiático consideram ofensivo tocar na cabeça, por razões espirituais. Do mesmo modo, uma funcionária feminina a nadar em fato de banho expondo as coxas seria considerado desrespeitoso nos países da Melanésia, onde essa prática é culturalmente inaceitável.

Pode ser também ofensivo o facto de os funcionários não respeitarem a confidencialidade de algum do conhecimento cultural ou as restrições ligadas ao género. Frequentemente, a diversidade da mão de obra e da comunidade circundante pode significar a coexistência de várias culturas num local de trabalho ou comunidade. Os funcionários precisam de ser informados sobre como agir respeitosamente em relação a todas as questões de património cultural, quer no seu local de trabalho, quer nas comunidades locais.

As atividades de mineração e processamento podem aumentar a desigualdade económica numa área. A afluência repentina de dinheiro proveniente de compensações, direitos (royalties) ou salários, pode produzir mudanças significativas nas práticas culturais locais e, por vezes, provocar conflitos e degradação dos costumes e do respeito dos mais jovens pelos mais velhos. O maior acesso a dinheiro pode levar a negligenciar as atividades de subsistência das pessoas, como a pastorícia, a agricultura ou a caça, sem falar na influência exercida pelo álcool, drogas e crime. As alterações económicas podem resultar igualmente no encerramento de negócios que já estavam estabelecidos e que continham valor de património cultural, mas que não conseguem sobreviver entre as novas condições económicas.

Em contrapartida, o nosso envolvimento com as comunidades em termos de programas culturais inovadores pode salvaguardar ativamente o património cultural intangível e contribuir para a sua revitalização. A criação de museus e de programas de celebração cultural pode revelar-se uma ferramenta muito útil para manter viva a cultura. Os museus podem incorporar perspetivas atuais em evolução, ao realçar o papel do património cultural

29. Mudança cultural em Papua Nova Guiné

Um processo de consulta recente, realizado por uma grande empresa numa parte remota de Papua Nova Guiné, resultou numa lista de mudanças culturais que a comunidade tem experimentado desde que a mineração começou a operar nesta área, incluindo:

- uma erosão do direito consuetudinário;
- alterações nos materiais usados para construir as casas dos homens e uma redução dos conhecimentos de construção, por parte das gerações mais jovens;
- o uso de calções e calças pelas mulheres;
- a incorporação de alimentos não tradicionais, como cerveja e arroz, nas festas e nos rituais de intercâmbio;
- as alterações económicas levaram ao aumento da concorrência nos rituais de intercâmbio tradicionais originando inflação;
- idmodificações na língua local, sobretudo pela fusão entre o inglês e o tok pisin (uma das línguas oficiais de Papua Nova Guiné); e
- enfraquecimento do respeito e do evitamento de lugares tabu.

na sociedade contemporânea, ilustrando a evolução do seu valor, por vezes controverso, e incluindo exposições interativas e criativas concebidas em colaboração com as comunidades locais. As exposições podem ser estruturadas de formas não convencionais para realçar os valores preferidos pelas comunidades locais ou os grupos minoritários, em vez das abordagens tradicionais das apresentações museológicas. Outros exemplos incluem a documentação da história oral e a utilização de meios visuais para gravar cerimónias ou danças.

O turismo ligado ao património cultural constitui um benefício socioeconómico potencial que pode ser fomentado pelos nossos negócios. As infraestruturas construídas para as operações podem melhorar o acesso turístico a áreas remotas. O turismo cultural é, contudo, um tópico sensível, uma vez que esta atividade pode ter também impactos negativos significativos sobre os lugares e as práticas culturais, e é necessário prestar uma atenção escrupulosa aos desejos dos guardiões da cultura local.

Alterações ambientais

A atividade mineira pode resultar na alteração, perda e destruição de terras comunitárias e recursos tradicionais ligados a práticas e crenças culturais. Para algumas pessoas a saúde do meio ambiente encontra-se conectada com a saúde e bem-estar da população humana, por causa dos laços físicos e espirituais entre as pessoas e os elementos, animados e inanimados, do meio ambiente. Os valores estéticos e ecológicos das paisagens têm também que ser considerados.

Conforme foi referido na secção 1 destas leituras complementares, a inclusão de pessoas indígenas/locais na monitorização biológica ou noutras práticas de gestão da terra pode fazer parte da abordagem de património cultural de uma operação. Isto porque muitos dos sistemas de crenças tradicionais/indígenas impõem às pessoas a obrigação moral de gerirem ativamente a sua terra comunitária, mesmo se agora há uma operação a decorrer.

O vasto conhecimento que as pessoas locais geralmente têm do seu meio ambiente constitui um recurso único e importante para as empresas de mineração determinadas em prosseguir com a sua

30. Sensibilidade cultural no local de trabalho

Algumas sociedades mantêm um sistema cultural de reciprocidade e troca, que obriga cada um a partilhar aquilo que tem com os outros.

Isto coloca um desafio para os funcionários locais, que passa por conciliar as suas responsabilidades para com a empresa e para com a própria comunidade. Por exemplo, um funcionário a conduzir um carro da empresa pode estar culturalmente obrigado a parar e dar boleia a um parente, apesar da regra da empresa que apenas permite aos funcionários viajarem nos seus carros. As políticas das empresas podem ameaçar leis comuns ancestrais de formas impossíveis de prever.

É necessária muita sensibilidade para lidar com estes aspetos, os quais constituem uma preocupação normalmente manifestada pelas comunidades locais quanto ao impacto dos desenvolvimentos sobre as suas práticas culturais.

responsabilidade ambiental, e fornece novas formas de encarar a paisagem e as suas associações. Além disso, ao envolverem-se as pessoas indígenas na gestão da terra, contribui-se para manter vivos os conhecimentos e práticas tradicionais/indígenas que, de outra forma, se poderiam perder. Por exemplo, ao restabelecer as práticas de queimadas tradicionais em zonas áridas como parte da gestão da terra e dos incêndios florestais.

Emprego local e formação

O emprego direto ou indireto na indústria mineira proporciona oportunidades significativas para as pessoas locais melhorarem a sua situação económica. No entanto, a possibilidade de as pessoas locais se empregarem pode estar por vezes limitada por considerações culturais, e o próprio ambiente de trabalho pode ter impactos negativos sobre as práticas culturais e as línguas. É preciso que os assuntos de património cultural e dos recursos humanos sejam considerados conjuntamente.

Os principais pontos a reter são:

- Estruturas de emprego demasiado rígidas podem impedir as pessoas de cumprirem as suas obrigações culturais, como sejam a presença em funerais, cerimónias e rituais ou a participação na atividade de caça sazonal, e isto tem um impacto geral negativo sobre a

cultura. Este tipo de considerações pode necessitar de especial atenção em operações que pretendam incentivar o emprego e contratação dos indígenas locais.

- O horário de trabalho pode entrar em conflito com uma prática cultural como é o caso das orações. Por exemplo, se a comunidade observa um dia de descanso a meio da semana, como uma prática cultural espiritual, isto pode colidir com um horário inflexível “de segunda a sexta”.
- Quando pessoas indígenas são recrutadas pela sua capacidade e perícia para o envolvimento cultural, a operação deve assegurar que a estrutura do local de trabalho e o ambiente são compatíveis com a sua maneira cultural de trabalhar, e evitar colocar quaisquer restrições sobre estes funcionários que os possam impedir de utilizarem as capacidades pelas quais foram recrutados.
- Em algumas circunstâncias, as normas culturais interditam o contacto direto entre certos membros da comunidade ou proíbem as mulheres ou os homens de acederem a determinados lugares. Se este tipo de considerações não for reconhecido pelas políticas dos Recursos Humanos, estas podem provocar impacto sobre os sistemas de crenças culturais e o bem-estar cultural dos funcionários locais (ver caixa 30).

- A utilização predominante de uma língua no local de trabalho, como seja do inglês num contexto não anglófono, pode prejudicar o uso das línguas locais. Isto pode ser evitado através da produção de documentos e sinalização bilingues.
- A monitorização e gestão do ambiente e do património cultural podem proporcionar excelentes oportunidades de emprego e formação para as pessoas locais.
- A formação de sensibilização/integração cultural ajuda a garantir que todos os funcionários são devidamente contextualizados e estão aptos a trabalhar num ambiente diferente e culturalmente sensível. A motivação e capacidade para trabalhar num ambiente diferente e para receber formação de sensibilização cultural devem constituir um critério de recrutamento.
- A recrutamento é acessível a todos os candidatos, especialmente aos que fazem parte da comunidade local. O processo deve ser concebido tendo presente o contexto cultural.

As operações precisam também de equilibrar a sua abordagem de Recursos Humanos, de modo a que a mesma seja consistente com as suas políticas de diversidade e outras, assim como respeitadora e recetiva aos sistemas de crença culturais. Por exemplo, as normas culturais que proíbem as mulheres de executarem determinadas tarefas podem não corresponder às políticas de diversidade, as quais procuram aumentar o número de mulheres empregues na operação. Estas são questões sensíveis, que requerem abordagens proativas, um estreito envolvimento e, frequentemente, soluções criativas.

3.4 Protocolos e normas internacionais para a proteção do património e da diversidade cultural

São numerosos os acordos, cartas e políticas internacionais que estruturam as normas e debates sobre o património cultural e as operações e processamentos de mineração. Estas estruturas desenvolveram-se ao longo de muitos anos de esforços concertados, por parte de entidades locais e internacionais, para proteger o património cultural mundial.

Para sublinhar os conceitos fundamentais deste guia, a presente secção apresenta:

- convenções, cartas e linhas de orientação importantes em matéria de património cultural;
- declarações de património cultural e direitos humanos; e
- quadros de património cultural e desenvolvimento sustentável.

Esta secção destaca os principais desenvolvimentos nas normas e protocolos de património cultural e da indústria, e a sua relação com as boas práticas de gestão do património cultural na indústria mineira e de processamento. Apesar da existência destes acordos internacionais, os mesmos não se sobrepõem ao contexto legal local. É conveniente compreender a história e o contexto das ideias e conceitos de património cultural para poder apreender as nuances e motivações por detrás das práticas atuais.

Convenções e cartas internacionais para a conservação do património

São muitos os aspetos do património cultural abrangidos por convenções e cartas internacionais. As mudanças que têm ocorrido nas práticas ligadas ao património podem ser seguidas nestes acordos, os quais fornecem a base sobre a qual a legislação se desenvolve, e servem como orientações importantes para as indústrias, na forma como gerem o património tangível e intangível. Esta secção faz a distinção entre convenções e cartas que traduzem obrigações legais e aquelas que são de adesão facultativa e servem, antes de mais, como orientação.

Os documentos seguintes implicam um certo grau de obrigação legal ou compromisso por parte das partes signatárias, em relação ao organismo dirigente (ONU, UNESCO, etc.).

Convenção para a Proteção do Património Mundial Natural e Cultural, 1972

A Convenção do Património Mundial de 1972 (UNESCO) constituiu a primeira tentativa de criar uma lista de sítios de património significativos a nível internacional. Continua a ser o principal instrumento da legislação internacional para o reforço da proteção de sítios naturais e culturais com importância “universal”.

Para ser inscrito na Lista, um sítio natural e/ou cultural tem que ser considerado como possuidor de “um interesse de tal forma excecional e um valor de tal forma universal que a sua proteção é da responsabilidade de toda a humanidade”. Uma vez acrescentado à Lista de Património Mundial, os sítios recebem proteção legal do Estado-nação hospedeiro, de acordo com as orientações da Convenção, e esse país torna-se então elegível para receber ajuda técnica e financeira internacional e, até certo ponto, para ser supervisionado relativamente à gestão do sítio.

A necessidade de gerir sítios de “valor universal excecional” para toda a humanidade, para lá dos interesses locais, tem sido criticada por alguns povos indígenas e países, os quais reclamam o direito a definirem a gestão dos sítios de património mundial, de acordo com os seus próprios valores e significados.

As recentes revisões das suas Orientações Operacionais alargaram a categoria de sítios elegíveis, reconhecendo a existência de interações importantes entre as pessoas e o ambiente. Também reconheceram a importância de ter em conta o contexto e o valor cultural, aquando da avaliação da autenticidade de um sítio de património, incorporando agora um conjunto muito maior de valores culturais, do que o reconhecido nas listas de Património Mundial anteriores.

31. Nomeações para a Lista de Património Mundial por razões culturais

Estes são os critérios aplicados pelo Comité do Património Mundial na avaliação das nomeações para a Lista de Património Mundial por razões culturais (versão revista de 2005):

- i. Representar uma obra-prima do génio criador humano;
- ii. estemunhar um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de um determinado período ou numa área cultural do mundo, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou da criação paisagista;
- iii. Constituir um testemunho único, ou pelo menos excecional, de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- iv. Ser um exemplo excecional de um tipo de construção ou conjunto arquitetónico, tecnológico, ou de paisagem, que ilustre um ou mais períodos significativos da história da humanidade;
- v. Ser um exemplo excecional de um povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- vi. Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, a ideias, a crenças, a obras artísticas e literárias de significado universal excecional. (O Comité considera que este critério deve de preferência utilizado conjuntamente com outros).
- vii. Representar fenómenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e importância estética excecionais;
- viii. Serem exemplos excecionalmente representativos das grandes etapas da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres, ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;
- ix. Serem exemplos excecionalmente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso, na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
- x. Conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo os que contêm espécies ameaçadas que tenham um valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

The UNESCO Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003

A Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 2003, constitui uma tentativa de documentar e salvaguardar exemplos de "património vivo", considerando-se estes como as práticas sociais que criam comunidades culturais distintas. O objetivo da convenção é elaborar estratégias para minimizar as ameaças ao património vivo e reforçar os contextos sociais através da "salvaguarda" destas expressões.

O termo "salvaguarda" é definido na convenção como as "as medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse património".

Esta definição reconhece que salvaguarda não significa preservação ou conservação no seu sentido habitual, uma vez que isso poderia fazer com que o património cultural imaterial se fixasse ou "congelasse". Pelo contrário, salvaguardar significa assegurar a viabilidade do património cultural intangível, ao garantir a sua recreação e transmissão contínuas. Para alcançar isso, a salvaguarda deve basear-se na participação das comunidades, grupos e indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse tipo de património, e deve envolvê-los ativamente na gestão do mesmo.

Outros organismos e acordos internacionais de conservação

- Convenção sobre as Medidas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens Culturais – UNESCO, 1970
- A Resolução 23 da UNESCO, adotada em 1997, cria a proclamação das Obras Primas do Património Intangível e Oral da Humanidade; foram proclamados 90 elementos foram proclamados em 2001, 2003 e 2005;
- Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático – UNESCO, 2001 – entrou em vigor em 2009
- Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais – UNESCO, 2005 – entrou em vigor em 2007

Os acordos e cartas que se seguem são de adesão facultativa e servem para enquadrar as boas práticas. Apesar de não implicarem as mesmas obrigações legais dos acordos mencionados atrás, ainda assim têm tido um impacto semelhante no desenvolvimento geral das práticas de património cultural.

Carta de Atenas para o Restauro dos Monumentos Históricos (1931) e Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964)

Uma das primeiras convenções internacionais relacionadas com o património cultural foi a Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos. A Carta de Atenas foi adotada em 1931 no Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que decorreu em Atenas. Embora o enfoque fosse claramente para o aspeto arquitetónico, o congresso esteve consciente da importância que pode ter a ligação das pessoas a um local, declarando que a melhor garantia para a

32. Artigo 14 da Convenção da UNESCO sobre Património Imaterial – Educação, sensibilização e reforço das capacidades

Cada Estado Parte esforça -se, por todos os meios apropriados, por:

- (a) Assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do património cultural imaterial na sociedade, em especial, mediante:
 - (i) Programas educativos, de sensibilização e informativos destinados ao público, nomeadamente aos jovens;
 - (ii) Programas educativos e de formação específicos no seio das comunidades e dos grupos em causa;
 - (iii) Actividades de consolidação das capacidades em matéria de salvaguarda do património cultural imaterial e, em especial, de gestão e de pesquisa científica; e
 - (iv) Meios não formais de transmissão de conhecimentos;
- (b) Manter o público informado das ameaças a que está sujeito tal património, bem como das actividades levadas a cabo em aplicação da presente Convenção;
- (c) Promover a educação sobre a protecção dos espaços naturais e dos lugares importantes para a memória colectiva cuja existência seja necessária à expressão do património

[Tradução da Resolução da Assembleia da República de Portugal, n.º 12/2008, que aprova a Convenção]

“preservação dos monumentos de arte deriva do respeito e ligação que lhes é dirigido por parte das próprias pessoas”.

Apesar de não se tratar de um documento legalmente vinculativo, a Carta de Atenas introduziu a ideia de que os problemas de preservação de sítios históricos deviam ser resolvidos através de legislação ao nível nacional e que lhes deveria ser conferida uma proteção e guarda rigorosas. A carta também apelou a que cada país mantivesse registos oficiais de cada monumento histórico num inventário. A maioria dos países estenderam entretanto estes registos a outros tipos de património cultural.

Em 1964 realizou-se o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza, o qual adotou a Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios, também conhecida por Carta de Veneza. A Carta de Veneza é um documento técnico que especifica linhas de orientação, reconhecidas internacionalmente, para a

preservação e restauro de edifícios antigos. Vários países adaptaram as práticas de conservação constantes na Carta de Veneza para refletirem os seus próprios contextos de gestão e culturais.

Carta do ICOMOS para a Proteção e Gestão do Património Arqueológico, 1990

Preparada pelo Comité Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (ICAHM, no original), a Carta do ICOMOS para a Proteção e Gestão do Património Arqueológico fornece princípios detalhados para a gestão do património arqueológico, principalmente em relação à ameaça que representa o desenvolvimento.

A Carta sublinha a necessidade da proteção do património arqueológico ser integrada nas políticas relativas ao uso da terra, desenvolvimento e planeamento ao nível internacional, nacional, regional e local. Também as políticas culturais, ambientais e educacionais devem tecer considerações sobre o património arqueológico.

33. Carta do ICOMOS para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, 1990

A Carta reconhece explicitamente que os elementos do patrimônio arqueológico fazem parte das tradições vivas dos povos indígenas e que, para esses sítios e monumentos, deve procurar-se ativamente a participação dos grupos culturais locais, especialmente dos povos indígenas, já que a mesma é essencial para a proteção e gestão dos sítios e monumentos.

A Carta afirma que, em certos casos, pode ser apropriado confiar aos povos indígenas a responsabilidade pela proteção e gestão de sítios e monumentos.

34. Componentes únicas da Carta de Burra, de 1999

Na sua versão de 1999, a Carta de Burra faz um progresso significativo, ao reconhecer e respeitar a diversidade cultural na gestão do patrimônio, constatando que a importância cultural atribuída a lugares está “incorporada no lugar propriamente dito, na sua matéria, disposição, utilização, associações, significados, registos, lugares e objetos relacionados”.

Reconhece explicitamente que diferentes indivíduos ou grupos podem atribuir diferentes valores a um lugar e destaca a importância da participação das pessoas para as quais o lugar tem associações e significados especiais, ou que assumem responsabilidades sociais, espirituais, culturais, ou outras, por esse lugar.

No entanto, a Carta de Burra não aborda a proteção e celebração das práticas culturais intangíveis.

A Carta contém princípios para vários processos, incluindo a pesquisa, escavação, documentação, investigação, manutenção, conservação, preservação, reconstrução, informação, apresentação, acesso do público e utilizações e procedimentos respeitantes ao patrimônio. Estas linhas de orientação ajudam a informar os gestores de minas sobre os melhores métodos para gerir o patrimônio cultural tangível.

A Carta encontra-se transposta para a legislação nacional de patrimônio em países como a Austrália, conferindo proteção legal ao patrimônio arqueológico.

Carta do ICOMOS Austrália para a Conservação de Lugares com Importância Cultural (Carta de Burra)

Em 1979, os profissionais de patrimônio a trabalharem na Austrália adotaram a sua própria carta, que adaptou os princípios internacionais da Carta de Veneza ao contexto australiano – a Carta do ICOMOS Austrália para a Conservação de Lugares com Importância Cultural, conhecida por Carta de Burra (revista em 1999).

A Carta de Burra foi elaborada numa tentativa de superar as preocupações eurocêntricas com a componente física do patrimônio cultural, e dar lugar a noções de natureza mais intangível. A carta expandiu as considerações de patrimônio, de um enfoque nos “sítios e monumentos”, para a inclusão de todos os “lugares com importância cultural”. A Carta de Burra estendeu a definição de importância cultural para lá do valor estético ou histórico, o que já havia sido reconhecido em documentos de patrimônio anteriores, passando

a incluir também valores sociais e espirituais, para o passado, presente e futuro. A Carta de Burra foi o primeiro documento de patrimônio cultural nacional ou internacional a fazer referência a valores espirituais e estes elementos têm sido desde então aproveitados por outros países.

Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994)

O Documento de Nara sobre a Autenticidade, de 1994, foi concebido para desenvolver e ampliar os princípios estabelecidos na Carta de Veneza, em 1964, e desta forma lidar com o âmbito crescente das preocupações contemporâneas ligadas ao patrimônio cultural. O documento também explora a questão da verificação da autenticidade dos bens culturais para a Lista de Patrimônio Mundial, em total acordo com os valores sociais e culturais de todas as sociedades.

Em linha com os princípios da UNESCO, o Documento de Nara reconhece que o patrimônio pode possuir valor universal. Isto consta na Cláusula 8 mas é seguido de imediato, na mesma cláusula, pela declaração de que “A responsabilidade pelo patrimônio cultural e pela sua gestão cabe, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou e, posteriormente, à que cuida do mesmo.”

Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial (2003)

A Carta de Nizhny Tagil, redigida pelo Comité Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, afirma que os edifícios e estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e ferramentas usados nas mesmas e as cidades, vilas e paisagens onde se localizam aquelas atividades, juntamente com todas as suas outras manifestações tangíveis e intangíveis, são de grande valor. O seu significado e importância devem ser estudados

e partilhados, e os exemplos mais significativos e característicos devem ser identificados, protegidos e mantidos.

A carta descreve procedimentos para identificar, registar, proteger e conservar o património industrial, e a necessidade de educar e formar profissionais e membros da sociedade sobre a importância histórica do património industrial.

Linhas de orientação voluntárias Akwé: Kon

Resultantes da Convenção sobre a Diversidade Biológica, estas linhas de orientação de adesão voluntária pretendem influenciar a conduta das avaliações de impacto cultural, ambiental e social, no que diz respeito a desenvolvimentos que possam causar impacto sobre lugares sagrados, terras e águas que sejam usados ou estejam ocupados por indígenas ou comunidades locais. As orientações promovem a utilização de um processo transparente e inclusivo de identificação das comunidades, e um envolvimento profundo e uma compreensão completa do contexto local, durante os processos de avaliação. Apelam para que as avaliações de impacto cultural, ambiental e social sejam reunidas num único processo, um princípio igualmente aplicável à gestão do património cultural. Com base nestas avaliações, as orientações recomendam também a elaboração de um sistema de gestão ou um plano de monitorização para lidar com possíveis impactos.

35. O Documento de Nara sobre a Autenticidade

- A conservação do património cultural está enraizada nos valores atribuídos ao património.
- Não é possível basear os juízos de valor e a autenticidade em critérios fixos, uma vez que os valores diferem entre culturas.
- O respeito que merecem todas as culturas exige que os bens do património sejam considerados e julgados dentro dos contextos culturais a que pertencem.
- As verificações sobre de autenticidade podem ligar-se a uma grande variedade de fontes de informação. Essas fontes podem incluir aspetos de forma e conceção, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e disposição, espírito e sentimento, entre outros fatores internos e externos.

36. As Linhas de Orientação Akwé: Kon

Produzidas pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, as Linhas de Orientação Akwé: Kon fornecem conselhos para:

- incluir os indígenas e as comunidades locais na seleção, delimitação e planeamento de projetos de desenvolvimento;
- considerar as preocupações e interesses culturais, ambientais e sociais dos indígenas e das comunidades locais;
- incorporar os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais dos indígenas e das comunidades locais nos processos de avaliação ambiental, social e cultural, tendo em devida conta os direitos de propriedade e a necessidade de proteger e salvaguardar os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais; e
- considerar as interrelações entre os elementos culturais, ambientais e sociais dos projetos de desenvolvimento.

37. Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 27

- 1) Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
- 2) Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Património cultural e declarações dos direitos humanos

A liberdade de praticar as próprias crenças culturais, sem que ninguém crie obstáculos a essa prática, é considerada um direito humano inalienável. Os direitos associados ao património cultural são enunciados nas seguintes declarações de direitos e influenciam a abordagens e métodos da gestão do património cultural:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, 2007
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, UNESCO (2001)
- Convénio Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, 1966.

Uma vez que estas declarações e convénios são vinculativos para os Estados-nação signatários, elas irão determinar o contexto legislativo no qual opera a Rio Tinto, e são suscetíveis de influenciar o modo como uma operação gere as suas atividades e se envolve com a comunidade.

Património cultural e desenvolvimento sustentável

Os assuntos do património cultural são abrangidos, explicitamente ou implicitamente, por várias cartas e protocolos internacionais sobre desenvolvimento humano.

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram adotados por 189 estados-membros da ONU na Cimeira do Milénio, em 2000.

Os objetivos resumem compromissos importantes assumidos em conferências-chave e cimeiras durante a década de 1990, e reconhecem explicitamente as relações entre crescimento, pobreza e desenvolvimento sustentável.

As empresas têm um importante papel a desempenhar na ajuda que podem prestar aos países, para que estes alcancem os ODM até 2015. Os ODM foram um dos fatores que levaram as empresas a tornarem-se ambientalmente e socialmente responsáveis, e a adotarem programas de desenvolvimento sustentável.

Apesar de não existir nenhum ODM que diga diretamente respeito ao património cultural, existem no entanto ligações entre o património cultural e vários dos objetivos ODM, nomeadamente o Objetivo 7, que diz respeito à sustentabilidade ambiental. O património cultural e a sustentabilidade ambiental estão interligados. Ao salvaguardar práticas culturais que são ambientalmente sustentáveis pode ajudar-se a promover a sustentabilidade ambiental. Por sua vez, a proteção da biodiversidade pode conduzir também a resultados positivos para o património cultural.

Convenção Quadro sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade (Faro, 2005)

A Convenção de Faro, desenvolvida pelo Conselho Europeu, fornece um quadro para as políticas de património, o qual garante o justo lugar do património cultural e da cultura no centro do desenvolvimento sustentável. A Convenção exerce

especial influência no contexto europeu, uma vez que é vinculativa para os vários Estados europeus signatários. A Convenção de Faro apresenta o património como um recurso para:

- o desenvolvimento humano;
- a melhoria da diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural; e
- o desenvolvimento económico assente nos princípios de utilização sustentável dos recursos.

Convenção aborda lacunas existentes em instrumentos internacionais anteriores, os quais não fazem referência à crescente importância do património cultural relativamente a:

- desenvolvimento sustentável, onde os patrimónios culturais são encarados como recursos valiosos para a integração de diferentes dimensões de desenvolvimento: cultural, ecológico, económico, social e político. O património cultural é precioso em si mesmo e na contribuição que pode fazer para outras políticas;
- globalização, na qual os patrimónios culturais constituem recursos para a proteção da diversidade cultural e do sentido de pertença, frente à ameaça de uma uniformização crescente; e
- sensibilidade renovada para dimensão da identidade cultural, em situações de conflitos, uma vez que os patrimónios culturais também podem ser usados para gerar diálogo, debate democrático, sensibilização, amizade e abertura entre culturas.

Políticas de Salvaguarda Ambiental e Social do Banco Mundial

As políticas de salvaguarda ambiental e social do Banco Mundial formam a pedra angular do seu apoio prestado pelo Banco à redução sustentável da pobreza. O objetivo das políticas de salvaguarda é evitar ou mitigar prejuízos indevidos às pessoas e ao seu ambiente durante o processo de desenvolvimento. Estas políticas fornecem orientações aos empregados dos bancos e dos mutuários para a identificação, preparação e implementação de programas e projetos.

O património cultural tangível é abordado na Política Operacional 4.11 do Banco Mundial, no *Physical Cultural Resources Safeguard Policy Guidebook* e nos *Physical Cultural Resources Country Profiles*. A proteção do património cultural (tanto tangível como intangível) constitui também um aspeto tratado na Política Operacional 4.10, sobre Povos Indígenas.

O Banco Mundial descreve a cultura como um “recurso para o desenvolvimento económico e social” e declara que a possibilidade de gerar receitas a partir dos bens culturais pode reduzir a pobreza.

Critérios de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (IFC) em matéria de Sustentabilidade Social e Ambiental

Os critérios de desempenho da IFC em matéria de sustentabilidade social e ambiental definem as funções e responsabilidades dos clientes da IFC para gerirem os seus projetos e as exigências a respeitar para conservarem o apoio por parte deste organismo. Existem oito critérios de desempenho, abrangendo: avaliação social e ambiental e sistemas de gestão, mão de obra e condições de trabalho, prevenção da poluição, saúde e segurança comunitárias, aquisição de terras e reassentamentos involuntários, conservação da biodiversidade, povos indígenas e património cultural.

38. Políticas de salvaguarda ambiental e social do Banco Mundial Política Operacional 4.11, sobre os Recursos Culturais Físicos

Reconhece que:

Os recursos culturais físicos são importantes como fontes de informação científica e histórica valiosas, como bens para o desenvolvimento económico e social, e como partes integrantes da identidade cultural e das práticas de um povo.

Política Operacional 4.10, sobre os Povos Indígenas

Reconhece que:

As identidades e culturas dos Povos Indígenas estão intimamente ligadas aos territórios em que eles vivem e aos recursos naturais dos quais dependem. Estas circunstâncias particulares expõem os Povos Indígenas a vários tipos de riscos e graus de impactos resultantes de projetos de desenvolvimento, incluindo perda de identidade, de cultura e de modos de subsistência tradicionais...

39. Critério de Desempenho 8, da IFC: Património Cultural

O Critério abrange requisitos relacionados com:

- proteção do património cultural na conceção e execução do projeto;
- procedimentos para os achados fortuitos;
- consulta;
- remoção de património cultural;
- património cultural essencial; e
- utilização do património cultural pelo projeto.

40. Critério de Desempenho 7, da IFC: Povos Indígenas

Nas situações em que um projeto pode causar impactos sobre recursos culturais que são centrais à identidade ou aos aspetos culturais, cerimoniais ou espirituais das vidas dos Povos Indígenas, deverá ser dada prioridade ao evitamento desses impactos e à conservação dos recursos culturais ameaçados. Nos casos em que os impactos significativos do projeto sobre a propriedade cultural sejam inevitáveis, o cliente obterá o consentimento livre, prévio e informado das Comunidades de Povos Indígenas Afetadas.

O património cultural é tratado diretamente no Critério de Desempenho 8 e da guia de orientação que o acompanha. Os objetivos do Critério de Desempenho 8 da IFC são: proteger o património cultural dos impactos adversos decorrentes das atividades do projeto e apoiar a sua preservação; e promover a repartição justa dos benefícios provenientes da utilização do património cultural nas atividades comerciais. O critério aplica-se ao património, independentemente de este se encontrar legalmente protegido ou de já ter sido perturbado. O documento foca-se no património cultural tangível, mas também faz referência ao património intangível.

O património intangível é referido sobretudo em termos da sua comercialização por parte do proponente do projeto.

Os Critérios de desempenho da IFC foram atualizados em 2011. As novas versões, em vigor desde janeiro de 2012, incluem uma exigência para o negócio, de obter o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas nas situações em que o projeto terá impactos significativos sobre a sua propriedade cultural (ver caixa 40).

41. Quadro de Desenvolvimento Sustentável do ICMM

Princípio 03: Apoiar os direitos humanos fundamentais e respeitar as culturas, costumes e valores, nas relações com os funcionários e outros que sejam afetados pelas nossas atividades.

- Assegurar que todos os funcionários relevantes, incluindo o pessoal da segurança, recebem formação e orientação adequadas, em questões de cultura e de direitos humanos.
- Reduzir os reassentamentos involuntários, e compensar de forma justa pelos efeitos adversos sobre a comunidade, nos casos em que esses reassentamentos não possam ser evitados.
- Respeitar a cultura e o património das comunidades locais, incluindo os povos indígenas.

Princípio 04: Implementar estratégias de gestão do risco baseadas em informação válida e em bases científicas sólidas.

- Consultar as partes interessadas e afetadas na identificação, avaliação e gestão de todos os impactos significativos a nível social, de saúde, de segurança, ambiental e económico, associados às nossas atividades.
- Informar as potenciais partes afetadas acerca dos riscos significativos que comportam as atividades mineiras, minerais e metalúrgicas, e acerca das medidas que serão tomadas para gerir eficazmente os possíveis riscos.

Princípios internacionais relacionados com a indústria

Os princípios relacionados com a indústria fornecem orientações focadas nos negócios, para que as indústrias concebam os seus sistemas de gestão e atividades em conformidade com princípios de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social e ambiental. Estes princípios fazem mais do que fornecer um alicerce moral para a gestão adequada do património cultural, já que o seu incumprimento por parte das operações pode acarretar fortes custos legais e de reputação.

Quadro de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Internacional da Mineração e Metais (ICMM, no original)

O Quadro de Desenvolvimento Sustentável do ICMM compreende três elementos – um conjunto de dez Princípios (incluindo um conjunto de depoimentos de apoio); procedimentos a observar nos relatórios públicos; e procedimentos de verificação da independência para as empresas de mineração e metais abordarem as questões de sustentabilidade na indústria.

Os dez Princípios baseiam-se em aspetos identificados no projeto de Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável (MMSD, no original), um processo de consulta de dois anos, com as partes interessadas, para identificação das questões relativas ao desenvolvimento sustentável, no setor da mineração e minerais. Os Princípios 3 e 4 são particularmente relevantes para o património cultural.

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador, inspirados nos Critérios de desempenho da IFC, foram desenvolvidos por instituições financeiras para garantir que os projetos que financiam são desenvolvidos de forma socialmente e ambientalmente responsável. Aos projetos é exigido que estabeleçam normas sociais e ambientais mínimas. Os Princípios do Equador exigem também que os impactos negativos dos projetos sejam evitados sempre que possível ou, caso contrário, que sejam reduzidos, mitigados e/ou adequadamente compensados. Os princípios reconhecem explicitamente o papel da consulta, envolvimento e mecanismos de reclamação nas relações com a comunidade, o que também se reflete no discurso sobre o património cultural.

4. Referências

Lista de acrónimos	118
Glossário	119
Políticas, normas e guias de orientação da Rio Tinto	124
Sites mais importantes	125
Referências	126

Lista de acrónimos

AIS	Avaliação de Impacto Social	PGPC	Plano de Gestão do Património Cultural
ARS	Avaliação do Risco Social	POPC	Plano de Ordenamento do Património Cultural, utilizado pela Rio Tinto Coal Australia
ASCG	Avaliação de Sítio Comunitário Gerido	PPC	Plano Plurianual para as Comunidades
CQP	Zona de confinamento de quimberlito processado	RBM	Richard Bay Minerals
EMAB	Conselho Consultivo de Monitorização Ambiental da Mina de Diamantes Diavik (Environmental Monitoring Advisory Board)	SEART	Rio Tinto's Social and Environmental Accountability Reporting Tool (Ferramenta para Relatórios sobre a Responsabilidade Social e Ambiental da Rio Tinto)
GPC	Gestão do Património Cultural	SGA	Sistema de Gestão Ambiental
GPS	Geographic Positioning System (sistema de navegação por satélite usado para determinar a latitude, a longitude e a altitude de um local)	SGPC	Sistema de Gestão do Património Cultural
GRI	Global Reporting Initiative (Iniciativa global para a elaboração de relatórios de sustentabilidade)	SIG	Sistemas de Informação Geográfica (sistema utilizado para armazenar, recuperar, mapear e analisar todo o tipo de dados geográficos)
ICAHM	Comité Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (International Committee on Archeological Heritage Management)	SLPS	Sistema de Licenciamento para Perturbações do Solo
ICMM	Conselho Internacional da Mineração e Metais (International Council on Mining and Metals)	SMART	Metas específicas, mensuráveis, alcançáveis, focadas nos resultados e definidas no tempo (de Specific, Measurable, Attainable, Results-focused, Time-oriented)
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (International Council on Monuments and Sites)	SOP	Standard Operating Procedures (Procedimentos normalizados da operação)
IFC	Corporação Financeira Internacional (International Finance Corporation)	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ILUA	Acordo para a Utilização de Terras Indígenas (Indigenous Land Use Agreement - Austrália)	UWA	University of Western Australia (Universidade da Austrália Ocidental)
ISO	Organização Internacional de Normalização (International Organisation for Standardisation)		
KUC	Kennecott Utah Copper		
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (estabelecidos pela ONU)		
ONU	Organização das Nações Unidas		
OT	Oyu Tolgoi, projeto de desenvolvimento mineiro de um empreendimento conjunto da Rio Tinto, localizado no sul da Mongólia		

Glossário

Acordo – concertação legalmente vinculativa que pode ser formalmente documentada, habitualmente entre uma unidade de negócio da Rio Tinto e uma ou várias comunidades, que compromete as partes a ações especificadas.

Análise dos Riscos Sociais – análise de risco específica efetuada de acordo com a norma de Risco da Rio Tinto, de forma autónoma ou no âmbito de uma análise de risco mais abrangente, com o objetivo de identificar e hierarquizar riscos para o negócio, provenientes das interações comunitárias e sociais, reais ou potenciais.

Antropólogo – pessoa com qualificações e experiência apropriadas para conduzir estudos etnográficos ou antropológicos, avaliar as ocorrências e fazer recomendações de gestão.

Argumento para o negócio – análise que fornece a justificação para empreender uma determinada atividade, baseada na avaliação do benefício, do custo e do risco de opções alternativas.

Arqueólogo – pessoa com qualificação e experiência apropriada para conduzir estudos arqueológicos, avaliar as ocorrências e fazer recomendações de gestão.

Auditoria – avaliação sistemática, documentada, periódica e objetiva dos sistemas de gestão, das práticas e do desempenho de uma empresa em relação a critérios predeterminados. É conduzida de acordo com uma agenda e um protocolo definidos e inclui inspeções, entrevistas e revisão documental.

Autenticidade – medida do grau pelo qual um elemento pode ser considerado o remanescente do original. O juízo sobre a autenticidade pode estar ligado a uma grande variedade de fontes de informação, incluindo aspetos de conceção e forma, materiais e substâncias, uso e função, tradições e técnicas, localização e configuração, espírito e expressão, bem como outros fatores intrínsecos e extrínsecos.

Avaliação de Impacto Social (AIS) – estudos e análises documentadas sobre as implicações sociais do planeamento, conceção, tomada de decisão, gestão e operação de uma nova atividade proposta, frequentemente realizados como um exercício de conformidade regulamentar. Num contexto regulamentar, a AIS pode existir autonomamente ou fazer parte de uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) prescrita, de uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS) ou de outro processo similar.

Avaliação de Sítio Comunitário Gerido – processo obrigatório da Rio Tinto para rever o desempenho face à norma da Rio Tinto para as Relações com as Comunidades.

Avaliação do significado – avaliação para determinar: 1. os aspetos que tornam um elemento do património cultural significativo, e os tipos de significado que lhe estão associados, e 2. o valor que esse elemento possui para a sociedade.

Base de conhecimento – compilação de informação, de uma forma coesa e coerente, para análises subsequentes e iterativas.

Compensação – medida de mitigação que consiste no pagamento efetuado pelos responsáveis de uma perda específica e previamente assumida, aos que são prejudicados no seu acesso à terra, à água e a outros recursos naturais ou meios de subsistência essenciais, assim como por danos de qualquer tipo ou pela destruição dos ativos, individuais ou coletivos, causados acidental ou intencionalmente. Para mais informações, consultar o guia de compensações da Rio Tinto.

Conservação – processo de gestão de um sítio a fim de reter o seu significado cultural. Inclui a manutenção e, de acordo com as circunstâncias, pode envolver a preservação, o restauro, a reconstrução e a adaptação, constituindo normalmente uma combinação destas operações.

Consulta – fornecimento de informação ou aconselhamento sobre acontecimentos, atividades ou processos, em curso ou propostos, bem como procura de soluções relativas aos mesmos.

Desenvolvimento de capacidade – fortalecimento das competências e capacidades dos indivíduos e das comunidades permitindo-lhes desenvolver e gerir os seus próprios recursos e meios de subsistência.

Desenvolvimento sustentável – desenvolvimento que procura produzir um crescimento económico sustentável, enquanto assegura que as gerações futuras tenham possibilidade de fazer o mesmo, ao não exceder as capacidades regenerativas do ambiente natural e social. Em termos de património cultural, isto traduz-se em gerir os valores desse património à luz do desenvolvimento, sem comprometer a possibilidade de as gerações presentes e futuras virem também a desfrutar e partilhar o seu património.

Direitos humanos – os direitos e liberdades de todos os seres humanos, conforme inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948.

Elemento do património cultural – local ou objeto ao qual é atribuído um significado cultural, espiritual, estético, histórico, científico, de investigação ou social, para as gerações passadas, presentes ou futuras. Pode tratar-se de locais com caráter “sagrado” pelos líderes tradicionais, tais como locais ligados a cerimónias fúnebres, locais de culto, de representações ou de celebrações, arte rupestre, pontos de água e montanhas ou outros testemunhos físicos de acontecimentos históricos ou mitológicos. Podem também incluir estruturas, sítios ou ruínas com significado arqueológico, industrial, paleontológico, histórico, religioso ou cultural, aos níveis local, regional, nacional e internacional.

Envolvimento – para além da consulta, o envolvimento inclui o intercâmbio ativo de informação, a escuta ativa de preocupações e sugestões, bem como a consideração ativa de formas de as integrar, incluindo potenciais alterações à conceção e aos parâmetros operacionais.

Etnografia – descrição científica de grupos humanos (economia, sociedade, cultura); método fundamental da antropologia para o estudo comparativo de grupos humanos.

Género – conjunto de características apreendidas socialmente, distinguindo os sexos masculino e feminino. Dependendo do contexto, as características diferenciadoras podem ir desde o sexo, a função social até à identidade de género.

Gestão do património cultural – práticas globalmente aceites de conservação do património cultural, baseadas em princípios comprovados e realizadas integrando as atividades indígenas, comunitárias, profissionais, técnicas e administrativas, de forma a que seja tida em consideração a importância dos elementos do património cultural nas ações que os possam afetar ou aos seus contextos.

Grupo Rio Tinto – todas as unidades de negócio e corporativas da Rio Tinto em todo o mundo.

Grupos autóctones – qualquer grupo autóctone (na Austrália, o grupo aborígene) ou entidade representativa, reconhecida quer por um processo legal ou estatutário, quer por um apoio legítimo e amplo da comunidade local, e que é afetado pelas operações, decisões ou ações da Rio Tinto.

História oral – transmissão da história por meios verbais. Por vezes designada como tradição oral.

Impacto cumulativo – impactos sociais, culturais ou ambientais, de outros projetos e atividades, passados, presentes ou razoavelmente previsíveis no futuro, que interagem com os impactos sociais, culturais ou ambientais, do projeto em consideração ou que os aumentam ou complicam.

Importância (ou significado) – grau com que determinado elemento do património cultural possui uma certa característica valorizada.

Importância (ou significado) cultural – valor estético, histórico, científico ou social que o património cultural pode possuir para as gerações passadas, presentes ou futuras. O processo de determinação do valor de um elemento do património cultural é conhecido como avaliação do significado cultural.

Incidente – acontecimento específico que pode afetar, geralmente de forma negativa, uma comunidade ou qualquer um dos seus membros. A sua definição específica deve ocorrer ao nível particular da unidade de negócio, de uma forma consistente com a definição HSEQ da Rio Tinto. Contudo, definições genéricas de “incidentes significativos” (necessários pelos requisitos dos relatórios do grupo) são providenciados no guia de Análise dos Riscos Sociais, da Rio Tinto. A identificação e análise de incidentes ao longo do tempo podem ser usadas para reduzir a exposição a perigos.

Indicador – variável qualitativa ou quantitativa permitindo, de modo simples e fiável, medir o progresso, monitorizar o desempenho, ou constatar alterações.

Indígenas – pessoas, comunidades e nações que reclamam uma continuidade histórica e uma afinidade cultural com sociedades endémicas dos seus territórios originais, as quais se desenvolveram previamente à exposição a civilizações associadas com a cultura ocidental. As comunidades indígenas podem ser designadas de muitas formas (tais como tribos, aborígenes, Primeiras Nações ou, de forma mais rigorosa, com a designação que atribuem a si mesmas na sua língua original). Geralmente consideram-se a si próprias distintas da sociedade dominante, à qual contestam a sua soberania cultural e perante a qual reclamam direitos à autodeterminação. A sua forte ligação cultural a territórios e recursos hídricos ancestrais constitui o maior foco de conflito potencial com os projetos de exploração de recursos.

Inventário do património cultural – lista, estabelecida por lei ou regulamento, de objetos, lugares ou práticas com significado cultural (por exemplo, a Lista do Património Mundial).

Direito consuetudinário – prática ou regra comum tradicional que se tenha tornado intrínseca à conduta aceite e esperada numa comunidade, profissão ou negócio, e que é tratada como sendo obrigatória.

Licença social de operação – autorização intangível e informal concedida por uma comunidade a uma empresa mineira para operar na sua área. A licença social de operação deve ser mantida continuamente através de uma relação de cooperação entre uma dada operação e a comunidade. Embora se tratem muitas vezes de entendimentos não escritos, os mesmos podem ser formalizados contratualmente em acordos tais como as ILUA [Indigenous Land Use Agreement – acordo para a utilização das terras indígenas, na Austrália] ou outros acordos com as comunidades. Esta licença descreve o estado da relação entre o proponente mineiro e a comunidade, relação que pode sofrer alterações ao longo do tempo.

Limites de Alteração Aceitável – nível máximo de alteração de um local, objeto ou prática de património cultural, ou os seus impactos cumulativos, considerado aceitável por uma comunidade, tendo em conta todos os impactos positivos e negativos.

Litígio – reclamação que não tenha sido aceite como válida por alguma das partes, e que se tenha transformado num desacordo entre as partes.

Lugares sagrados – lugares com significado espiritual ou religioso.

Manutenção – ação contínua de proteção de um elemento, dos seus conteúdos e do seu contexto; deve distinguir-se de reparação.

Memória coletiva – a maneira como uma sociedade ou um grupo social evoca, comemora e representa a sua própria história (por oposição à memória individual).

Meta – resultado demonstrável pretendido, para alcançar um determinado objetivo. Para terem significado, as metas devem ser SMART [SMART: specific, measurable, attainable, realistic and time-related - específicas, mensuráveis, alcançáveis, realísticas e oportunas] e medidas por meio de indicadores.

Mitigação – ações tomadas para reduzir os impactos negativos sobre o património cultural.

Normas de Alteração Aceitável – ver Limites de Alteração Aceitável.

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas – oito objetivos de desenvolvimento internacional que todos os 192 países membros das Nações Unidas acordaram em alcançar até 2015. O mais relevante para o património cultural é o Objetivo 7 “Garantir a Sustentabilidade Ambiental”.

Paisagem cultural – paisagem modificada pelo homem e considerada importante devido à interação de influências naturais e culturais. A paisagem cultural foi reconhecida como uma categoria distinta aquando das revisões da Convenção do Património Mundial em 1992.

Partes interessadas (stakeholders) – pessoas que manifestam interesse numa decisão ou atividade relativa ao património cultural, sejam indivíduos ou representantes de um grupo. Isto inclui as pessoas que influenciam, ou podem influenciar, uma decisão relativa ao património cultural, bem como as que são afetadas pela mesma.

Património cultural – manifestações sociais coletivas de uma comunidade, geralmente transmitidas pela tradição ou tendo alguma associação histórica. As manifestações podem ser tangíveis, tais como edifícios, estruturas e tecnologias industriais, paisagens e artefactos, ou intangíveis, tais como a língua, as artes visuais, a música, as representações e os costumes.

Património cultural intangível – elementos do património cultural, mas que não são um lugar ou objeto físico, tais como memórias, tradições, línguas, crenças ou práticas culturais (por oposição ao património cultural tangível).

Património cultural tangível – património tangível, como sejam os edifícios e objetos, por oposição ao património intangível.

Património natural – plantas, animais, elementos paisagísticos e processos biológicos e geológicos, que não foram modificados pelo homem.

Plano de gestão do património cultural (PGPC) – plano que estabelece os aspetos e requisitos da gestão, relacionados com uma determinada área ou com um local, objeto ou prática patrimonial. Um PGPC é um elemento do SGPC (Sistema de gestão do património cultural) e constitui frequentemente um documento exigido legalmente e com caráter vinculativo.

Plano Plurianual relativo às Comunidades – processo obrigatório da Rio Tinto de elaboração de um plano de ação que oriente o trabalho junto das Comunidades vizinhas de uma operação ou de um projeto, por um número de anos predeterminado. É apelidado de ‘plurianual’ para indicar que deverá ter um alcance superior a um único ano e deverá corresponder ao período habitual de planeamento para o sítio, tipicamente entre três a cinco anos.

Preservação – manutenção continuada de um determinado elemento na sua forma atual. Constitui um dos processos de conservação possíveis.

Proprietário Tradicional/Grupo de Proprietários Tradicionais – termo usado apenas no contexto australiano. É definido, relativamente à terra, como um grupo local descendente de aborígenes, que possui ligações espirituais comuns a um sítio ou uma área, e que lhe conferem a responsabilidade espiritual primordial para com aquele sítio e aquela terra. Ao grupo é também concedido o direito, pela tradição aborígine, de utilizar aquelas terras para pastagem do gado. O termo encontra-se definido na Lei dos Direitos à Terra dos Aborígenes (Território do Norte) de 1976 (Cth).

Reclamação – notificação entregue à empresa por um membro da comunidade, um grupo ou uma instituição, indicando terem sofrido alguma ofensa, dano ou perda, em resultado de uma atividade da empresa ou do comportamento de algum dos seus funcionários ou contratados.

Relação com as Comunidades/comunidades – o termo “Relação com as Comunidades” designa a função da Rio Tinto ou a disciplina profissional. O termo “comunidades” (com letra minúscula) designa um grupo de pessoas em interação, partilhando interesses e valores comuns, e que são diretamente afetadas pelas atividades da empresa, geralmente por habitarem ou terem ligações com as áreas onde se desenvolve o projeto, ou envolventes ao mesmo. Uma comunidade não é uma entidade homogênea, podendo conter em si algum grau de diversidade.

Relocalização – mudança de um elemento do património cultural para outro local.

Restauro – devolução de um determinado elemento a um estado anterior conhecido, através da remoção de acréscimos ou da remontagem de componentes existentes, sem introdução de novo material.

Sistema de gestão do património cultural – sistema de gestão que garante o respeito pelos princípios da Rio Tinto sobre gestão do património cultural.

Sítio arqueológico – local com evidências físicas de uma atividade humana passada; pode também possuir uma definição legal mais precisa.

Tradição oral - ver História oral.

Unidade de negócio – para o propósito deste guia, uma unidade de negócio da Rio Tinto é uma entidade operacional, incluindo os seus ativos associados, gerida pela Rio Tinto.

Valor científico – valor baseado na importância dos dados envolvidos ou na sua raridade, qualidade ou representatividade, bem como no grau com que o elemento do património cultural pode contribuir com informações adicionais importantes. Considera-se que determinado elemento possui valor científico quando se espera que o seu estudo aprofundado possa contribuir para a clarificação de questões atuais de investigação.

Valor estético – valor atribuído ao património cultural baseado na perceção sensorial de diversos aspetos tais como a forma, a escala, a cor, a textura ou os materiais.

Valor histórico – valor atribuído ao património cultural baseado na influência de uma personagem, um acontecimento, um período ou uma atividade históricos.

Valor social – valor para a sociedade de um local, de um objeto ou de uma prática patrimonial. O termo é normalmente contrastante com outros tipos de valores de património que são determinados por peritos, e está intimamente ligado com o conceito dos valores da comunidade.

Políticas, normas e guias de orientação da Rio Tinto

Documentos completos disponíveis para os empregados da Rio Tinto:

- The way we work* (Como trabalhamos)
- Communities policy* (Política da função Comunidades)
- Communities standard* (Norma da função Comunidades)
- Cultural heritage management standard for Australian businesses* (Norma para a Gestão do Património Cultural para os negócios australianos)
- Cultural heritage management guidance* (Guia de orientação para a Gestão do Património Cultural)
- Cultural heritage management system guidance for Australian businesses* (Guia de orientação para o Sistema de Gestão do Património Cultural para os negócios australianos)
- Communities and Social Performance guidance for Projects (Guia de orientação para Projetos da Relação com as Comunidades e do Desempenho Social)
- Communities target guidance* (Guia de orientação de metas da função Comunidades)
- Community agreements guidance* (Guia de orientação de acordos com as comunidades)
- Community complaints, disputes and grievance guidance* (Guia de orientação sobre queixas, disputas e reclamações das comunidades)
- Community contributions and activities guidance* (Guia de orientação de contribuições e atividades da Relação com as Comunidades)
- Compensation and benefits for land access guidance* (Guia de orientação sobre compensações e benefícios para acesso a terras)
- Consultation and engagement guidance* (Guia de orientação sobre consultas e envolvimento)
- Communities and Social Performance multi year planning guidance* (Guia de orientação do planeamento plurianual da função Comunidades e Desempenho Social)
- Resettlement guidance* (Guia de orientação de reassentamento)
- Rio Tinto Exploration procedure Communities (Procedimento da Relação com as Comunidades da Rio Tinto Exploration)
- Communities and Social Performance site managed assessment guidance* (Guia de orientação para a avaliação gerenciada da função Comunidade e Desempenho Social na unidade)
- Social impact assessment guidance* (Guia de orientação para a Avaliação do Impacto Social)
- Social risk analysis guidance* (Guia de orientação para a Análise do Risco Social)
- Socioeconomic knowledge base guidance* (Guia de orientação sobre o conhecimento socioeconómico de base)
- Why gender matters: A resource guide for integrating gender considerations into Communities work at Rio Tinto* (Porque é importante o género: Guia de recursos para a integração das considerações de género no trabalho da Relação com as Comunidades na Rio Tinto)

* Documentos disponíveis publicamente no site www.riotinto.com, em "About us –

Sites mais importantes

Conselho da Europa

<http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.asp?NT=199&CM=8&CL=ENG>

Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios

<http://www.international.icomos.org/charters.htm>

Declaração Universal dos Direitos Humanos

<http://www.un.org/en/documents/udhr>

Fundo para os Monumentos do Mundo

<http://www.wmf.org>

Fundo para o Património Global

<http://globalheritagefund.org>

ICOMOS Austrália

<http://australia.icomos.org>

Iniciativa da Preservação Sustentável

<http://www.sustainablepreservation.org>

Global Reporting Initiative – Suplemento do Setor da Mineração de Metais

<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/SectorSupplements/MiningAndMetals>

Linhas de orientação Akwé: Kon

<http://www.cbd.int/doc/publications/akwe-brochure-en.pdf>

Norma de Desenvolvimento Sustentável do ICMM

<http://www.icmm.com/our-work/sustainable-development-framework>

Normas de Sustentabilidade da IFC

<http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EnvSocStandards>

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas

<http://www.un.org/millenniumgoals>

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

<http://www.unesco.org/new/en/culture>

Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais

<http://www2.ohchr.org/english/law/cescr.htm>

Políticas de Salvaguarda do Grupo Banco Mundial

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/EXTPOLICIES/EXTSAFEPOL/0,,menuPK:584441~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:584435,00.html>

Princípios do Equador

<http://www.equator-principles.com>

Registo do Património Cultural da Palabora Mining Company

http://www.palabora.co.za/pmc_cultural_heritage/index.htm

Referências

- Agnoletti, M.** (2006) Framing the issue – a transdisciplinary reflection on cultural landscapes. In M. Agnoletti (ed.), *The conservation of cultural landscapes*. Oxfordshire, CAB International: xi-xix.
- Aplin, G.** (2007) World heritage cultural landscapes. *International Journal of Heritage Studies*, 13(6): 427-446.
- Australia ICOMOS** (1999) The Burra Charter: *The Australia ICOMOS Charter for places of cultural significance 1999*.
- Ayton-Shenker, D.** (1995) The Challenge of Human Rights and Cultural Diversity, *United Nations Background Note*.
- Bainton, N., Ballard, C., et. al.** (2011) Stepping Stones Across the Lihir Islands: Developing Cultural Heritage Management Strategies in the Context of Large-Scale Mining, *International Journal of Cultural Property*, 18:81-110.
- Barillet, C., Joffroy, T. and Longuet, I.** (2006) *Cultural heritage and local development: A guide for African local governments*. Produced for PDM, UNESCO and the French Senate. CRATerre-ENSAG/Convention France UNESCO. Paris: 108.
- Burton, J.** (2007) The Anthropology of Personal Identity: Intellectual Property Rights Issues in Papua New Guinea, West Papua and Australia, *The Australian Journal of Anthropology* 18(1): 40-55.
- Byrne, D., Brayshaw, H. et al.** (2001) *Social significance: a discussion paper*, Cultural heritage Division, NSW National Parks and Wildlife Service.
- Commonwealth of Australia** (2003) *Australian Heritage Council Act 2003*. Canberra, AGPS.
- Department of Industry Tourism and Resources** (2006) Community Engagement and Development. *Leading Practice Sustainable Development Program for the Mining Industry*. Commonwealth of Australia. Canberra: 48.
- Department of Industry Tourism and Resources** (2006) Mine Rehabilitation. *Leading Practice Sustainable Development Program for the Mining Industry*. Commonwealth of Australia. Canberra: 67.
- Department of Industry Tourism and Resources** (2007) Working With Indigenous Communities. *Leading Practice Sustainable Development Program for the Mining Industry*. Commonwealth of Australia. Canberra: 78.
- Guilfoyle, D., Bennell, B. et al.** (2009) Integrating Natural Resource Management and Indigenous Cultural Heritage. *Heritage Management* 2(2): 149-176.
- Harrison, R.** (2010) Heritage as Social Action. In S. West (ed.), *Understanding Heritage in Practice*. Manchester and New York, Manchester University press: 240-276.
- Harrison, R.** (2010) The politics of heritage. In R. Harrison (ed.), *Understanding the Politics of heritage*. Manchester and New York, Manchester University Press: 154-196.
- Harrison, R.** (2010) What is heritage? In R. Harrison (ed.), *Understanding the Politics of heritage*. Manchester and New York, Manchester University Press: 5-42.
- Higueras, A.** (2008) Cultural Heritage Management in Peru: Current and Future Challenges. N H. Silverman and W. Isbell (eds.), *Handbook of South American Archaeology*. New York, Springer: 1073-1088.
- InterGroup Consultants** (2008) *Aboriginal Engagement in Resource Development: Industry Leading Practices*. Commissioned by Rio Tinto: 114.
- Kemp, D. and Keenan, J.** (2009) *Why gender matters: a resource guide for integrating gender considerations into Communities work at Rio Tinto*. The Centre for Social Responsibility in Mining and Rio Tinto: 104. Available: http://www.riotinto.com/documents/ReportsPublications/Rio_Tinto_gender_guide.pdf
- Lawler, A.** (2010) Copper mine threatens ancient monastery in Afghanistan, *Science*. 329(5991):496-497.
- Muir, R.** (2001) *Landscape detective: discovering a countryside*. Chesire and London, Windgather Press.

- Ndoro, W.** (2003) Traditional and customary heritage systems: nostalgia or reality? The implications of managing heritage sites in Africa. In E. de Merode, R. Smeets and C. Westrik (eds) *Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage*. Paris, UNESCO: pp. 81-84.
- O'Faircheallaigh, C.** (2008) Negotiating Cultural Heritage? Aboriginal-Mining Company Agreements in Australia, *Development and Change*. 39(1): 25-51.
- Pearson, M. and Sullivan, S.** (1995) *Looking after heritage places: The basics of heritage planning for managers, landowners and administrators*. Carlton, Melbourne University Press.
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity** (2004) *Akwé: Kon Voluntary Guidelines for the Conduct of Cultural, Environmental and Social Impact Assessment regarding Development Proposes to Take Place on, or which are Likely to Impact on, Sacred sites and on Lands and Waters Traditionally Occupied or Used by Indigenous and Local communities, CBD Guidelines*. Montreal: 25.
- Segoby, A. K.** (2006) Divided Commons: The Political Economy of Southern Africa's Cultural Heritage Landscapes- Observations of the Central Kalahari Game Reserve, Botswana, *Archaeologies* 52. 2(1): 52-72.
- Smith, H. D.** (2008) Using Traditional Ecological Knowledge to Develop Closure Criteria in Tropical Australia. In A. B. Fourie, M. Tibbett, I. M. Weiersbye and P. J. Dye (eds) *Mine Closure 2008 – Proceedings of the Third International Seminar on Mine Closure*. Australia Centre for Geomechanics, Perth.
- Smith, L.** (2006) *Uses of Heritage*. Oxon, Routledge.
- Smith, L. and Akagawa, N.** (eds). (2009) *Intangible Heritage*. London and New York, Routledge.
- United Nations Development Group** (2010) *MDG good practices*. Available: <http://www.undg-policy.net.org>
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organisation** (2010) Concept note: Culture for development, *2010 MDG Summit high-level round-table on culture for development*. September 2010. United Nations. New York.
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organisation** (n.d) *The power of culture for development*. 16p. World Heritage Centre: UNESCO.
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organisation** (2009) *Kit of the Convention for Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. World Heritage Centre: UNESCO.
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organisation** (2009). *List of Intangible Cultural Heritage in Need of Urgent Safeguarding*. World Heritage Centre: UNESCO.
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organisation** (2008) *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. World Heritage Centre: UNESCO.
- West, S. and Ansell, J.** (2010) A history of heritage. In S. West (ed.), *Understanding heritage in practice*. Manchester and New York, Manchester University Press: 7-46.
- World Bank** (2001) *Cultural Heritage and Development: A Framework for Action in the Middle East and North Africa*. The International Bank for Reconstruction and Development.
- World Bank** (2009) *Physical Cultural Resources Safeguard Policy Guidebook*. Available: www.worldbank.org
- World Bank** (2009) *Physical Cultural Resource Country Profile Document*. Available: www.worldbank.org
- Ziegler, K.** (2007) Cultural Heritage and Human Rights, *University of Oxford Faculty of Law Studies Research Paper Series*. Working Paper no 26/2007: 23.

Grandes operações e projetos



Para obter informação adicional
ou para nos transmitir os seus
comentários, por favor contacte:
Elizabeth Bradshaw
Assessora principal
Relação com as Comunidades e
Património Cultural
Rio Tinto
Email: elizabeth.bradshaw@riotinto.com

Design de Studio Round

© Rio Tinto plc and Rio Tinto Limited 2011

Tradução para português de Inês de Sousa,
Rede de Língua Portuguesa de Avaliação
de Impactos

Revisão de: Júlio de Jesus, Diretor-Geral,
Ecobase, Lda., Portugal

Com a colaboração de:
António Guerner Dias, Professor,
Universidade do Porto, Portugal
Carlos Nuno, Professor, Instituto
Politécnico de Lisboa, Portugal
João Morais Sarmento, Diretor de
Ambiente e Qualidade, REFER, Portugal

Rio Tinto Limited
120 Collins Street
Melbourne
Victoria 3000
Australia

+61 (0) 3 9283 3333

www.riotinto.com

Rio Tinto plc
2 Eastbourne Terrace
London
W2 6LG
United Kingdom

+44 (0) 20 7781 2000

